Ideologia, Política Social e Trabalho Profissional: Conjuntura e Pandemia

Edna Tania Ferreira da Silva
Jamerson Murillo Anunciação de Souza
Maria das Gracas Miranda Ferreira da Silva
(Organizadores)

Editora UFPB

IDEOLOGIA, POLÍTICA SOCIAL E TRABALHO PROFISSIONAL:

CONJUNTURA E PANDEMIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor Valdiney Veloso Gouveia
Vice-Reitora Liana Filgueira Albuquerque

EDITORA UFPB

Direção Natanael Antonio dos Santos
Gestão de Editoração Sâmella Arruda Araújo
Gestão de Sistemas Ana Gabriella Carvalho

Conselho Editorial
Cristiano das Neves Almeida (Ciências Exatas e da Natureza)
José Humberto Vilar da Silva (Ciências Agrárias)
Julio Afonso Sá de Pinho Neto (Ciência Sociais e Aplicadas)
Márcio André Veras Machado (Ciência Sociais e Aplicadas)
Maria de Fátima Alcântara Barros (Ciências da Saúde)
Maria Patrícia Lopes Goldfarb (Ciências Humanas)
Elaine Cristina Cintra (Linguística e das Letras)
Regina Celi Mendes Pereira da Silva (Linguística e das Letras)
Ulrich Vasconcelos da Rocha Gomes (Ciências Biológicas)
Raphael Abrahão (Engenharias)

Editora filiada à:
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Edna Tania Ferreira da Silva
Jamerson Murillo Anunciação de Souza
Maria das Graças Miranda Ferreira da Silva
(Organizadoras)

IDEOLOGIA, POLÍTICA SOCIAL E TRABALHO PROFISSIONAL:

CONJUNTURA E PANDEMIA

Editora UFPB
João Pessoa
2022

Direitos autorais 2022 – Editora UFPB

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA UFPB.

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo e a revisão de texto/normalização desta publicação são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

Projeto Gráfico Editora UFPB

Editoração Eletrônica e Design de Capa Jerfson Oliveira

Revisão Gráfica Alice Brito

Imagens de Capa freepik.com

Catalogação na fonte:
Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

I19 Ideologia, política social e trabalho profissional : conjuntura e pandemia / Edna Tania Ferreira da Silva, Jamerson Murillo Anunciação de Souza, Maria das Graças Miranda Ferreira da Silva (Organizadores). - João Pessoa : Editora UFPB, 2022.

240 p.: il.

Recurso digital (2,68MB)
Formato: PDF
Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader

ISBN 978-65-5942-156-5

1. Serviço social - Brasil. 2. Questões sociais. 3. Covid-19. I. Silva, Edna Tania Ferreira da. II. Souza, Jamerson Murillo Anunciação de. III. Silva, Maria das Graças Miranda Ferreira da. IV. Título.

UFPB/BC CDU 36(81)

EDITORA UFPB

Cidade Universitária, Campus I,
Prédio da Editora Universitária, s/n
João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
http://www.editora.ufpb.br
E-mail: editora@ufpb.br
Fone: (83) 3216.7147

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **8**
Jamerson Murillo Anunciação de Souza
Marcelo Sitcovsky

PREFÁCIO **13**
Jaldes Reis de Meneses

CAPÍTULOS

• **IDEOLOGIA**

1. LUTA DE CLASSES, IDEOLOGIA E PATRIARCADO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO **20**
Leidiane Souza de Oliveira

2. O "NEGACIONISMO" BOLSONARISTA: ENTRE O "FATOR" OLAVO DE CARVALHO E O PROJETO REACIONÁRIO MILITAR DE PODER **36**
Dandara Emilly Silva Chagas
Jamerson Murillo Anunciação de Souza

• **POLÍTICA SOCIAL**

3. PANDEMIA, AUXÍLIO EMERGENCIAL, TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL **52**
Marcelo Sitcovsky
Rafaella Guimarães Sitcovsky

4. A PROTEÇÃO SOCIAL NO CENÁRIO DE PANDEMIA DA COVID-19: DESIGUALDADES E SEGURANÇA DE RENDA **68**
Marinalva de Sousa Conserva
Vanessa Carla Borges de Lima
Leid Jane Modesto da Silva

5. ULTRAPRECARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 84

Junia Winner Higino Pereira
Márcia Emília Rodrigues Neves

6. PROTEÇÃO SOCIAL E PESCA ARTESANAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19 103

Emanuel Luiz Pereira da Silva
Almira Almeida Cavalcante
Patrícia Albuquerque Medeiros
Ozivan Mendonca Bezerra
Thaúanna Gomes Cavalcante

7. O SUS DIANTE DA PANDEMIA DE COVID-19 E AS REGRESSÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL 122

Patrícia Barreto Cavalcanti
Rafael Nicolau Carvalho
Alecsonia Pereira Araújo
Ana Paula Rocha de Sales Miranda

• FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL

8. A FINANCEIRIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS: ENTRE OS IMPACTOS DO AVANÇO DOS CONGLOMERADOS EDUCACIONAIS E O LEGADO DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS 142

Luciana Cantalice
Mauricelia Silva

9. TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 162

Danielle Viana Lugo Pereira
Edna Tania Ferreira da Silva
Maria das Graças Miranda Ferreira da Silva
Jaqueline Figueredo Silva
Maria Betânia Gomes da Silva

10. O PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E AS DISPUTAS EM TORNO DE SUA DIREÇÃO SOCIAL HEGEMÔNICA: ELEMENTOS PARA O DEBATE 182

Eliane Leite Mamede
Vinícius Rafael Lopes

11. AS EXPRESSÕES DA "QUESTÃO SOCIAL" NO ÂMBITO ESCOLAR: A PERCEPÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA-PB 201

Aline Maria Batista Machado
Ranyellen Félix de Souza

NOTAS DE FIM 220

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS 230

APRESENTAÇÃO

Jamerson Murillo Anunciação de Souza
Marcelo Sitcovsky

"E a lama come mocambo e no mocambo tem molambo
E o molambo já voou, caiu lá no calçamento
bem no sol do meio-dia
O carro passou por cima e o molambo ficou lá
Molambo eu, Molambo tu"

Chico Science / Fred Zero Quatro, 1994.

A inspiração artística de Chico Science e Fred Zero Quatro, na epígrafe acima, é a obra de Josué de Castro. Considerado um dos mais potentes intelectuais brasileiros, o autor de Geografia da Fome denunciou em seu tempo o problema da fome como resultado inevitável das desigualdades consagradas nos regimes político, jurídico, econômico e cultural da sociedade brasileira. Foi perseguido pela Ditadura empresarial-civil-militar e terminou sua vida no exílio, em 1973. O Brasil vivia os chamados "anos de chumbo". A "linha dura" das Forças Armadas havia aportado no Governo Médici. O método da tortura política estava no seu apogeu.

O destino de Josué de Castro foi comum a muitos outros pensadores que levantaram a voz contra as desumanidades do desenvolvimento capitalista no Brasil. Desenvolvimento esse que tem características mais que ímpares: únicas, considerando os demais países da América Latina e mesmo ao Sul da Linha do Equador.

A profundidade do pensamento de Josué de Castro atingiu algo raro: inspirou uma arte crítica, pulsante, rebelde, orgulhosa de suas origens, revoltada contra as injustiças e revolucionária musicalmente, décadas depois de sua morte.

Chico Science e Fred Zero Quatro traduziram a situação: nas condições em que estamos vivendo, o carro (imagem metafórica da conjuntura) passou por cima do molambo. O molambo sou eu, o molambo é tu. Sem reação democrática à altura, o sol do meio dia (metáfora elegante para representar o cotidiano) se encarrega de consagrar as violências, representadas pela figura do atropelamento (em sua aparente banalidade corriqueira).

A questão central aqui é que o Brasil pós-Golpe de 2016 tem reposto, sem desconsiderar as especificidades, muitos paralelos com o tempo histórico de Josué de Castro e Chico Science. A pandemia de COVID-19, em conjunto com a ofensiva reacionária costurada ainda nos interstícios no último Governo Dilma Rousseff, entre 2013 e 2014.

Preparado com cálculo e estratégia, o tweet do General Villas-Boas em 02/04/2018, em ameaça ao Supremo Tribunal Federal sobre a liberdade do ex-Presidente Lula, coroou o golpismo como uma espécie de sarcasmo catártico. O que seguiu foi a condução de uma gestão destrutiva de longo alcance, cujos desdobramentos ecoarão por gerações, assim como 1964-85 ainda ecoam.

A pandemia de COVID-19, corretamente considerada uma sindemia, agravou o potencial destrutivo do projeto reacionário bolsonarista de poder. Tão extremista, tacanho e mesquinho, que nem sequer conseguiu manter minimamente a coesão interna.

O Governo Bolsonaro de 2021 não é mais a grande coalizão de 2018/2019. Fez água por todos os lados e contam-se às dezenas as dissidências. A conjuntura tem mudado muito rápido. A pandemia acelera esse tempo histórico ainda mais, com o gravame do morticínio, das novas cepas virais, da crise sanitária, da crise humanitária do desemprego (15 milhões de desempregados, em dado subnotificado) e do retorno da fome – flagelo que assombrou Josué de Castro.

O golpismo continua sua métrica no núcleo duro das altas patentes palacianas – o desfile de tanques, de 10 de agosto de 2021, é uma demonstração inequívoca. O anticomunismo da Guerra Fria serve de anteparo ideológico delirante. Sarcasmo sombrio, acrescente-se o fato

de que um astrólogo desqualificado, com uma retórica pseudofilosófica, ocupou o lugar de guru intelectual do Governo, influenciando as nomeações para Ministérios estratégicos – entre os quais destacamos o da Educação e das Relações Exteriores. Um dos resultados dessa ocupação são os ecos das teorias conspiratórias, como a Qanon, no discurso e na prática presidencial e de seus asseclas.

Ideologia, Política Social e Trabalho Profissional: conjuntura e pandemia, foi construído em meados de 2021. O cenário histórico das reflexões a seguir é este encontro do projeto de destruição bolsonarista com as consequências da pandemia de COVID-19 para as políticas públicas e para a população.

O pluralismo das abordagens teórico-metodológicas pode ser identificado como marca maior do arco de reflexões da obra. As produções resultam de materiais diversos: relatórios de pesquisa, ensaios teóricos, estudos exploratórios, revisões bibliográficas, sínteses de pesquisas maiores (teses de doutorado ou dissertações de mestrado), entre outros.

O resultado dessa diversidade é uma obra de escopo amplo, mas ao mesmo tempo focado nas mediações históricas entre a conjuntura e as repercussões da pandemia de COVID-19 no Brasil.

O leque de autores e autoras também reflete o pluralismo e a diversidade acadêmico-científica. Atuaram nesta coletânea: pesquisadores e pesquisadoras com décadas de trabalho dedicado à produção de conhecimento, jovens docentes, mestrandos e mestrandas, doutorandos e doutorandas, Assistentes Sociais, Supervisoras de Estágio, estudantes de graduação, bolsistas ou voluntários de PIBIC.

Essa interação é fundamental na articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão, tripé fundante da vida universitária. Contribui diretamente, também, para a formação das próximas gerações de profissionais e intelectuais.

Os objetos de estudo dos capítulos orbitam três temas centrais, que foram transformados nas seções do livro: ideologia, política social e trabalho profissional. Todos estão implicados pelo movimento histórico mais amplo, que conecta o Golpe de Estado de 2016 ao morticínio

materializado nas mais de 560.000 vidas perdidas em decorrência das complicações da COVID-19 (no registro do dia 05/08/2021).

Os elos centrais desse processo podem ser encontrados na ascensão do "bolsonarismo" como corrente hegemônica da extrema-direita no pós-Golpe de 2016 e no projeto de gestão destrutiva do Governo Bolsonaro. A gestão destrutiva atuou fortemente nas áreas de relações internacionais, educação, cultura, trabalho, esportes, economia, meio ambiente, ciência e tecnologia, segurança pública, comunicação, entre outras. O tripé da seguridade social (Saúde, Previdência e Assistência Social) também tem sofrido duramente, recebendo atenção especial de alguns capítulos desta obra.

Ao identificar esses elos, a obra estabelece como perspectiva de análise a categoria de totalidade. Deste patamar, é possível preservar o pluralismo evitando o ecletismo. Consideramos essa característica como algo importante a ser destacado.

As diferenças de ênfase, delimitação, metodologia, exposição dos dados, recortes de classe, gênero ou raça, não se confundem, portanto, com nenhuma espécie de sincretismo científico ou ideológico. Antes, com a pertinente busca pelas particularidades e singularidades dos objetos de estudo trabalhados.

Ideologia, Política Social e Trabalho Profissional, está sendo entregue ao público num período muito conturbado nas universidades brasileiras. Particularmente, as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES estão sob fortes ataques, desferidos pelo governo federal e pelo próprio Presidente da República.

O governo Bolsonaro tem desenvolvido inúmeras ações que expressam enormes retrocessos para o conjunto da sociedade, mas, acima de tudo, vem operando fortemente contra a ciência, atingindo diretamente a produção do conhecimento, alimentando o negacionismo científico através da disseminação de fakenews, em plena pandemia.

Por esta razão, consideramos muito importante entregar ao público um livro, fruto de estudos e pesquisas realizadas nas universidades públicas brasileiras, numa conjuntura que ameaça o ambiente acadêmico

em todo o país. As Instituições Federais de Ensino sofrem com as restrições orçamentárias, expressas nos cortes e contingenciamentos, que colocam em risco a realização de pesquisas e mesmo a própria manutenção das universidades.

Os ataques em curso, que objetivam silenciar a intelligentsia brasileira, vêm assumindo formas variadas e cobrindo amplos setores. Mas são particularmente endereçados àqueles que produzem conhecimento sobre a realidade brasileira.

O presente livro se insere neste cenário para oferecer à sociedade, aos profissionais do Serviço Social e áreas afins, um conhecimento crítico sobre a realidade brasileira, de forma a contribuir com a luta e resistência.

Se é correta a concepção de dialética de Hegel, inscrita na sua metáfora da coruja e do entardecer, podemos supor que, do mirante de 2021, não é possível antecipar com clareza as repercussões desse tempo histórico acelerado. Mas certamente temos, nesse livro, um fragmento do trabalho valoroso de pesquisa.

PREFÁCIO

Jaldes Reis de Meneses

"Travessia perigosa, mas é a da
vida. Sertão que se alteia e se abaixa."

Guimarães Rosa (1908-1967)

O Departamento de Serviço Social da UFPB, cuja célula deita raízes na Escola de Serviço Social de João Pessoa, fundada em 1952, ligado às obras laicas da Igreja Católica, foi incorporado à UFPB em 1972, em plena ditadura, completa no próximo ano duas datas magnas: 70 e 50 anos. Há uma terceira data fundamental: a criação pioneira em 1978 do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, o primeiro do Nordeste e um dos primeiros cursos de pós-graduação na área no Brasil. O Serviço Social na UFPB é uma instituição de história. Através de suas vicissitudes é possível narrar a mudança social do tempo, acompanhar a complexidade das contradições, apreciar o esforço e as dificuldades da pesquisa científica, a prática do político, o desenvolvimento das políticas sociais, as passagens das conjunturas e das médias durações.

O presente livro, intitulado Ideologia, Política Social e Trabalho Profissional: Conjuntura e Pandemia, produzido neste ano de 2021, laboriosamente organizado pelos docentes Edna Tania Ferreira da Silva, Jamerson Murillo Anunciação de Souza e Maria das Graças Miranda Ferreira da silva, chega na hora certa. O livro é sempre um testemunho, um monumento do tempo presente que condensa o passado.

Em relação à trajetória do Departamento de Serviço, construído por docentes e pesquisadores abnegados e inteligentes, que deixo de citar nomes individuais para não incorrer em omissão, é pacífica – e os textos da presente coletânea demonstram sobejamente – a preocupação

permanente em abordar o "lugar" do Serviço Social distanciado de inclinações endógenas ou corporativas, mas sempre inserindo a profissão no âmbito combinado da reprodução das relações sociais do Modo de Produção Capitalista e das complexas particularidades da sociedade brasileira. Como escreveu corretamente Octávio Ianni, na contracapa do clássico "Relações sociais e Serviço Social no Brasil", de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho: "A história do Serviço Social tem muito a ver com a história da sociedade brasileira. As atividades das instituições e dos profissionais do Serviço Social revelam novos e surpreendes aspectos das relações sociais".

A partir da reprodução, há nos artigos do livro um cuidado, importantíssimo, pela pesquisa da esfera de regulação das relações sociais. Observem, enquanto a reprodução material é socialmente imanente como uma segunda natureza, a regulação, por sua vez, contém uma dimensão política e estratégica que se vale do direito, das leis, das regras, dos acordos, dos compromissos de classe, em que operam os sujeitos econômicos, políticos, sociais e culturais (as classes, os partidos, o Estado, as empresas, os sindicatos, os intelectuais etc.). Com isso, o Serviço Social, junto a esses múltiplos atores, cumpre um papel específico no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento e de um regime de acumulação de um Estado historicamente determinado.

Toda essa complexa realidade vem a ser pesquisada no DSS com esforços de ir além da simples adaptação local dos conceitos urdidos nos centros de produção de conhecimentos universitários do centro capitalista. No Brasil, deve sempre haver o desafio de elucidar aquilo que Florestan Fernandes chamou, em A Revolução Burguesa no Brasil, de a "estrutura dual ou compósita" do capitalismo brasileiro, ou seja, a necessidade intrínseca de abordar o que denomino de a "mediação brasileira". O que isso significa? Seleciono, para fins didáticos de explicar a necessidade da mediação brasileira, apenas um exemplo que me é caro. Pois bem, aqui, o fordismo, o pós-fordismo, as formas de organização e gestão do trabalho, a estrutura do mercado de trabalho, etc., não se reproduz, no Brasil periférico e dependente, da mesma maneira que no

centro capitalista. O nosso trabalho em ciências sociais, e na pesquisa em Serviço Social, é sempre de mediação, tradução e criação.

Demais disso, um dos aspectos mais salientes da publicação a elogiar é a contemporaneidade dos artigos. Chame-se a atenção que eles são dedicados a contribuir na elucidação de múltiplos temas, como a relação entre as políticas sociais e o Serviço Social; as ideologias conservadoras, a nova direita neofascista e o governo Bolsonaro; as mutações do capitalismo em geral e na formação social brasileira; as políticas de saúde; e a epidemia do COVID-19 que grassa mundo e Brasil afora. São todos assuntos na fronteira do conhecimento emergente e socialmente referenciado. Mas, acima de tudo, são contradições sociais no caminho que serão resolvidas na tempestade da história.

Um Departamento de Universidade Pública publicar um livro, hoje, é também um ato de resistência. A instituição Universidade Pública no Brasil é uma verdadeira trincheira do conhecimento. Sabe bem de sua vocação pública e das armadilhas e das dificuldades do devir.

No intercurso da pandemia, a CEO de uma empresa de alta-tecnologia dos Estados Unidos, Anuja Sonalker, teve o cinismo de dizer, em reunião incumbida de vender as "maravilhas" do ensino remoto, que "os humanos são perigos biológicos. As máquinas, não". Lembrei-me de Charles Chaplin, no famoso discurso final de "O Grande Ditador": "Não sois máquina! Homens é que sois". A frase cínica foi pronunciada num momento emblemático. Para o bem e para o mal, a pandemia desatou um processo de transformações, como nossa geração jamais presenciou, em especial desatou transformações no âmbito no ensino e do ethos universitário. O papel dos docentes é não aceitar candidamente pacotes tecnológicos de empresas monopolistas de tecnologia, mas desconstruí-los e recriá-los criticamente.

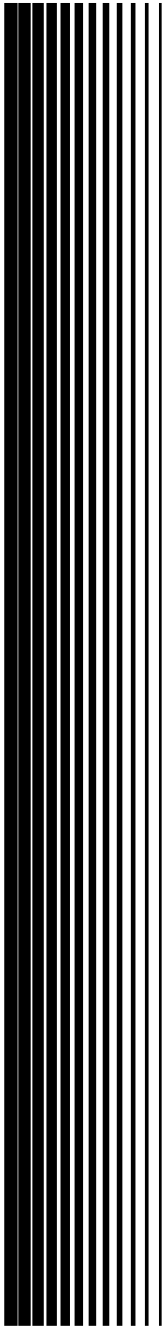
Por tudo isso, é muito alvissareira a avidez dos docentes do DSS em pesquisar a pandemia. Vale destacar que o tempo do mundo acelerou após a emersão de três processos encapsulados, a crise de 2008, a ascensão do Oriente e da China no concerto das relações internacionais e a pandemia do COVID-19. Acontecimento determinante, a pandemia

aclarou de vez o tempo de plena vigência do antropoceno, ou seja, a longa duração histórica de as ações humanas – especialmente as do Estado e das corporações –, terem um impacto global significativo no clima da Terra e no funcionamento dos seus ecossistemas. Assim, no campo do conhecimento, começa a ser translúcido uma amalgama entre as fronteiras da ciência social e ciência natural. Marx e Engels já anteviram esse fenômeno quando escrever em A Ideologia Alemã que "conhecemos uma única ciência, a ciência da história". A frase não é naturalista nem positivista, nem muito menos de sentido antiontológico do ser social. Um historiador erudito e apegado à pesquisa meticulosa, Fernand Braudel, que estudou *"um antigo regime biológico"* falecendo nas estruturas do mercantilismo e da ascensão do capitalismo, entre os séculos XV-XVII. Talvez seja hora de convencionar uma nova periodização histórica cujo marco é a transição imposta pelas novas pandemias. Pandemia do COVID 19 em que o Brasil, um dos epicentros, já contribuiu com centenas de milhares de mortos.

No passado, a gripe espanhola coincidiu com o fim da Primeira Guerra Mundial. Além da censura de guerra e a consequente redução de rastros documentais já na origem do evento, dois outros motivos colaboraram para a invizibilização da gripe. Em primeiro lugar, a mortandade da juventude europeia se espraiou majoritariamente a partir e nas estrias dos escaninhos da guerra, na circunscrição das trincheiras francesas, britânicas e alemãs. As tropas literalmente se empestaram, devido às condições sub-humanas da vida no subsolo, do vírus influenza H1N1. Misturaram-se metralhadoras e condições sanitárias; a violência da bala submergiu e submeteu a visibilidade do bio pandêmico. Depois, o fato de a pandemia ter sido mais letal na periferia do planeta que na Europa, especialmente na Índia (mínimo de 30 milhões de mortes). Comenta Mike Davis no excepcional livro *Um Monstro Bate à Nossa Porta*, sobre a letalidade da espanhola na periferia que "a gripe no Terceiro Mundo é amplamente invisível ou historicamente mal estudada" e passou por "duas gerações de amnésia cultural" (...) "tem sido dada uma atenção

chocantemente pequena à ecologia da doença em seu principal teatro da mortalidade: a Índia britânica".

No Decamerão de Boccaccio, dez jovens se refugiam em um convento para fugir da peste e passam a contar histórias. Virou um clássico da literatura universal. Contar histórias verazes, pesquisar, sempre é um belo ato de resistência. Parabéns, docentes de Serviço Social da UFPB



IDEOLOGIA

1 LUTA DE CLASSES, IDEOLOGIA E PATRIARCADO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

LUTA DE CLASSES, IDEOLOGIA E PATRIARCADO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Leidiane Souza de Oliveira

INTRODUÇÃO

A década de 2011 a 2020 está sendo marcada pelo que se caracterizou como um "fim de ciclo"[1] do social-liberalismo, advindo da intolerância dos setores dominantes com o projeto de conciliação de classes quanto à transferência de recursos para os mais pauperizados, o que culminou na ruptura com o projeto político e conciliatório petista, por meio de um golpe que passou institucionalmente por *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2014, e promovendo o então vice presidente, Michel Temer a presidente da República, passando a representar o grupo politicamente ultraneoliberal[2], cujo fortalecimento acarretou um contexto de aceleradas derrotas políticas e sociais, com destaque para a regressão de direitos que atingem os/as trabalhadores/as brasileiros/as.

Reside no período de 2011 a 2020 a perspectiva de hegemonização e fortalecimento dos grupos políticos dominantes, já envolvidos de modo menos acelerado em práticas e discursos de não aceitação das melhorias para a classe trabalhadora e da ocupação de espaços políticos criados pela via governamental para sujeitos políticos historicamente oprimidos como mulheres, população LGBT, Indígenas, comunidades tradicionais, quilombos, pessoa com deficiência, para citar alguns exemplos.

Ressaltamos que a ocupação do poder legislativo brasileiro ainda guarda relação profunda com a configuração da política tradicionalmente masculinizada, representada por famílias de latifundiárias, empresárias, sob forte influência de valores religiosos de cunho intolerante com qualquer

diversidade e perspectiva de transformação dessa estrutura, o que nos remete a uma retomada de traços constitutivos do conservadorismo, que conferem novas formas de expressão, porém sob os mesmos interesses.

É nesse sentido que para nós, só é possível entender traços conservadores no processo de disputas entre os grupos dominantes (paladinos do conservadorismo) e os sujeitos coletivos que se propõem a transformarem a configuração histórica da política brasileira, o que, embora se expressem a partir de novas organizações (partidos, movimentos, bancadas parlamentares e grupos de diferentes naturezas), estão orientados por conflitos ora mais intensos, ora mais sutis.

1. O PATRIARCADO COMO COMPONENTE DAS IDEOLOGIAS DOMINANTES

Na formação sócio-histórica brasileira, de traços conservadores, as mediações do patriarcado, do fundamentalismo religioso e de um Estado atrelado a interesses capitalistas internacionais se constituem aspectos centrais da conformação atual de processos políticos antidemocráticos, antifeministas, racistas, LGBTfóbicos e intolerantes com pessoas consideradas fora de um padrão imperativo dominante imposto ao conjunto dos indivíduos: masculino, branco, heterossexual.

Não obstante, esse padrão corresponde ao escopo da representação política brasileira nos parlamentos, de onde partem discursos intolerantes com a diversidade que permeia a sociedade e alcançam minoritariamente os espaços da política, não casualmente unificando a oratória moralizante e as práticas organizativas dos grupos que, no atual contexto da política brasileira, representam tanto interesses social-liberais, como conservadores, uma unificação singular para os aspectos que ora destacamos.

Cabe uma concordância com Iasi (2017), quanto à afirmação de que:

> O conservadorismo não pode ser entendido em si mesmo, ele é expressão de algo mais profundo que o determina. Estamos convencidos de que ele é uma expressão da luta de classes, isto é, que manifesta em sua aparência a dinâmica de luta entre interesses antagônicos que formam a sociabilidade burguesa. (IASI, 2017, p. 380).

Enquanto ideologia da crise (SOUZA, 2016), o conservadorismo cumpre uma função política importante para a manutenção da dominação, sendo uma das dimensões estruturantes dos interesses da classe dominante nas ações em processo, circunscrito no movimento dialético entre produção e reprodução.

Ao considerarmos a reprodução social das relações entre as classes, o conservadorismo nela inserido é acionado pela classe dominante como um complexo ideológico que cumpre uma função de cooptação de indivíduos frente a um processo de irracionalidade e miséria da razão, extrapolando a esfera do pensamento e orquestrando organizações coletivas como a que iremos nos referir no próximo capítulo.

Tendo como raiz o desenvolvimento do trabalho como por teleológico central do ser social, as expressões fenomênicas da ideologia, a exemplo do conservadorismo situado na luta de classes se relaciona com os interesses de manutenção de uma ordem societária globalizada, no sentido que Lukács nos alerta de que:

> Essa tendência do desenvolvimento da divisão do trabalho cruza, no plano social, necessariamente com o surgimento das classes; pores teleológicos dessa espécie podem ser colocados espontânea ou institucionalmente, a serviço de uma dominação sobre aqueles que são oprimidos [...]. (LUKÁCS, 2013, p.133).

De modo particular, os argumentos supracitados incidem na vida e na história das mulheres, o que confere um caráter patriarcal ao modo como o conservadorismo se impõe, o que podemos identificar ao

nos indagar sobre o que significa liberdades fundadas na tradição em se tratando da vida das mulheres? Ou mesmo quando refletimos sobre liberdade restrita e a relação com a constante busca de superação das restrições para o exercício da liberdade das mulheres.

Importante destacar que na contemporaneidade as relações sociais entre homens e mulheres são inflexionadas pelo modo como, concretamente, o conservadorismo e o patriarcado nas suas formas de ser e enquanto complexos sociais históricos e distintos, vão se articular em ações e discursos ideológicos, impondo desafios conjunturais para as mulheres, sobretudo as trabalhadoras.

Partimos do patriarcado como definido pelo feminismo desde os anos 1970, configurando "uma relação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens" (DELPHY, 2009, p.173), cujas expressões contemporâneas, como veremos, comportam mediações importantes com a luta de classes, com o Estado e o fundamentalismo religioso.

Nos apoiamos na análise feminista do patriarcado enquanto "uma maneira de os homens assegurarem, para si mesmos e para seus dependentes, os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida". (SAFFIOTI, 2004, p. 105).

De acordo com essa autora, trata-se de uma "estrutura hierárquica, que confere aos homens o direito de dominar as mulheres, independente da figura humana singular investida de poder" (SAFFIOTI, 2004, p.102) e desse modo:

1. Não se trata de uma relação privada, mas civil;
2. Dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição;
3. Configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;
4. tem uma base material;
5. corporifica-se;

6. representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (p.57-58).

Desse modo, a determinação patriarcal nas "relações sociais de sexo" (DEVREUX, 2005; CISNE, 2014) ou nas "relações patriarcais de gênero" (SAFFIOTI, 2004; ALMEIDA, 2017), o que se expressa nas desigualdades vivenciadas pelas mulheres, de modo particular as trabalhadoras e negras.

2. EXPRESSÕES PATRIARCAIS CONTEMPORÂNEAS NA OFENSIVA CONTRA A CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

Sobre as expressões fenomênicas do patriarcado no Brasil do século XXI, atravessamos um período que impõe um impulso ao patriarcado, à medida que exacerba a imposição dos interesses e ideologias dominantes, sobretudo na segunda década em curso, em que os acordos políticos promovidos pela perspectiva conciliatória entre as classes tornaram-se desimportantes para os setores dominantes.

Põe-se um movimento de confluência entre os interesses dominantes econômicos e a ideologia do conservadorismo, que precisa ir além dos avanços políticos possibilitados na quadra histórica da década anterior. A direita frívola, se reordena indo às ruas, se articulando em grupos parlamentares com propostas de destituição de direitos e que contrariam a perspectiva democrática resultantes das lutas coletivas contra a ditadura.

Concretamente, isso vai resultar em propostas legislativas que se somam à do *Estatuto do Nascituro* (2007); como o *Estatuto da Família* (PL 6583/2013), visando restringir a família a casais heterossexuais; O Projeto de Lei 5069/2013, que visava criminalizar o aborto, decorrente de qualquer motivação, sendo colocado como um retrocesso para a luta das mulheres; e o *Projeto Escola sem Partido*[3] (PL 7180/2014), uma proposta para eliminar qualquer debate sobre história das relações entre os gêneros masculino e

feminino, diversidade sexual e de gênero, inclusive com uma perspectiva criminalizante para professores/as que abordem esses conteúdos.

Põe-se na ordem do dia uma ofensiva que, para se impor enquanto um valor coletivo, fortalece o patriarcado, reforçando um lugar de naturalização e necessária manutenção da desigualdade das mulheres, como uma dimensão que sustenta o conservadorismo político nas suas expressões contemporâneas, e que recorre à irracionalidade para se sustentar.

A vitória dos grupos dominantes e ideologicamente conservadores (e patriarcais) se impõem sucessivamente, desde a infiltração de grupos antipartidários e contrários à organização popular de esquerda nas mobilizações de 2013; passando pela polarização e descrédito popular nas eleições de 2014 e pelo processo de destituição do mandato da presidenta Dilma em 2016; coroada nas eleições de 2018, com a eleição do então presidente Jair Bolsonaro, expressão da articulação entre a irracionalidade, a ascensão do conservadorismo, com destaque para os discursos e as posturas patriarcais do governante e um plano de governo de base antidemocrático e antidireitos.

A relação dialética entre economia e política, tendo o trabalho enquanto mediação de primeira ordem constitui-se no fundamento para a apreensão das relações particulares que se expressam no atual fortalecimento da direita, do projeto neoliberal e do crescente terreno conservador no Brasil.

A ideologia da classe dominante é acionada como uma forma de convencimento, visando tanto se impor por meio de coerção, como estabelecer consensos em seu favor. É um modo constantemente atualizado de incidir sobre os valores da classe trabalhadora, de modo que quanto maior a necessidade de venda da força de trabalho para se reproduzir, mas essa classe carece de mediações e reflexões para o exercício da consciência de classe em si e classe para si.

São as condições objetivas que obstaculizam o desenvolvimento das capacidades humanas que afetam a organização coletiva consciente,

sob mediações culturais, políticas, educacionais, que uma vez desenvolvidas de modo desigual, subalterna e imediata, favorecem a miséria da razão, ainda que ontologicamente homens e mulheres sejam dotados de suas capacidades reflexivas críticas.

Destacamos, nesse sentido, nossa concordância com a análise de Eagleton sobre a ideologia, sobre a qual ele afirma que:

> A sociedade capitalista avançada ainda requer sujeitos autodisciplinados, cumpridores dos seus deveres e inteligentemente conformistas, que alguns consideram típicos apenas da fase "clássica" do capitalismo; só que esses modos particulares de subjetividade entram em conflito com as formas bastante diferentes da condição de sujeito apropriada a uma ordem "pós modernista", e essa é uma contradição que o próprio sistema é incapaz de resolver (EAGLETON, 1997, p.49).

A decadência da racionalidade, que segundo Coutinho (2012) passa a permear o pensamento filosófico burguês quando ao abandonar o humanismo, o historicismo e a razão dialética enquanto as categorias principais da razão progressista, a burguesia, ao mesmo tempo que rompe com a razão crítica, possibilita uma independência do proletariado, que, na primeira metade do século XIX, se encontra com a tendência progressista, quando se depara com a compreensão de que "o real como totalidade submetida a leis e a afirmação da historicidade dos processos objetivos são momentos determinantes da nova racionalidade em elaboração" (COUTINHO, 2012, p.26).

Não há dúvidas de que o trato teórico de fenômenos na sua aparência, bem como a ruptura com a racionalidade crítica que a caracteriza permite considerar que existe um traço conservador em sua constituição, o que não pode apontá-la como uma identidade do conservadorismo.

Tratando da incidência política do pós-modernismo, Anderson (1999) destaca que, conforme Hassan e sua influência enquanto teórico pós-modernista:

> Quanto à política, as velhas definições perderam praticamente todo significado. Termos como "esquerda e direita, base e superestrutura, produção e reprodução, materialismo e idealismo" tornaram-se quase inúteis, a não ser para perpetuar o preconceito (ANDERSON, 1999, p. 26-27).

Harvey (2014), em uma análise contundente da condição pós-moderna e sua incidência histórica nas variadas dimensões da vida social: política, cultura, tempo, arquitetura, ciências sociais, considera que:

> Os termos do debate, da descrição e da representação são com frequência tão circunscritos que parece não haver como escapar de interpretações que -não sejam autorreferenciais. É convencional nestes dias, por exemplo, descartar toda sugestão de que a "economia" (como quer que se entenda essa palavra vaga) possa ser determinante da vida cultural, mesmo (como Engels e Althusser sugeriram) "em última instância". O estranho na produção cultural pós-moderna é o ponto até o qual a mera procura de lucros é determinante em primeira instância (HARVEY, 2014, p.301).

A inflexão pós moderna no debate da desigualdade que marca as relações patriarcais entre os gêneros tende a tratar a questão como um fenômeno a histórico, quando não alheio às determinações de classes, de modo que a partir dos anos 1980 as desigualdades e suas expressões como a violência, a divisão sociossexual do trabalho e a intervenção política de sujeitos feministas vêm sendo abordadas como relações individuais

de poder, questões de identidade e de diferença, ou tem se buscado justificá-las como escolhas transitórias no âmbito das subjetividades.

É o que D'Atri (2017) sinteticamente nos explica:

> As teorias pós-modernas, que pretendem que as diferenças se dissolvam como categorias identitárias (ou não temos necessidade delas), referem-se ao excluído. Mas ao não ter em conta as relações de produção capitalistas nas quais se apoiam essas exclusões, concluem em uma luta pela "inclusão" (possível em uma democracia radical e plural) que, em vez de subverte-las, acaba abrindo espaço para a nova "tolerância" mercadológica da diversidade (D'ATRI, 2017, p.234).

Corroboramos que a investida no discurso da diferença constitui-se uma estratégia de cooptação da direita, de base antirradical e irracional, que acaba influenciando na fragmentação das bandeiras de luta da classe trabalhadora, como nos adverte Pierucci (2013), referindo-se à incorporação da diferença na teoria feminista como algo que para ele: "a fixação do olhar na diferença pode terminar em fixação essencializante de uma diferença" (p.127).

Outra investida da pós-modernidade no campo das relações patriarcais entre os gêneros (ou relações sociais de sexo) é abordá-las a partir da identidade, com um viés desestoricizador.

Uma crítica à perspectiva identitarista das relações sociais e da política, a partir de demandas individualizadas, é realizada por Haider (2019). Em sua análise da relação dos movimentos negros com a identidade, ele define a política identitária "como a *neutralização* de movimentos contra a opressão racial. É a ideologia que surgiu para apropriar esse legado emancipatório e colocá-lo a serviço do avanço das elites políticas e econômicas" (HAIDER, 2019, p. 37, grifos do autor).

As políticas identitárias cumprem também a função de distanciar uma verdadeira e necessária transformação nas condições desiguais de vida, próprias de uma sociedade de classes. Para Haider (2019),

> Na sua forma ideológica contemporânea, diferentemente da sua forma inicial como teorização da prática política revolucionária, a política identitária é um método individualista. Ela é baseada na demanda individual como ponto de partida. Ela assume essa identidade como dada e esconde o fato de que todas as identidades são construídas socialmente. (HAIDER, 2019, p.49).

Ao tempo que o conservadorismo contemporâneo tenta impor uma nulidade das diversas identidades forjadas na formação sócio-histórica brasileira (negra, indígena, população rural, população LGBT), a forma como as demandas formam incorporadas pelas políticas social liberais, sobretudo de 2003 a 2015 apresenta um caráter de insuficiência em relação às demandas apresentadas, não tardando a serem desvalorizadas no discurso político e nas medidas institucionais na última metade da segunda década dos anos 2000.

Destarte, se é possível operar com uma revisão do pensamento conservador no Brasil (FERREIRA e BOTELHO, 2010), é também necessário nos questionar que práticas políticas e que sujeitos são sustentados por esse pensamento e, ao mesmo tempo também o sustentam, tendo em vista que, conforme afirmam esses autores:

> É comum entre os conservadores a importância dada à religião; a valorização das associações intermediárias situadas entre o Estado e os indivíduos (família, aldeia tradicional, corporação) e a correlata crítica à centralização estatal e ao individualismo moderno; o apreço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações; o espectro da desorganização social visto

> como consequência das mudanças vividas pela sociedade ocidental (FERREIRA e BOTELHO, 2010, p.12).

A Bancada Evangélica se utiliza dos discursos religiosos para enquadrar as lutas das mulheres feministas, especificamente contra a legalização e descriminalização do aborto; O projeto de Lei Escola sem Partido se contrapõe a uma concepção da educação enquanto política pública que pode contribuir para a construção de relações igualitárias e o Movimento Brasil Livre aglutina pautas conservadoras e neoliberais, recorrendo a um conjunto de teóricos que são suas referências e organizando intervenções públicas que atacam o igualitarismo, mesmo aquele meramente formal.

Recorrendo à miséria da razão, à defesa da propriedade privada e da meritocracia, se contrapondo às perspectivas progressistas e evidenciando ojeriza ao comunismo e ao marxismo, corroboramos que o conservadorismo em suas expressões contemporâneas no Brasil, mais difundido como neoconservadorismo, tendo como um de seus traços "o reestabelecimento ou o (re)fortalecimento dos princípios religiosos como fundamento do comportamento moral dos indivíduos" (EUFRÁSIO, 2019, p.84), além de representar uma parcela da direita brasileira: "o ideário que hegemonizou a direita e levou Bolsonaro à presidência (LACERDA, 2019, p.17).

Algumas análises como a de Biroli (2017) apresentam a concepção de que há um casamento entre o conservadorismo e o liberalismo no Brasil atual, que se expressa enquanto um "reacionarismo moral conservador que se estabelece nas investidas correntes contra a agenda mais ampla dos direitos humanos e da inclusão afirmativa de grupos subalternizados" (BIROLI, 2017, p. 24-25).

Nessa mesma linha de análise, Keller (2019), apresenta alguns aspectos da relação simbiótica entre conservadorismo e liberalismo, cujas expressões fenomênicas para ela se dão de tal modo que:

> De outro modo, a realidade evidencia o fortalecimento de algumas manifestações fenomênicas particulares, que permitem traçar o perfil do conservadorismo brasileiro atual como: a) Militarista: aquela denominada "bancada da bala", que comanda a crítica aos direitos humanos, defende a volta da ditadura militar e tem como seu maior representante o agora presidente eleito Jair Bolsonaro (Partido Progressista[4]); b) Evangélica: que leva para o espaço público aquilo que considera valores sagrados, a exemplo da família e faz críticas a pautas de reconhecimento (gênero, raça, etc.), tendo como exemplo de representante o deputado federal Marco Feliciano (Podemos); c) Liberal: aqueles que fazem a defesa do livre mercado e criticam os programas sociais, a exemplo do empresário e senador Tasso Jereissati (Partido da Social Democracia Brasileira), que em 2016 votou a favor da Proposta de Emenda à Constituição do Teto dos Gastos Públicos (PEC 55/2016) e, em 2017, foi favorável à reforma trabalhista. (KELLER, S. B, 2019, p.115)

É nesse sentido que as políticas e o conjunto de direitos sociais na segunda década dos anos 2000 vão se distanciar das medidas sociais liberais da primeira década, adentrando um período de acelerada regressão, que ao mesmo tempo atendem às elites representantes do conservadorismo e do ultraliberalismo, acentuando o panorama conjuntural da perspectiva antidemocrática que burla a institucionalidade burguesa, cuja intolerância com os direitos abre margem para uma guerra antidireitos, cujos representantes no parlamento tratam de garantir ameaças e derrotas aceleradas ao conjunto da classe trabalhadora, com rebatimentos específicos para as mulheres.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao difundir sua dominação ideológica, ancorada na exploração da classe trabalhadora, a classe dominante brasileira historicamente lança mão de artifícios políticos que inviabilizem efetivação de direitos e ganhos políticos para a classe trabalhadora.

As mulheres e a população LGBTQIA+ que compõem a classe explorada, enfrentam desafios particulares diante das desigualdades históricas sofridas nas relações sociais entre os sexos.

No Brasil contemporâneo, a ascensão do conservadorismo se apoia em medidas que questionam e buscam refrear conquistas históricas para a classe trabalhadora e para as mulheres, fortalecendo uma perspectiva de desregulamentação de direitos.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Janaiky P. **Organismos Internacionais e Enfrentamento à Precarização do Trabalho das Mulheres na América Latina**. Brasília/DF, UNB, 2017. Tese de Doutorado.

BIROLI, Flávia. O fim da Nova República e o casamento infeliz entre neoliberalismo e conservadorismo moral. IN: BUENO, Winnie et all (ORGs). **Tem Saída? ensaios críticos sobre o Brasil.** Porto Alegre, Zouk, 2017.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil.** São Paulo, Boitempo, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão.** São Paulo, expressão Popular, 2012.

D'ATRI, Andrea. **Pão e Rosas: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo.** 2. ed. São Paulo, Edições Iskra, 2017. [Tradução Barbara Molnar, Flávia Toledo e Lara Zaramella]

DELPHY, Christine. Teorias do patriarcado. In: In: HIRATA, Helena [et. al.]. (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009. (pp. 173-178).

DEMIER, Felipe. **Crônicas de Dias Desleais: ultraneoliberalismo, neofascismo e pandemia no Brasil.** Rio de Janeiro, Mauad, 2020.

DEVREUX, Anne Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. IN: **Revista Sociedade e Estado,** Departamento de Sociologia/UNB, v. 20, nº 3, p. 561-584, 2005.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução.** São Paulo, Boitempo, 1997. [Tradução Luís Carlos Borges Silvana Vieira].

EUFRÁSIO, Amanda. **Expressões do Conservadorismo Moral na Atualidade.** A culpabilização de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. São Paulo, PUC, 2019. [Tese de Doutorado]

FERREIRA, Gabriela N; BOTELHO, André. INTRODUÇÃO. IN: FERREIRA, Gabriela N; BOTELHO, André (Orgs). **Revisão do Pensamento Conservador: ideias e política no Brasil.** São Paulo, HUCITEC/ FAPESP, 2010. [Coleção Pensamento Político-Social].

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 48.ed. São Paulo, Global, 2003.

HAIDER, Assad. **Armadilha da Identidade: raça e classe nos dias de hoje.** São Paulo, Veneta, 2019. [Coleção Baderna].

HARVEY, David. **As Origens da Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999. [Tradução Marcus Penchel].

IASI, Mauro. De onde vem o Conservadorismo? IN: IASI, M. **Política, Estado e Ideologia na Trama Conjuntural.** São Paulo, ICP, 2017. [pp.379-388]

KELLER, Suellen B. **A Ofensiva do Conservadorismo: Serviço Social em tempos de crise.** Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2019.

LACERDA, Marina B. **O novo conservadorismo brasileiro.** Porto Alegre, Zouk, 2019.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social II.** São Paulo, Boitempo, 2013.

PERRY, Anderson. **As Origens da Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999. [Tradução Marcus Penchel].

PIERUCCI, Antônio F. **Ciladas da Diferença.** 3. ed. São Paulo, Editora 34, 2013.

ROJAS, Gonzalo. Fim do ciclo petista, as esquerdas no processo eleitoral e sua construção política. IN: **Dossiê Esquerdas, eleições e transformações estruturais da sociedade brasileira.** Marxismo 21, 2014. Disponível em: https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/09/Gonzalo-Rojas-dossie.pdf, acesso em 18 de setembro de 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência.** São Paulo, Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, Jamerson M. **Tendências Ideológicas do Conservadorismo.** Recife, UFPE, 2016. [Tese de Doutorado].

WEBER, Max. **Economia e Sociedade.** Brasília/DF, Editora UNB e Imprensa Oficial de São Paulo, 2004. [Tradução Regis Barbosa e Karen Barbosa].

2 O "NEGACIONISMO" BOLSONARISTA: ENTRE O "FATOR" OLAVO DE CARVALHO E O PROJETO REACIONÁRIO MILITAR DE PODER

O "NEGACIONISMO" BOLSONARISTA: ENTRE O "FATOR" OLAVO DE CARVALHO E O PROJETO REACIONÁRIO MILITAR DE PODER

Dandara Emilly Silva Chagas
Jamerson Murillo Anunciação de Souza

SITUANDO A PROBLEMÁTICA DO "NEGACIONISMO" BOLSONARISTA

Procuramos enfocar as origens do chamado "negacionismo", uma modalidade específica de discurso anticientífico que emergiu a partir do recrudescimento da sindemia[5] de COVID-19 no Brasil, durante o ano de 2020 e primeira metade de 2021.

Nossa hipótese de trabalho consiste na relação de afluência entre: a ideologia produzida por Olavo de Carvalho desde os anos 1990, designada aqui como "olavismo" e o projeto reacionário de poder de parte do alto comando das Forças Armadas (sobretudo do Exército). As "afinidades eletivas" entre essas duas vertentes ídeo-políticas desaguaram, entre outras dimensões, na trágica condução das políticas de combate à sindemia de COVID-19 na esfera do Executivo Federal.

Esse discurso, designado aqui como "negacionista", tem sido amplamente executado por sujeitos com várias inserções na sociedade brasileira: desde empresários, médicos, jornalistas de extrema-direita, intelectuais reacionários, até parlamentares, ministros de Estado e magistrados, além do próprio Presidente da República.

O marco teórico-conceitual de análise, que define nossa abordagem de método, consiste no referencial da tradição crítico-dialética, com destaque para as reflexões dos filósofos Karl Marx, sobretudo seus

estudos reunidos em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (2011) e Georg Lukács, com o *Para uma ontologia do ser social* (2013). A metodologia responde pela pesquisa bibliográfica e documental, em fontes primárias e secundárias.

Em função do restrito espaço deste capítulo, selecionamos apenas aspectos imprescindíveis para subsidiar nossa hipótese de trabalho. Como consequência, uma série de conteúdos relevantes, documentados pela imprensa escrita e audiovisual, com entrevistas, declarações, publicações *online* de sujeitos relevantes, a exemplo do Presidente da República e de Ministros palacianos, não puderam ser incorporados à exposição.

Abrimos o debate situando a influência de Olavo de Carvalho na conformação ideológica do Governo Bolsonaro. Destacamos alguns pontos de suas exposições, na tentativa de deixar claros os vínculos entre sua produção ideológica (textual e audiovisual) e o discurso reacionário-negacionista que emerge no cenário sindêmico brasileiro.

Em paralelo, sintetizamos as linhas-mestras do projeto reacionário de poder de setores do alto escalão das Forças Armadas. Qualificamos este projeto como reacionário frente ao enaltecimento do Regime Militar (1964-1985), em contraste com a assim chamada "Nova República", demarcada pela Constituição Federal de 1988.

Há um projeto de poder autocrático nesse segmento, expressado materialmente, entre outras formas, nas notas públicas assinadas pelo Alto Comando, por Generais individuais da reserva e da ativa, além das notas do Clube Militar, sempre inspiradas no anticomunismo da Guerra Fria e em tons ameaçadores à democracia[6]. É possível ainda acrescentar as posições publicadas em redes sociais, sobretudo o *Twitter*, nas quais os comandantes das forças expressam suas opiniões favoráveis ao Governo Bolsonaro.

A ditadura empresarial-civil-militar, de caráter repressivo e violento, interrompeu a construção democrática que estava amadurecendo desde os anos 1950. Do mesmo modo, implicou uma herança autoritária que ecoa nos círculos do alto comando militar. Essa herança contribui na

composição do projeto reacionário de poder das frações militares que atracaram no Governo Bolsonaro[7].

De posse desses elementos, traçamos nas considerações finais linhas de análise sobre a conjuntura em tela, cujas repercussões terão como pontos importantes de referência histórica: i) o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da COVID[8], que tem potencial para resultar em *impeachment*, surgindo ou não reações expressivas de grupos extremistas em defesa de Bolsonaro ii) as eleições presidenciais de 2022, com potenciais agressões de grupos bolsonaristas (com incidências nas Polícias Militares dos estados) às instituições da República (a exemplo da invasão ao Capitólio nos Estados Unidos, em 06 de janeiro de 2021, estimulada por Donald Trump e elogiada por bolsonaristas de destaque) e iii) a capacidade contestatória das manifestações de rua capitaneadas pelas esquerdas.

Mesmo fragilizadas pelas reformas trabalhista e previdenciária, pelo Golpe de 2016 e pelos riscos que a sindemia impõe às aglomerações, as esquerdas conhecem e sabem explorar o poder de pressão das manifestações de rua. Embora não possa ser mecanicamente identificado como elemento decisivo, uma vez que a concentração do poder político no Brasil passa por grupos corporativos, bancadas parlamentares financiadas com "Caixa 2"[9], poder de barganha do setor financeiro e do agronegócio, manifestações políticas das cúpulas das Forças Armadas, entre outros, as manifestações de rua dão, no mínimo, a temperatura das tendências eleitorais subsequentes.

Para a maioria dos partidos fisiológicos no Brasil, a questão central é a tentativa de angariar esses votos. Trata-se, como se nota, de um poder de pressão indireta, pois as manifestações se transformam em votos no Parlamento quando assumem volume e capilaridade expressivos, associados às coberturas de mídia, parcos resultados econômicos e insatisfação de grupos estratégicos como os citados acima.

1. O "FATOR" OLAVO DE CARVALHO: ENTRE O "NEGACIONISMO" E O PROJETO MILITAR DE PODER

Olavo de Carvalho, astrólogo, auto-intitula-se "filósofo", embora não tenha formação em nível superior e não seja reconhecido pela comunidade acadêmica da Filosofia como um autor relevante. Consolidou-se, ao longo dos últimos 30 anos, como uma espécie de "guru" para um espectro relevante de grupos de extrema direita no Brasil. Essa posição foi construída mediante sua produção bibliográfica, atuação em redes sociais populares, "cursos" de filosofia *online*[10] (sem reconhecimento do Ministério da Educação) e conteúdo audiovisual para a plataforma de vídeos *Youtube*.

Um dos sintomas de sua popularidade é o fato de ter se tornado um fenômeno no mercado literário nacional. São mais de 20 livros[11], alguns figurando nas listas de mais vendidos das principais livrarias do país e nas revendedoras *online* como a *Amazon*.

Durante a campanha presidencial de 2018, entre setembro e dezem-bro, as vendas triplicaram, chegando a vender mais de 50 mil cópias, de acordo com o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL)[12].

O mais vendido, *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*, de 2013, estava sobre a mesa do então Presidente Eleito Jair Bolsonaro, em seu pronunciamento após a publicação do resultado da eleição, em 2018. Igualmente, foi ostentado no púlpito da Câmara Federal pelo Deputado Eduardo Bolsonaro, em discurso realizado em 8 de junho de 2018[13].

Aparece também entre os livros à mostra nas *lives* da ativista de extrema-direita Sara Fernanda Giromini, conhecida como Sara Winter, investigada em inquéritos conduzidos pelo Ministro Alexandre de Moraes, do STF. Sara Winter se notabilizou por uma intensa e extremista militância política, com inspiração olavista, na conjuntura 2018-2020. Povoou noticiários de circulação nacional liderando um grupo de emulação da Ku Klux Klan intitulado 300 do Brasil[14].

Sara possui uma livraria online onde vende uma série de livros para "formação intelectual e política" conservadora, com temas que envolvem: anti feminismo, "ideologia de gênero", "escola sem partido", entre outros temas encontrados na literatura olavista. A ativista conta com uma página de recomendações em que aparecem 3 livros de Olavo de Carvalho, incluindo um "Kit Olavo".[15]

Olavo de Carvalho é chamado de "professor" por seus seguidores, denotando um gesto de reverência e admiração, embora o astrólogo não possua titulação acadêmica em qualquer área do conhecimento. Figura como referência intelectual para vários integrantes (ou ex-integrantes, a depender da temporalidade escolhida para análise, dada a alta rotatividade das nomeações e exonerações) do Governo Bolsonaro e por seus filhos: Flávio[16] (Senador pelo Rio de Janeiro), Eduardo[17] (Deputado Federal por São Paulo) e Carlos[18] (Vereador da cidade do Rio de Janeiro).

Os três filhos do presidente são investigados em inquéritos no STF e pela PF, envolvendo esquemas denunciados como "rachadinhas" (peculato na Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro), "fake news" (suposto "Gabinete do Ódio" cujo objetivo é assassinar reputações de opositores na internet) e "atos antidemocráticos" (manifestações conservadoras que defendem o fechamento do STF, do Congresso Nacional, o Ato Institucional nº 5 e a volta da Ditadura)[19].

Em comitiva presidencial aos Estados Unidos, pouco tempo depois da posse de Jair Bolsonaro, parte importante da cúpula do Governo brasileiro foi recebida em um jantar na embaixada brasileira. Os registros do momento destacam a presença de Olavo de Carvalho ao lado de figuras centrais naquele momento, como Sergio Moro (ex-Ministro da Justiça), Eduardo Bolsonaro (Deputado Federal e filho do Presidente), Ernesto Araújo (ex-Ministro das Relações Exteriores), Steve Bannon (estrategista da recomposição do extremismo de direita no mundo, com tonalidades de neofascismo e uso intenso dos algoritmos das redes sociais), Filipe G. Martins (ex-assessor especial da presidência da república para assuntos

internacionais – processado[20] por reproduzir gestos supremacistas no Senado)[21].

Orbitando esse núcleo, alguns discípulos olavistas como os irmãos Arthur (ex-Assessor Especial da Presidência da República) e Abraham Weintraub (ex-Ministro da Educação), Allan dos Santos (blogueiro), Oswaldo Eustáquio (blogueiro e jornalista), Roberto Alvim (ex-Assessor Especial de Cultura – demitido após a repercussão negativa de um vídeo em que emulou um discurso nazista[22] inspirado em Goebbels), Sergio Camargo (Presidente da Fundação Palmares[23]), Onyx Lorenzoni (atualmente Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência do Brasil), repercutem as teses de Olavo de Carvalho operando diversas funções.

Citem-se: comunicação, decisões executivas, indicações para cargos estratégicos de confiança, relações com a imprensa, arregimentação de quadros militantes, produção de intelectuais ativistas, diálogo com o setor empresarial, produção ideológica e discursiva, entre outras.

Por um tempo, Olavo chegou a ser inspiração do Movimento Brasil Livre – MBL, um dos movimentos mais combativos em defesa do *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff. O MBL se afastou de Olavo ao longo de 2019 e atualmente trocam acusações públicas nas redes sociais[24]. Com a catastrófica gestão da sindemia no Brasil, o MBL rompeu com o Governo Bolsonaro e acabou assinando o "super pedido de impeachment"[25]. No entanto, permanece com suas convicções neoliberais, procurando adequações para uma "terceira via" de direita, visando as eleições presidenciais de 2022.

Além da produção literária propriamente dita, sob a forma de livros, Olavo conta com um *blog*[26] onde escreve suas reflexões. Antenado com os novos canais de comunicação, Olavo procura ocupar as várias redes sociais e o mundo digital. Seu canal no *Youtube*, por exemplo, conta com mais de um milhão de inscritos, e dezenas de milhões de visualizações[27]. Essa intensa atividade na produção audiovisual acabou se transformando em uma importante fonte de monetização para o astrólogo.

O guru presidencial tem entre suas principais estratégias a propagação do anticomunismo, que é uma ideologia com raízes nos conflitos internacionais que marcaram a chamada Guerra Fria. A América Latina, nesse contexto, figurava como objetivo estratégico da dominação estadunidense. O Brasil, em particular, tem papel de destaque nesse objetivo, contando com importantes e poderosos setores colaboracionistas com os interesses do *Tio Sam*.

2. O "ESPANTALHO" DO "MARXISMO CULTURAL" E A DEFESA DA DITADURA MILITAR

O anticomunismo de Olavo de Carvalho tem como principal método de ação a ofensiva ao chamado "Marxismo Cultural". Alinhado ao discurso estadunidense de criminalização do comunismo e elegia ao capitalismo, o astrólogo aderiu às teses que ecoavam da Doutrina de Segurança Nacional, da Escola Superior de Guerra – ESG, do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD, além da linha argumentativa exposta no projeto ORVIL[28].

A ideia central defendida pelo olavismo, inspirada no ORVIL, é a de que a Ditadura Militar (1964-85) foi vitoriosa na "guerra" aberta contra os grupos da esquerda armada. Mas essa vitória não teria alcançado êxito no terreno da cultura, que envolve a academia, a imprensa, artistas e intelectuais. Esses setores teriam sido dominados pela hegemonia "esquerdista" e sobreviveram à "guerra" da luta armada.

Caberia, portanto, nessa linha de pensamento alinhada à Doutrina de Segurança Nacional, completar o ciclo por meio da "guerra cultural", que exige outros métodos de combate: patrulhamento ideológico, censura, destruição de reputações, assédio judicial a alvos estratégicos, procedimentos disciplinares contra funcionários públicos, desmoralização das bandeiras das esquerdas, entre outros.

Na "guerra cultural", um dos alvos centrais é o chamado "marxismo cultural". É nesse ponto que o filósofo italiano Antonio Gramsci passa a ser identificado como um dos mais insidiosos representantes do "marxismo cultural". Em seu livro publicado pela primeira vez em 1994, intitulado "A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci", Olavo dedica esforços para provar a ameaça do que ele chama de "gramscismo" à sociedade brasileira.

Em sua visão, que ecoa o anticomunismo, a filosofia marxista nem sequer se constitui como uma filosofia propriamente dita (acusação "curiosa" vinda de um astrólogo), mas sim

> Uma estratégia de ação psicológica, destinada a predispor o fundo do 'senso comum' a aceitar a nova tábua de critérios proposta pelos comunistas, abandonando, como 'burgueses', valores e princípios milenares. (CARVALHO, 1994, p.70).

Segundo o autor, as análises marxistas da luta de classes na história seriam um truque para enquadrar como "burgueses" valores que, segundo ele, são milenares e "naturais da sociedade". No olavismo a naturalização de processos históricos empreendidos pelos indivíduos tem por objetivo realizar uma apologia indireta ao capitalismo, de modo a conservar as práticas capitalistas, conforme discute Lukács (2019) acerca da *decadência ideológica da burguesia*.[29]

Para o autor, ecoando as teses que atacam a razão e a modernidade, existiria uma espécie de "fé cega" na ciência que, segundo ele, estaria impregnada de ideologias (na acepção de falsa consciência) e espraiada por toda a sociedade. Por estar "contaminada" com ideologia, a ciência não teria validade, seria apenas "um símbolo aglutinador destinado a criar um senso de identidade e auto confiança nos grupos sociais empenhados em espalhar a ideologia do anticristianismo militante" (CARVALHO, 2013).

Sublinhe-se a ênfase olavista na contraposição entre marxismo e cristianismo. Essa ênfase contribui na produção de uma espécie de "pânico" anticomunista, uma vez que o marxismo, nesse contexto, seria uma espécie de patrulha militante anti-cristã.

Nesse diapasão, nota-se a formação de terreno fértil para o discurso do "conspiracionismo" com nítidas tonalidades delirantes[30]. As teorias da conspiração contribuem para a formação do negacionismo, uma vez que a identificação de cada temática relevante é relacionada a alguma conspiração de grupos obscuros, apontados como mentores da "ordem mundial". Exemplo notável dessa relação entre as teorias da conspiração e o negacionismo é a *Qanon*[31], teoria conspiracionista muito influente nos Estados Unidos e atualmente presente também no Brasil.

No terreno conspiracionista de Olavo, o negacionismo é regra: i) o racismo não existiria, seria o discurso revanchista de setores vitimistas, (ii) o machismo seria a imposição natural das qualidades masculinas sobre as femininas, (iii) as lutas feministas seriam expressão de recalque sexual, (iv) homofobia seria uma invenção de esquerda para fazer valer a "ditadura gayzista", (v) o período 1964-85 não teria sido uma ditadura, mas uma necessária intervenção militar que ajudou a combater o comunismo no Brasil. A lista pode se estender, sempre no sentido da negação antitética de debates urgentes. Do mesmo modo, dá vazão à tentativa de revisionismo histórico, notoriamente em *O imbecil coletivo* (2018) - um dos seus livros mais vendidos[32].

Voltando ao "problema Gramsci" no olavismo, o astrólogo enxerga no pensador italiano um alto grau de ameaça à ordem, em virtude dos anos preso no cárcere fascista de Mussolini. Para Olavo, o cárcere de Gramsci o tornou solitário e "homens solitários voltam-se para dentro, tornam-se subjetivistas e profundos" (CARVALHO, 1994, p. 54). Tal afirmação sugere que as contribuições de Gramsci foram produzidas a partir de um distanciamento da prática e da organização política que se deu nas ruas da Itália.

O subjetivismo em Gramsci representaria a produção de um pensamento estratégico mais sutil e perigoso que os clássicos do marxismo. Para ele, Gramsci, impossibilitado de agir, criou uma estratégia para controlar corações e mentes, imperceptivelmente (CARVALHO, 1994).

Para Olavo, por essa razão é que Gramsci é o mais perigoso dentre os marxistas e possuiria bastante influência na sociedade brasileira, principalmente nos partidos políticos de esquerda. Com essa associação entre Gramsci e partidos de esquerda (ou centro-esquerda), como o Partido dos Trabalhadores (PT)[33], por exemplo, o autor não apenas vincula uma teoria conspiratória ao comunismo, aqui representado pelo filósofo italiano, mas a toda a esquerda, gerando não apenas anticomunismo, mas uma mentalidade anti-esquerda genérica e difusa. Essa atuação política pode ser identificada como uma espécie de "hipocondria" do anti-esquerdismo[34].

O anti-intelectualismo, produzido simultaneamente à "hipocondria" do anti-esquerdismo, por tais posições, assume também a forma do ataque às universidades públicas. Olavo e seus seguidores propagam esses ataques em vídeos e em redes sociais, mas está latente também no material bibliográfico de sua autoria. O argumento é o de que o "Marxismo Cultural", representado principalmente por Gramsci, estaria dominando as universidades do país, em especial os cursos de ciências humanas, o que colocaria em xeque a produção de conhecimento nesses espaços - não é coincidência a afinidade entre essas "teses" olavistas e aquelas sustentadas pelo "movimento" "Escola sem partido"[35].

A crença nessas ideias conspiratórias é de tal ordem que o olavista Abraham Weintraub foi nomeado para a pasta da Educação mirando atacar a suposta hegemonia do "marxismo cultural" na academia. Esse combate permitiria, ao mesmo tempo, atingir a suposta adesão ao comunismo decorrente da propagação dessas ideias na sociedade civil brasileira.

O resultado global do olavismo é o solipsismo ideológico, cuja métrica está referenciada exclusivamente nas opiniões do astrólogo. Para os convertidos, a visão de Olavo tem absoluta prioridade em detrimento

da ciência feita pelos cientistas com formação superior e pós-graduação. O olavismo, nesse sentido, tem traços comuns com as seitas religiosas.

Afluindo com a "hipocondria" do anti esquerdismo, com o solipsismo ideológico e com a Doutrina de Segurança Nacional, temos que o bolsonarismo e o olavismo se fundem numa apologética do período ditatorial – modelo máximo de perseguição anticomunista no Brasil. O olavismo recolhe de relatos pessoais de defensores do Regime, por si mesmos, o substrato de fundamentação para a defesa da autocracia burguesa como salvacionismo anticomunista.

No mesmo tom conflui o livro *A verdade Sufocada:* a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça (2007)[36], de autoria do torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, figura reverenciada por Jair Bolsonaro e seus asseclas. Ancorado no ORVIL, *A Verdade Sufocada* é um inventário de menções a atos da esquerda armada durante a história.

O objetivo do livro é preparar o terreno de enaltecimento da Ditadura como "heróica" e "patriótica" em defesa do Brasil contra o comunismo. Nessa visão, o Brasil teria sido "salvo" da "ditadura comunista", cujo objetivo seria o de solapar "liberdades", fazendo do país uma espécie de "China Tropical", caso os comunistas tivessem prosperado e tomado o poder.

Essa visão do torturador Ustra está subjacente ao discurso do Presidente Bolsonaro, quando em aparições públicas ele se refere à "defesa das nossas liberdades como bem maior da nação, maior que a própria vida"[37]. Trata-se de uma ideia restrita à concepção de que empreender a guerra cultural contra o comunismo significa, mecânica e messianicamente, a garantia da "liberdade".

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alta cúpula das Forças Armadas ampliou sua força, ao tempo em que os olavistas mais efusivos foram sendo ejetados da administração.

Alguns "caíram para cima" ao receber cargos estratégicos em organismos internacionais, como o Banco Mundial, ou foram acomodados no segundo escalão palaciano.

Entretanto, o olavismo segue sendo influente na amarração da governabilidade do Presidente Bolsonaro. Essa amarração, todavia, tem se fragilizado a passos largos, uma vez que o conjunto de partidos fisiológicos que conformam o assim chamado "Centrão" na Câmara dos Deputados, tem cota de votos em um possível processo de *impeachment*. Essa jogada não está à disposição do xadrez olavista, o que fragiliza seu poder de barganha na "pequena política".

Por outro lado, paradoxalmente, o anúncio de lançamento de um novo canal de TV do governo, ainda sem nome oficial, vem sendo apelidado como TV Olavo, justamente pela expectativa de que os programas da grade sejam pró-governo, atuando na difusão de ideias conservadoras, possivelmente criadas por ex-alunos de Olavo de Carvalho.[38]

Com a repercussão das investigações da CPI da Covid e as (por ora) suspeitas de corrupção na compra das vacinas, vemos o desmoronamento do principal discurso responsável pela eleição de Bolsonaro, o do "combate à corrupção". Tais suspeitas põem em evidência também a participação de militares, da ativa e da reserva, nos esquemas de compras superfaturadas de vacinas, mediadas por atravessadores obscuros.

As reações dos militares às investigações já tomam formas concretas. Destaca-se a carta de repúdio divulgada pelo Ministro da Defesa Walter Braga Netto, assinada por ele e pelos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em que afirmam "não aceitar" "qualquer ataque leviano" à "honra" das Forças Armadas. Entre outros conteúdos que deixam transparecer intenções golpistas, há uma tentativa clara de intimidação ao Senador Omar Aziz, Presidente da CPI da Covid.[39]

As tendências colocadas pela conjuntura em tela permitem inferir que as disputas por hegemonia no interior do "bloco" bolsonarista devem ser deslocadas em favor do projeto reacionário de poder militar. O olavismo, estruturante na construção ideológica do bolsonarismo na

sequência do Golpe de Estado de 2016, tem perdido posições estratégicas no núcleo decisório e decisivo do poder executivo federal.

Portanto, não parece ser despropositada a hipótese de desidratação continuada da influência olavista, cedendo definitivamente aos avanços fardados do generalato e fisiológicos do "Centrão".

A ascensão do olavismo como hegemonia ideológica parece estar se fragmentando ante as forças mais tradicionais e pragmáticas da política brasileira. Sua queda está em andamento, com passo acelerado.

REFERÊNCIAS

BOLSONARO, Carlos. Alegar que @OdeCarvalho não é o principal inspirador de toda a transformação cultural que atravessamos é puramente resultado do gramscismo aplicado em todos os cantos. [...] Rio de janeiro, 6 fev. 2019. Twitter: @CarlosBolsonaro. Disponível em: https://twitter.com/CarlosBolsonaro/status/1093174936859013121. Acesso em 25 jun, 2021.

BOLSONARO, Flávio. Parabéns aos Professores pelo dia de hoje e muito obrigado por tudo que fazem pelo nosso Brasil. [...] Rio de Janeiro, 15 out. 2018. Twitter: @FlavioBolsonaro. Disponível em: https://twitter.com/FlavioBolsonaro/status/1051861223770345472. Acesso em 25 jun. 2021.

CARVALHO, Olavo de. **A nova era e a revolução cultural:** Fritjof Capra & Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: Instituto de Artes Liberais & Stella Caymmi. 1994

CARVALHO, Olavo de. **Fórmula de minha composição ideológica.** In: Fórmula de minha composição ideológica. [S. l.], 1998. Disponível em: http://old.olavodecarvalho.org/textos/compideo.htm. Acesso em: 23 jun. 2021.

CARVALHO, Olavo de. **Modernidade real e imaginária.** In: Modernidade real e imaginária. [S. l.], 2013. Disponível em: https://

olavodecarvalho.org/modernidade-real-e-imaginaria/. Acesso em: 23 jun. 2021.

CARVALHO, Olavo de. **O imbecil coletivo: atualidades interculturais brasileiras.** Rio de janeiro: Record, 2018.

LOSURDO, Domenico. **A hipocondria da antipolítica: história e atualidade na análise de Hegel.** Tradução Jaime Clasen. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

LUKÁCS, György. **Marxismo e Teoria da Literatura.** 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MACIEL, Licio; NASCIMENTO, José Conegundes. **Orvil – Tentativas de Tomada do Poder.** São Paulo: Ed Schoba, 2012.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um país pós-político.** Goiânia: Editora Caminhos, 2021.

TIBURI, Márcia. **Delírio do Poder:** psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação. Rio de Janeiro: Record, 2019.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **A verdade Sufocada**: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. São Paulo: Editora Set, 2007.

POLÍTICA SOCIAL

3 PANDEMIA, AUXÍLIO EMERGENCIAL, TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PANDEMIA, AUXÍLIO EMERGENCIAL, TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Marcelo Sitcovsky
Rafaella Guimarães Sitcovsky

Nos ambientes acadêmicos e nas organizações políticas, a pandemia de covid-19 reacendeu debates sobre a proteção social – particularmente, a respeito das políticas direcionadas ao enfrentamento à pobreza. Em âmbito mundial, registram-se propostas diversas sobre o tema. Alguns até afirmaram que uma nova ordem social e um novo tipo de Estado surgiriam após a pandemia.

Em razão das medidas econômicas adotadas em diversos países – em especial, as que se referem às ações de proteção aos riscos sociais decorrentes dessa crise sanitária –, a discussão em torno dos programas de renda mínima ressurgiu com relativa força, mobilizando setores de espectros políticos distintos, até mesmo antagônicos.

No Brasil, cabe destacar que o auxílio emergencial de proteção social às pessoas em situação de vulnerabilidade devido à pandemia de covid-19 resultou de disputas e enfrentamentos travados no interior da sociedade brasileira, especificamente, no Parlamento. A proposta apresentada pelo Governo Bolsonaro, em 2020, previa apenas R$ 200,00 como renda mínima para uma fração significativa da força de trabalho do país – trabalhadores e trabalhadoras na informalidade.

Duramente criticada no Congresso Nacional, a proposta do governo foi aprovada somente depois que o valor do auxílio passou para R$ 600,00, previsto inicialmente para ser pago por três meses. Para famílias nas quais a mulher é a única responsável pelas despesas, o valor mensal chegou a R$ 1.200,00.

Nunca é demasiado ressaltar que o governo anunciou uma proposta para contemplar a classe trabalhadora somente depois de

já ter adotado medidas de proteção ao capital financeiro, mediante a liberação de R$ 1,3 trilhão para assegurar liquidez ao sistema financeiro.

O objetivo do presente texto é contribuir para a análise sobre a unidade contraditória entre assistência social e trabalho precário, tendo como elemento de mediação o Auxílio Emergencial.

1. APONTAMENTOS SOBRE O TRABALHO ASSALARIADO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

No Brasil, a história do trabalho assalariado é marcada por elementos que expressam aspectos universais, particulares e singulares, com condições de desenvolvimento que já foram objeto de inúmeras pesquisas e estudos no campo da sociologia do trabalho. Não nos cabe, dentro dos limites deste capítulo, reproduzir todo o acúmulo de conhecimento existente na área, mas avaliamos ser necessário recuperar as tendências mais recentes do trabalho assalariado no país.

> Segundo o economista Samir Amin, cinquenta anos atrás, 80% da classe trabalhadora exercia ocupações estáveis e apenas 20% se encontravam em situações instáveis de alguma forma. Atualmente, 40% são estáveis, 40% instáveis e 20% são desempregados (AMIN, 2018, apud SANTOS & JAKOBSEN, 2020, p.18-19).

No período de industrialização intensiva, na década de 1950, o mercado de trabalho brasileiro se desenvolveu com um consistente (embora limitado) processo de integração dos trabalhadores, apesar de persistirem as arcaicas formas de trabalho. Na década de 1980, a referida integração estacionou, como resultado dos processos de reestruturação do capital.

> Com quase dois séculos de construção do Estado nacional desde a sua Independência, o Brasil encontra-se diante

> da inédita via regressiva com características neocoloniais. Isso porque após ter experimentado o exitoso ciclo de expansão produtiva e ocupacional entre as décadas de 1930 e 1970, passou a apresentar trajetória capitalista declinante de sua economia e desestabilizadora no interior do mundo do trabalho. (POCHMANN, 2020, p.34)

As transformações recentes nos métodos e processos de produção reforçam a tendência histórica das relações de produção capitalista no Brasil, qual seja, a combinação dialética entre trabalho precário e acumulação de capital.

Segundo Pochmann (2008), desde 1990, com o abandono do projeto brasileiro de industrialização, as formas de contratação da força de trabalho passaram por mudanças significativas, determinadas, em larga medida, pela abertura comercial e financeira, o que impôs a generalização da flexibilização dos contratos de trabalho ao setor produtivo. Outrossim, a terceirização da força de trabalho ganhou importância, ancorada no setor terciário – particularmente, nos serviços vinculados à produção e à distribuição.

As formas e modelos de gestão e contratação da força de trabalho, com a criação de programas de qualidade total, banco de horas, contratos temporários, cooperativas de trabalho e terceirizações, garantiram condições vantajosas à perpetuação da acumulação capitalista.

Ancorado no discurso do combate à crise e da necessidade de modernização, o Estado brasileiro adotou medidas para oferecer condições jurídicas e políticas que permitissem novas modalidades de contratação da força de trabalho. De acordo com Pochmann (2008), a partir de 1995, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Tribunal Superior do Trabalho (TST) favoreceram a proliferação das terceirizações no Brasil. Até 1999, vários mecanismos legais haviam sido criados, entre eles: contratos de trabalho assalariado especial para micro e pequenas empresas e temporário reformulado (1996); contratos por tempo de trabalho determinado e por jornada parcial de trabalho, além da

suspensão contratual por dois a cinco meses, para qualificação (1998); lei para flexibilizar a demissão por excesso de pessoal (1999); e participação nos lucros (1994), que tornou uma parte crescente do salário variável e sem incidência de custos trabalhistas.

No Brasil do século 21, as condições de vida e trabalho do povo brasileiro vêm se deteriorando em razão do projeto econômico, político e social dominante no país. Em 2017, com o mote de uma "reforma" trabalhista e, mais uma vez, sob o discurso da necessidade de modernização da legislação trabalhista do país e da promessa de ampliação dos empregos, foi promovida uma devastação nos direitos do trabalho.

As mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) patrocinaram uma intensa regressão nas relações de trabalho, o que reforçou um ambiente historicamente refratário aos direitos vinculados à cobertura dos riscos sociais do trabalho. Da mesma forma, ao admitir a constitucionalidade da terceirização para todas as etapas do processo produtivo, inclusive as atividades-fim, o Supremo Tribunal Federal (STF) potencializou a precarização do trabalho.

As análises sobre os impactos da "reforma" trabalhista têm revelado o aprofundamento de características históricas, a exemplo da infor-malidade, e o aumento constante do desemprego. É importante observar o impacto igualmente devastador da modalidade de trabalho intermitente, que, na esteira do processo de "uberização" do trabalho, deságua naquilo que Ricardo Antunes (2018) nomeou de "privilégio da servidão".

A "reforma" trabalhista, a generalização das terceirizações e a "reforma" da Previdência do Governo Bolsonaro, combinadas com a política econômica ultraneoliberal, ampliaram e aprofundaram traços históricos do mercado de trabalho brasileiro. Nossa hipótese de trabalho é que tais transformações repercutem diretamente no aumento da demanda pela política de assistência social, de forma específica, no que se refere à segurança de renda, que é parte constitutiva do Sistema

Único de Assistência Social (SUAS) e vem sendo garantida por meio dos programas assistenciais de transferência.

A situação da classe trabalhadora brasileira é dramática, pois, além da incidência do trabalho precário, observa-se o crescimento da pobreza absoluta. Cabe destacar que os mecanismos acionados como tentativa para superar a crise não têm demonstrado eficácia nenhuma, pois se concentram nos efeitos, e não nas causas. Como resultado, assiste-se à elevação do desemprego e à precarização generalizada das ocupações. Essa dinâmica, do nosso ponto de vista, favorece a busca crescente pelos programas e serviços do SUAS.

Pochmann (2020) diz ainda que, após meio século de construção da sociedade salarial na perspectiva da cidadania regulada, o Brasil passou a conviver com retrocessos inegáveis. Entre 1989 e 2019, a taxa de assalariamento apresentou inédita redução de 6,7%, passando de 64,1% da População Economicamente Ativa (PEA) para 59,8%, enquanto o emprego formal diminuiu 14,8% (de 49,2% para 41,9%). Nesse mesmo período, o universo de ocupados não assalariados saltou de 35,9% para 40,2%, o que significou crescimento de 12%. A participação dos empregados informais aumentou de 23,2% para 29,9%, e o desemprego aberto cresceu de 3% para 11%, sem incluir os desalentados e subutilizados da PEA.

Ao atender aos interesses das classes dominantes (internas e externas), as escolhas e caminhos econômicos assumidos pelo Estado se refletem na tendência à desindustrialização da economia, o que engendra uma sociedade de serviços com 4/5 das ocupações no setor terciário. Nesse caminho, crescem os trabalhos domésticos, a oferta de segurança privada e o uso de plataformas para o deslocamento de pessoas e de mercadorias – terreno fértil para o aumento da informalidade.

Ao observarmos os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAE-Contínua) do primeiro trimestre de 2021, constatamos que, dos 100,4 milhões da força de trabalho, apenas 85,6 milhões pessoas estão ocupadas. Outros dois dados importantes – e que vêm sofrendo variações ainda mais sensíveis no período da pandemia –

são a taxa de desocupação, que é de 14,7% (14,8 milhões), e de desalento, que chega a 5,6% (ou seis milhões de pessoas). A taxa de informalidade da população ocupada atingiu 39,6%, nesse mesmo período (IBGE, 2021).

Os dados sobre pessoas fora da força de trabalho, desalentadas, desocupadas e subocupadas (104,2 milhões), somados ao número de empregados públicos e privados sem carteira (13,9 milhões), são indicativos da tragédia social em que estamos inseridos – que se expressa na desproteção e, consequentemente, no aviltamento das condições de vida no Brasil.

A crise sanitária de covid-19 aprofundou os malefícios de décadas de neoliberalismo brasileiro, com diminuição da atividade econômica e impacto nos serviços, não obstante tenha deixado de fora parte do trabalho das plataformas. Essa economia de serviços, desindustrializada, com forte desemprego, trabalho intermitente e demais formas de trabalho precário, revelou todas as suas contradições sociais quando milhões de brasileiros buscaram o Auxílio Emergencial.

Ao tempo em que foram alteradas as relações de trabalho, favorecendo a ampliação da exploração da força laboral com a corrosão de direitos trabalhistas, as classes dominantes, por meio do Estado, instauraram um amplo processo de desmonte das políticas de proteção social, incrementando tendências já em curso no país – sobretudo, a prevalência dos programas assistenciais de transferência de renda.

2. AUXÍLIO EMERGENCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Auxílio Emergencial foi instituído para atender trabalhadores informais (que foram duramente atingidos pela pandemia) e pessoas em vulnerabilidade social (desempregadas e/ou em situação de extrema pobreza). Conforme já analisado, a realidade social e econômica do país está sendo muito afetada por esse flagelo, com desdobramentos que

extrapolaram questões relacionadas ao processo de saúde-doença da população.

Segundo Neri (2020), os primeiros índices sociais da pandemia indicam que a renda individual do trabalho do brasileiro teve queda média de 20,1%, enquanto o índice de Gini subiu 2,82%. Ainda dentro do período estudado pelo autor (o primeiro trimestre da pandemia), a renda trabalhista da metade mais pobre caiu 27,9%, contra 17,5% dos 10% mais ricos.

Trabalhadores e trabalhadoras têm sofrido fortemente os impactos sociais e econômicos da crise. Embora a pandemia alcance toda a classe trabalhadora, os dados aqui expostos confirmam que a incidência acontece de forma diferente. É nítido que as históricas desigualdades socioeconômicas se aprofundam. Para além das estatísticas, a realidade pandêmica fica cada vez mais visível nos centros urbanos, com o aumento da população em situação de rua e a busca pelos serviços, programas e projetos vinculados às políticas sociais.

O aumento da demanda pela assistência social, que já era uma tendência em curso antes mesmo da pandemia, ampliou-se de forma dramática. O público de 28 milhões de famílias (ou 74,4 milhões de pessoas) que já estava inscrito no CadÚnico aumentou para as atuais 29.847.849 famílias inscritas, o que corresponde a 76.999.108 pessoas cadastradas[40] – dentre as quais, 56,22% são identificadas como sexo feminino e 43,78% como masculino. Desse universo, 53% têm renda *per capita* mensal de R$ 0,00 até R$ 89,00; 11% têm renda de R$ 89,01 até R$ 178,00; 23% têm renda de R$ 178,01 até 1/2 salário mínimo; e 13% têm renda *per capita* mensal acima de 1/2 salário mínimo.

A política de assistência social, pela função que exerce em meio às demais políticas sociais, sentiu esse impacto. Embora diretamente relacionado à garantia de direitos socioassistenciais, incluindo a segurança de renda, o SUAS – e, portanto, a assistência social – foi negligenciado no que se refere à execução do auxílio emergencial. Parece-nos correto afirmar que os desdobramentos desse processo ainda estão se

processando – e certamente se manifestarão como desafios postos aos gestores e demais trabalhadores do SUAS.

As avaliações sobre o auxílio emergencial, para além das críticas ao processo de execução e aos critérios excludentes de acesso, permite-nos inferir que grande parte de seus beneficiários são potenciais usuários da assistência social. Sendo assim, é possível dizer que, em razão de o auxílio não ser operacionalizado pela política de assistência social, o governo federal potencializou situações que se traduziram no indeferimento do benefício.

Costa & Soares (2020), ao analisarem a operacionalização do Auxílio Emergencial, indicaram que as informações desatualizadas impediram milhões de brasileiros de receberem o benefício. O sistema acusava o registro de trabalho formal em razão de o antigo empregador não ter dado baixa na Carteira de Trabalho. As informações desatualizadas do CadÚnico – e de outras bases de dados – favoreceram o indeferimento. A dificuldade operacional de parte significativa da população para solicitar o auxílio também poderia ter sido minimizada (ou mesmo evitada) caso a concessão tivesse sido organizada a partir do conhecimento e da experiência que a assistência social já dispõe.

A estrutura do SUAS é descentralizada, encrustada nos territórios onde estão os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Nas periferias, os trabalhadores desses centros são reconhecidos pela população como sujeitos que podem viabilizar o acesso aos direitos socioassistenciais.

Desde 2004, a transferência de renda faz parte da estrutura do SUAS – em particular, a proteção social básica, por meio da segurança de rendimentos. No entanto, o Governo Bolsonaro, de forma deliberada, operacionalizou o auxílio emergencial por fora da política de assistência social, num claro movimento de esvaziamento do SUAS.

A relevância do Auxílio Emergencial é atestada quando analisamos o montante de recursos mobilizados e o número de beneficiados. Em

2020, 68.226.394 brasileiros tiveram acesso a esse direito, o que demandou um investimento de R$ 386 bilhões, segundo dados disponíveis no Portal da Transparência, da Controladoria Geral da União (CGU). O fato de o número de beneficiados ter caído drasticamente, em 2021, em razão das mudanças dos critérios de elegibilidade do programa, alcançando apenas 372.896 pessoas, com investimento de R$ 512 milhões[41], não invalida a importância que o benefício assumiu na proteção social.

No Brasil, os efeitos da crise capitalista – que estão sendo amplificados com a pandemia – assumem particularidades em razão da agenda econômica, que já vinha dando sinais de não ser capaz de oferecer respostas à tendência de baixíssimo crescimento econômico. Os indicadores do próprio Fundo Monetário Internacional (FMI) apontavam para uma recessão de 5,3% e um recuo de 9,1% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Em um país periférico, com esse grau de informalidade no mercado de trabalho e com as características da nossa economia de serviços, a atividade econômica tem potencial devastador em relação às desigualdades sociais. Concretamente, o quadro social que acompanha a crise tende a repercutir direta e indiretamente na busca pelos serviços e programas assistenciais.

Nos meios de comunicação do país, análises de matrizes teóricas e políticas distintas se revezaram. Todas elas, entretanto, foram unânimes ao afirmar que a injeção dos recursos do Auxílio Emergencial na economia produziu efeitos benéficos e representou um freio na tendência de queda do PIB nacional. O volume movimentado com o pagamento do auxílio emergencial foi crucial para garantir a comercialização mínima de mercadorias de primeira necessidade. Acrescente-se a esse saldo o fato de o Bolsa Família contar com investimentos de R$ 32,6 bilhões, em 2020, alcançando 14.740.892 de brasileiros.

Os recursos do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada, do Auxílio Emergencial, do Seguro Defeso, do Garantia-Safra e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, somados, atingiram R$ 480,77 bilhões, em 2020, e chegaram a 89.137.864 beneficiários, o

equivalente a 46,81% do total da população brasileira. Tais recursos representaram mais de 10% dos R$ 4,0 trilhões do orçamento federal de 2020[42]. Isso, por si só, já é suficiente para atestar a relevância dos programas assistenciais de renda mínima no atual quadro econômico do país e o lugar que ocupam na proteção social brasileira.

3. À GUISA DE CONCLUSÃO: A UNIDADE CONTRADITÓRIA ENTRE TRABALHO PRECÁRIO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A unidade entre trabalho precário e programas de transferência de renda – a exemplo do Auxílio Emergencial – coloca-se como uma questão da máxima importância na nossa análise. O propósito do presente texto é problematizar como essa unidade se relaciona com as mudanças no mundo do trabalho e a tendência de explosão da demanda pela assistência social.

Ao debatermos essa problemática, faz-se necessário recordar que, no interior das discussões sobre a renda mínima, registram-se posições que defendem o estabelecimento dessa modalidade de programa como forma de proteger o trabalhador da precarização. Do nosso ponto de vista, seja qual for a posição do trabalhador beneficiado por esses programas, ele continua precarizado.

Nesse sentido, as modalidades/expressões de subsunção do trabalho ao capital demandam novos mecanismos de proteção social, compatíveis com os atuais métodos de exploração do trabalho – o que forma, nesse caso, uma unidade contraditória com os programas assistenciais de transferência de renda.

A análise das funções econômicas e políticas dos programas de renda mínima permite-nos afirmar que tais iniciativas respondem às necessidades do capital em crise, que reinventa formas de exploração do trabalho (trabalho intermitente, trabalho "uberizado", informalidade

etc.) e as concilia com as "modernas" configurações de proteção social (ou seja, os programas de transferência de renda).

Não podemos negligenciar o fato de as propostas de renda mínima – sejam elas universais ou focalizadas, com ou sem condicionalidades – produzirem um efeito ideológico muito poderoso. Ao mesmo tempo, deslocam a questão da determinação das desigualdades para a esfera da distribuição, da renda, ou mesmo para o momento da circulação, propondo/possibilitando o acesso ao consumo. Nesses termos, as propostas de renda mínima encontram amparo no sistema ideológico liberal, e mesmo neoliberal, sem contrariar o modo de produção capitalista.

A análise realizada por Sitcovsky (2010) sobre o Bolsa Família indica que, em vez de proteger o trabalho, os programas de renda mínima preservam o capital, na exata medida em que o legitima. Ou seja, tais programas, a exemplo de outras políticas sociais, muito embora possuam um caráter positivo, por atenderem às necessidades básicas de indivíduos em condições precárias – hoje amplificadas pela pandemia –, cumprem, em última instância, funções econômicas, políticas e ideológicas estritamente vinculadas à reprodução do modo de produção capitalista.

Sobre as funções e o alcance do Auxílio Emergencial e dos demais programas assistenciais de transferência de renda, apoiamo-nos na fecunda crítica de Boschetti & Behring, ao afirmarem que esses programas,

> [...]são estratégias político-econômicas importantes para garantir minimamente a sobrevida de trabalhadores(as), de modo a garantir sua disponibilidade para a exploração; para assegurar um fluxo básico de consumo, evitando um curto-circuito na rotação do capital, e para controlar socialmente o pauperismo e os comportamentos das "classes perigosas". (BOSCHETTI & BEHRING, 2021, p. 79)

Dessa forma, somos categóricos ao afirmar que os programas de renda mínima não possuem caráter anticapitalista. No entanto, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, as políticas de proteção aos

riscos sociais do trabalho podem adquirir uma função tática e estratégica muito importante, pois expõem as contradições do modo de produção capitalista – em especial, a lógica destrutiva do capital.

Marx nos oferece uma valiosa lição, ao falar sobre o papel das lutas por melhores salários e condições de trabalho. Mas, ao fazê-lo, deixa claro que, embora essas lutas possam representar ganhos para a classe trabalhadora e limites ao processo de exploração, não implicam a sua superação. Ao permitirem que a classe trabalhadora melhore as suas condições materiais de vida e tenha acesso ao consumo de mercadorias, as políticas sociais, incluindo os programas de renda mínima, não adquirem papel anticapitalista. Uma política anticapitalista deve se dirigir frontalmente ao núcleo do modo de produção capitalista, o que significa defender a abolição da propriedade privada dos meios fundamentais de produção e o fim da exploração do trabalho.

Para compreender melhor a nossa argumentação, recorremos à crítica ácida de Marx (2012), no "Manifesto do Partido Comunista", quando ele afirma que os socialistas conservadores ou burgueses desejam remediar os males sociais para assegurar a existência da sociedade burguesa.

> Os socialistas burgueses querem as condições de vida da sociedade moderna sem as lutas e perigos dela necessariamente decorrentes. Querem a sociedade existente, mas sem os elementos que a revolucionam e dissolvem. Querem uma burguesia sem o proletariado. [...]mostrando-lhe que só lhe pode ser útil não esta ou aquela mudança política – mas uma mudança nas condições materiais de vida e nas relações econômicas. Por "mudanças nas condições materiais de vida", esse socialismo não compreende, de modo nenhum, a liquidação das relações de produção burguesas, só possível por via revolucionária; compreende melhorias administrativas que se processem sobre a base dessas relações burguesas, ou seja, que em nada alteram a

> relação entre capital e trabalho assalariado, servindo, no melhor dos casos, para reduzir os gastos da burguesia com seu domínio e para simplificar o trabalho administrativo do seu Estado. (MARX, p.211, 2012)

Aos que estão nas trincheiras da luta social, lado a lado dos trabalhadores e trabalhadoras, o reconhecimento dos limites e contradições que encerram os programas de renda mínima – ou as políticas sociais, em geral – não deve nos tornar refratários a sua existência. No entanto, exatamente pelo fato de conhecer tais contradições, não podemos permitir que tais programas se transformem numa espécie de novo fetiche.

Em um país com tal nível de desigualdades, pobreza, desemprego, opressão e exploração, programas de renda mínima assumem enorme relevância social. Disso, não nos restam dúvidas. Mas precisam – e podem – ser desenvolvidos em conjunto com a redução da jornada de trabalho (sem reduzir os salários) e com uma política de valorização da remuneração que seja financiada pela taxação do capital, e não do trabalho assalariado.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine. **Assistência Social na pandemia da covid-19:** proteção para quem?. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Wbf86mT4vwX6HvnSyRy3kkD/. Acessado em: 05 de julho de 2021.

COSTA, Andréa Braz da; SOARES, Marcos A. Tavares. **Crise econômica, pandemia e a política de transferência de renda no Brasil.** Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas. Ano XVII, Volume 17, nº 30, jul./dez. 2020. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/

article/view/7124/5027. Acessado em: 10 de junho de 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** – Primeiro Trimestre de 2021. Rio de Janeiro, 2021.

MARX, K. **O capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. Manifesto do Partido Comunista. In: **O leitor de Marx.** José Paulo Netto (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 183-216, 2012.

NERI, M. **Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro:** desigualdades, ingredientes trabalhistas e papel da jornada. FGV Social, Rio de Janeiro, set. 2020. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Covid&Trabalho-Marcelo_Neri-FGV_Social.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

POCHMANN, Márcio. A superterceirização do trabalho In: FAGNANI, Eduardo. **Debates contemporâneos, economia social e do trabalho,** n. 2, São Paulo: LTr, 2008.

POCHMANN, Márcio. Os trabalhadores na regressão neoliberal. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; POCHMANN, Marcio (org.). **A Devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia.** 1. ed. Brasília: Gráfica e Editora Positiva, CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, pp.31-54, 2020.

SANTOS, Artur Henrique S.; JAKOBSEN, Kjeld A. O trabalho nas atuais transformações da globalização capitalista. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; POCHMANN, Marcio (org.). **A Devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia.** 1. ed. Brasília: Gráfica e Editora Positiva, CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, pp. 09-30, 2020.

SITCOVSKY, Marcelo. **Bolsa família e reprodução da força de trabalho no Brasil:** implicações socioeconômicas e políticas. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

4 A PROTEÇÃO SOCIAL NO CENÁRIO DE PANDEMIA DA COVID-19: DESIGUALDADES E SEGURANÇA DE RENDA

A PROTEÇÃO SOCIAL NO CENÁRIO DE PANDEMIA DA COVID-19: DESIGUALDADES E SEGURANÇA DE RENDA

Marinalva de Sousa Conserva
Vanessa Carla Borges de Lima
Leid Jane Modesto da Silva

INTRODUÇÃO

A crise sócio sanitária causada pela COVID-19, o SARS-CoV-2, registrado inicialmente na província chinesa de Hubei na cidade Wuhan, em dezembro de 2019, representa o maior desafio dos maiores desafios sanitários mundiais e continua em expansão nas diferentes zonas geográficas estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Brasil tornou-se em 2021, o epicentro da crise com o lamentável 2º lugar com mais meio milhão de mortes em decorrência da COVID-19 (Ministério Saúde, julho/2021).

Esse texto objetiva fazer um debate a partir dessa conjuntura pandêmica, particularmente sobre os impactos sócio sanitários na dinâmica das relações entre Proteções e Desproteções sociais, diante às múltiplas desigualdades vivenciadas pela população em condição de pobreza. Considerando a maior exposição ao contágio, devido à falta de condições básicas de saúde, alimentação, saneamento básico, trabalho, renda e moradia.

O contexto de pandemia expõe cada vez mais a desigualdade social no Brasil, uma vez que, a desigualdade produz processos de adoecimentos advindos das contradições do atual modo de produção vigente.

Partimos do pressuposto que o enfrentamento às desigualdades na área da saúde e demais áreas é uma questão de justiça social, uma vez que a injustiça social provoca a morte de pessoas em larga escala. Assim, as desigualdades são provocadas pela desigualdade na distribuição de poder, renda, bens e serviços públicos em nível nacional e global, sendo necessária a ampliação da proteção social a todos os indivíduos para garantir o atendimento às necessidades básicas através do acesso às políticas sociais.

Esse cenário socioeconômico para o enfrentamento da pandemia ocorre através da ampliação das estratégias de transferência de renda, buscando dirimir a desigualdade social que vinha crescendo no país até mesmo antes da Pandemia.

O texto elucida dados aferidos no período (2020 e 2021, anterior à Pandemia, e construídos decorrentes dela), contribuindo assim no debate referente à proteção social e a garantia dos direitos sociais, referenciados em estudos em curso, a partir de fontes primárias e secundárias, vinculados ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (NEPPS/PPPGSS/UFPB).

1. AS MÚLTIPLAS FACES DAS DESIGUALDADES

Para uma melhor compreensão da desigualdade, é necessário compreender a questão social como eixo central e que gera rebatimentos nas políticas sociais, principalmente, nos programas de transferência de renda, uma vez que, as pessoas atendidas por esses programas enfrentam situações que refletem expressões da questão social, tal como a desigualdade, pobreza, dentre outras.

A questão social[43] está diretamente ligada ao capitalismo em seus vários estágios, advindo do caráter coletivo da produção e da apropriação privada da atividade humana, sendo esta, constitutiva do

desenvolvimento do capitalismo. Dessa forma, estando ligada ao sistema capitalista, a referida questão engendra a desigualdade.

Para analisar a questão social no Brasil é necessário levar em consideração as particularidades da formação sócio-histórica do país, em que o moderno se constrói na relação com o arcaico trazendo toda a herança colonial e patrimonialista, bem como a sua influência na formação econômica do Brasil.

A passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista trouxe a dominação burguesa do grande capital, aprofundando as disparidades econômicas, regionais e sociais. A "velha questão social" acaba por se metamorfosear-se, assumindo novas roupagens.

As transformações advindas do capitalismo provocaram grandes mudanças nas relações sociais e que mantêm intrinsecamente relação com o processo de desigualdades sociais. A desigualdade faz parte da sociedade desde o início das civilizações, gerando debates em torno dos motivos que algumas pessoas são detentoras da riqueza e outras vivem em situações de desigualdade motivada pela insuficiência de renda.

A desigualdade na sociedade capitalista possui dimensões variadas, podendo ser proveniente da relação com a propriedade dos meios de produção e com a divisão social do trabalho, sendo crescente a partir do fortalecimento do capitalismo. Iamamoto (2010) destaca que é própria do capitalismo a existência da desigualdade que abarca o desenvolvimento econômico e o social, que ampliam as desigualdades sociais e que são tão latentes na sociedade brasileira.

Cabe aqui destacar que a realidade brasileira acerca das desigualdades sociais tem as suas raízes na herança do colonialismo, da ausência e constantes retiradas dos direitos das classes trabalhadoras. Partindo dessa perspectiva de análise, podemos aferir que a desigualdade social é compreendida como geradora da pobreza, estando diretamente ligados à lógica capitalista. A situação de pobreza em que estão inseridos os milhões de brasileiros cresce ao mesmo patamar em que ocorre a

concentração de renda e a polarização da pobreza a qual sustenta a questão social.

Segundo Yazbek (1999), a pobreza é um fenômeno multidimensional. Pode-se afirmar que é expressão do descarte da extensa mão de obra da classe trabalhadora que está ligada a expansão capitalista. A referida autora ainda aborda que a pobreza em que se encontram grande parcela dos brasileiros vem em constante crescimento, sobretudo, a partir da década de 1990 com o fenômeno presente a partir do desemprego e nas diversas formas de pauperização.

Não obstante, a pobreza ganha espaço a partir do desenvolvimento das forças produtivas, a qual, a humanidade atingiu um patamar elevado do desenvolvimento tecnológico e um aumento da desigualdade. Na lógica do capital, a pobreza não decorre como em sociedades precedentes a nossa, no quadro geral de escassez de alimentos.

Para o enfrentamento da desigualdade social e da pobreza, o Estado passa a controlar as mazelas sociais na perspectiva de responder a necessidade do grande capital. A ordem estatal se apresenta como mantenedor da propriedade privada. Para tal, o Estado passa a legitimar a política social como estratégia de dominação do capital sobre a desigualdade social.

Na contemporaneidade, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE[44], o Brasil, nos dados do Banco Mundial, ocupa a 21ª taxa de pobreza mais elevada do mundo. No ano corrente, o país já apresenta um cenário de 61,1 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza. No que tange o Índice de Gini[45], o país apresenta-se como sendo um dos países mais desiguais do mundo, com um índice de 0,543. Seguindo essa perspectiva, a Região Nordeste, conforme os dados, possui uma desigualdade monetária de 0,559, sendo a mais desigual das regiões do país.

Para atuar no controle da desigualdade social e no enfrentamento à pobreza desde os anos 2000, o governo brasileiro adotou em sua agenda política uma intervenção estatal no campo das políticas sociais,

a implantação de programas de transferência de renda destinados às pessoas em situação de pauperização. A proteção social passa a tratar a questão social e suas múltiplas expressões centrando-se nas transferências monetárias focalizadas na pobreza e extrema pobreza, uma vez que, a desigualdade também se expressa no não acesso a bens e serviços.

Ademais, o estudo do contexto de desigualdade social e pobreza da população se configuram como importante fomento de estratégia para a segurança de renda e expansão da proteção social.

2. A SEGURANÇA DE RENDA E GESTÃO DO SUAS NA PARAÍBA

A desigualdade social é um processo existente e observável em todos os territórios brasileiros. A região Nordeste não foge a essa regra: fatores como a escassez de renda estão entre as principais causas da desigualdade nessa região. Aspectos econômicos e sociais se expandem para todos os estados do Nordeste, à exemplo do Estado da Paraíba, lócus da pesquisa realizada.

O Estado da Paraíba localizado na Região Nordeste do Brasil, possui uma área territorial de 56.469,778 km^2, segundo o IBGE (2019) o estado tem uma população estimada de 4.018.127 pessoas, a Paraíba tem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,658 (PNUD, 2010).

Segundo a Topografia Social Regionalizada da Paraíba[46] publicada em 2016, o Estado possui 223 municípios distribuídos em 14 Regiões Geoadministrativas.

A Topografia Social Regionalizada do Estado da Paraíba aponta que o estado possui uma "dinâmica demográfica desafiadora", ao apresentar predominantemente municípios abaixo de 20.000 habitantes. Dos 223 municípios do estado, 193 são de pequeno porte I, ou seja, possuem uma população menor que 20 mil habitantes, 50 municípios são de pequeno porte II, com população de 50 mil habitantes, e 6 municípios

são classificados como de médio porte, com população de 100 mil habitantes, e apenas 4 municípios são classificados como de grande porte, ou seja, com população até 900 mil habitantes, o Estado não possui metrópoles, que seriam cidades com mais de 900 mil habitantes. (CONSERVA et, 2017, p. 43).

A partir da peculiaridade de possuir 86,5% de municípios classificados como de pequeno porte I, partimos do pressuposto que esses municípios enfrentam desafios particulares, em relação a oferta e demanda dos serviços, bem como, nos valores empreendidos para a execução das ações no campo da proteção social, considerando que dependem quase que totalmente de recursos oriundos do co-financiamento da União, ou do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), em sua maioria não possuem receita própria para a executar as ações necessárias à administração pública.

Considerando essa heterogeneidade que compõe o território do estado da Paraíba, torna-se evidente que "o (re)conhecimento dos territórios brasileiros em suas múltiplas particularidades e dinâmicas se torna uma tarefa cada vez mais necessária." (CONSERVA et al, 2017, p. 33).

Outro ponto que cabe ressaltarmos é que o Estado da Paraíba é considerado um dos mais vulneráveis em termos sociais e econômicos, segundo Silva (2015) as desigualdades sociais, a pobreza e a exclusão social são mais exacerbadas por se tratar de um estado periférico localizada na região mais pobre do Brasil. Uma vez que, a alta desigualdade de renda e os problemas advindos da seca são latentes nesse território.

No estudo realizado em março de 2020 foram expostos dados de dezembro de 2019, que apontava que o Estado da Paraíba tinha **836.331**[47] famílias inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais, o que corresponde a 2.198.764 de pessoas, sendo **502.347** famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em novembro de 2019, o que corresponde a 31,48% aproximadamente da população do Estado. Em novembro de 2019 o valor da folha de pagamento no Estado foi de **R$102.396.912,00** (cento e dois milhões, trezentos e noventa e seis mil, novecentos e doze

reais), sendo o valor médio do benefício por família de R$ 203,84 (duzentos e três reais e oitenta e quatro centavos).

Das famílias inscritas no Cadastro Único, 702.117 possuíam cadastros atualizados em dezembro de 2019, dessas, 597.432 famílias possuíam renda familiar de até meio salário mínimo, o estado possuía uma Taxa de Atualização Cadastral de 85,28%, no Brasil essa taxa era de 83,83%.

Em 2010 segundo o Censo IBGE a estimativa de famílias pobres com perfil para o Programa Bolsa Família era de 451.388 famílias, em dezembro de 2019 a cobertura do programa em relação a estimativa de famílias pobres no estado foi de 111,3%.

Se analisarmos a quantidade de famílias inscritas no CadÚnico com renda per capita mensal inferior a R$ 89,00, ou seja, em situação de extrema pobreza, aferimos que em dezembro de 2019 esse número era de 527.211 famílias, o que nos leva a afirmar que existe um déficit em relação a cobertura do PBF no estado, demonstrando que muitas famílias possuem o perfil de renda elegível para inserção no programa, mas ainda não conseguem acessá-lo.

A partir da atualização desses dados, identificamos que em abril de 2021, no contexto de agravamento da Pandemia da COVID-19, o Estado da Paraíba possuía **858.418** famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, dessas, **524.870** são beneficiárias do Programa Bolsa Família, 116,3 % da estimativa de famílias pobres no estado. Em junho de 2021 o valor transferido para as famílias alcançou R$ 49.247.300,00.

No tocante às famílias inscritas no Cadastro único, apenas 557.612 estavam com cadastros atualizados em abril de 2021, número bem inferior a dezembro de 2019, apresentando uma taxa de atualização cadastral de 84%. Do total de famílias inscritas no Cadastro único, 547.578 possuíam renda per capita inferior a R$89,00 mensais, ou seja, se encontram em situação de extrema pobreza.

O Cadastro Único e o Programa Bolsa Família no Estado da Paraíba, 2021

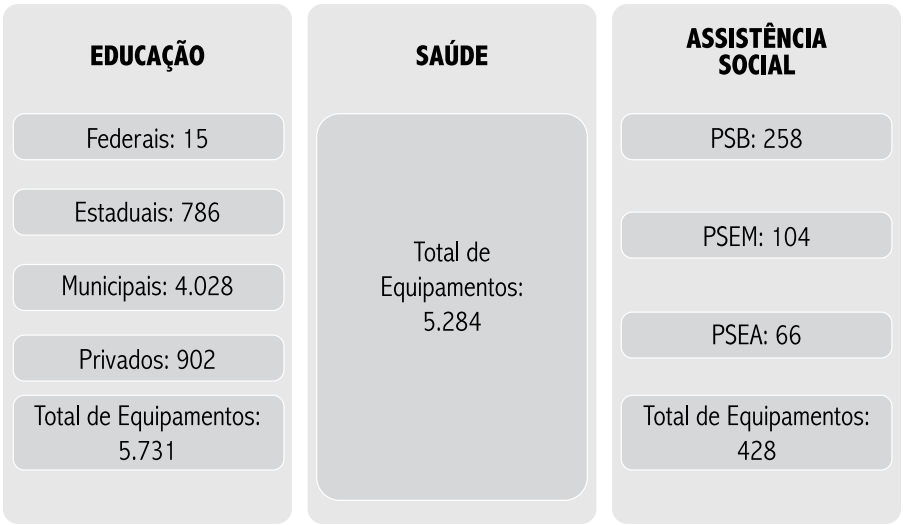
Nº de famílias inscritas no Cadúnico	Nº de famílias Inscritas no Cadúnico com cadastro atualizado	Nº de famílias inscritas no Cad único com renda per capita inferior a R$89,00	Nº de famílias inscritas no Cadúnico com renda per capita entre R$89,01 a R$178,00	Nº de famílias beneficiárias do PBF	Percentual de cobertura do programa em relação a estimativa de famílias pobres (%)
858.418	557.612	547.578	46.221	524.870	116,3%

Fonte: SAGI/MC. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/relatorio-resumido-estadual.html. Acesso em 19 de julho de 2021.
Quadro construído pelas Autoras.

Através da análise dos dados expostos nos quadros acima, observa-se o quanto o público beneficiário do Programa Bolsa Família possui "relevância social e política" (CONSERVA et al, 2017, p. 33) no estado da Paraíba, desse modo, buscamos uma apreciação que identifique nesse território as particularidades e dinâmicas, considerando que é necessário buscar informações para além das características demográficas e socioeconômicas, mas identificar como o Estado está presente no território "em resposta às demandas por proteção social". (CONSERVA et al, 2017, p. 33)

Assim, identificou-se a necessidade de apresentarmos a rede de serviços condicionados presentes no território do estado da Paraíba, a partir do quantitativo de serviços da Assistência Social, Saúde e Educação, considerando que a oferta e demanda por esses serviços é tensionada pelo público do Programa Bolsa Família, e a falta de cobertura desses serviços afeta diretamente a proteção a esse público.

DIAGRAMA 1 – EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PB



Fonte: CONSERVA Et al, 2017, p. 33. Quadro construído pela Autora.

De acordo com a Topografia Social Regionalizada do Estado da Paraíba, o estado possui a política de Educação presente em todos os 223 municípios, através de 5.731 equipamentos divididos através da rede federal, estadual, municipal e privada. A política de Saúde também está presente em todos os 223 municípios do estado, distribuídos em 5.284 equipamentos. Em relação a Política de Assistência Social, os 223 municípios do Estado contam com equipamentos da política, divididos através da Proteção Social Básica, Proteção Social de Média Complexidade e Proteção Social de Alta complexidade, no total são 428 equipamentos.

Segundo a Topografia Social Regionalizada do Estado da Paraíba as escolas são os equipamentos de maior capilaridade no estado, assim como os de maior concentração e incidência (CONSERVA, et al, 2017, p. 75).

Em relação ao Índice de Gestão de Descentralizado (IGD), o Estado da Paraíba alcançou o índice de 0,84, lembrando que o valor máximo é 1, recebendo do Governo Federal em setembro de 2019 o valor de R$

31.531,19, o teto de repasse no mês seria R$ 45.366,00, como já assinalamos anteriormente o valor do IGD depende do índice alcançado pelo estado ou município. Em maio de 2021 a Paraíba apresentava o índice de Gestão Descentralizado de 0,85, recebendo R$ 37.377,95. de repasse.

3. DESAFIOS PARA SEGURANÇA DE RENDA NA CRISE SÓCIO SANITÁRIA

No Brasil, um dos maiores desafios da atualidade tem sido encontrar respostas para o enfrentamento às desigualdades sociais. Para essa questão, há a adoção de políticas distributivas e as políticas redistributivas. Nessa direção, as políticas sociais brasileiras centram-se nos programas de redistribuição de renda. Contudo, apenas a redução da pobreza pelo viés econômico não reduzirá a questão da desigualdade.

O IPEA destaca em estudo realizado em 2019, que o Programa Bolsa Família, principal programa de transferência de renda do país, algo que torna o programa menos eficaz no combate à pobreza e à desigualdade é o valor do benefício, muito pequeno para se constituir enquanto renda para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

No contexto pandêmico provocado pela COVID-19, constata-se que a doença também é reflexo da desigualdade social, e, portanto, uma violação de direitos sociais, sendo que a solução para esse problema perpassa o investimento em políticas públicas nos mais diversos setores da sociedade, sobretudo, aquelas que promovam desenvolvimento humano para a redução da desigualdade.

Nesse cenário, a dimensão das políticas sociais de transferências de renda é necessária para a manutenção das condições de vida da população de quem dela necessita, pois expressam a intervenção estatal na sociedade e na proteção social.

Em 2020 em estudo dissertativo realizado, Lima já apontava para o encolhimento do Programa Bolsa Família, apontando que o orçamento destinado ao PBF entre 2015 e 2020 não apresentou aumento considerável, pelo contrário, a proposta orçamentaria para o PBF no ano de 2020 é praticamente o mesmo valor de 2019, conforme o diagrama abaixo.

DIAGRAMA 2 – ORÇAMENTO DO GOVERNO FEDERAL PARA O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

2015	• R$ 27.115.890.000
2016	• R$ 28.116.590.000
2017	• R$ 29.272.690.000
2018	• R$ 28.200.000.000
2019	• R$ 29.484.920.000
2020	• R$ 29.484.919.999

Fonte: Site da Câmara Federal - Quadro[48] orçamentários Consolidados, Lei Orçamentária Anual, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020; Relatório de receitas e despesas do Ministério da Cidadania. Diagrama construído pela autora.

Assim, a diminuição ou manutenção dos valores alocados para programa já indicavam para o retraimento do programa em 2020, considerando que se não ocorre o aumento do orçamento, não existe possibilidade de inserção de novas famílias, contribuindo para o acúmulo de famílias que não conseguem acessar o programa, mesmo com perfil.

Outro fator que pode ser identificado a partir da falta de ampliação de recursos destinados ao PBF, é a impossibilidade de aumento dos valores dos benefícios, bem como a mudança no índice da linha da pobreza, fatores que dependem da discricionariedade do governo federal.

Ademais, foi identificado que o quantitativo de famílias beneficiárias do Bolsa Família vinha diminuindo, bem como, a quantidade de

famílias que conseguiam acessar ao programa, aguardando na fila de espera, apontando que os cortes realizados no programa contribuíram para o aumento da pobreza e desigualdade social no Brasil.

Nesse contexto, com a chegada do vírus no Brasil, ocorre o agravamento na área social e econômica e exacerba as desigualdades estruturais, impondo a adoção de medidas públicas emergenciais para proteção social. Todavia, a adoção dessas medidas esbarra na intensa mobilização política de desmonte das políticas sociais.

Frente a situação, o governo brasileiro, diante da pressão popular e parlamentar por medidas para o enfrentamento da crise sanitária, social e econômica, cria o Auxílio Emergencial – AE. O Auxílio consiste em uma renda básica destinada aos beneficiários do Programa Bolsa Família, inscritos no Cadastro Único do Governo Federal, microempeendedores individuais e trabalhadores informais através da transferência monetária regulamentado pelo Decreto nº 10.316, de 7 de abril de 2020.

O AE financeiro, através da renda monetária temporária, em seu primeiro momento, variou de R$600,00 a R$1.200,00[49] para famílias monoparentais, em primeiro momento, por três meses. Após os primeiros meses estabelecidos para o recebimento, o valor foi reduzido à metade. É necessário destacar que o objetivo do auxílio foi conceder proteção de forma emergencial no período de enfrentamento à pandemia. Dados do IPEA referentes a 2020, apontam que quase metade da população brasileira recebeu o AE, constituindo a única fonte de renda para 4,4 milhões de domicílios, uma vez que, o impacto foi maior entre os domicílios de renda mais baixa.

No Nordeste, mais de 21 milhões de pessoas acessaram o benefício, tornando-se a segunda região com mais contemplados no país. Direcionado para o estado da Paraíba, estudo do Departamento de Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos – DIEESE de 2020, traz que cerca de 1,1 milhão de pessoas teriam o perfil para receber o Auxílio Emergencial[50]. No estado, cuja população estimada ultrapassa 4 milhões de habitantes[51], constatamos, através de dados extraídos do

Relatório de Informações Sociais da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Cidadania, que cerca de 744.009 mil pessoas foram elegíveis para o AE através do Bolsa Família referente ao ano de 2020. Os dados ainda revelam que 217.001 mil pessoas acessaram o AE por estarem inscritas no Cadastro Único para programas sociais. E cerca de 575.000 receberam o auxílio via aplicativo Caixa, os chamados ExtraCad. Sendo empreendido o valor total de 6,59 bilhões de reais destinados ao Auxílio Emergencial no Estado da Paraíba[52].

Através das informações apresentadas, analisamos que as políticas de transferência de renda pecuniária representam a ampliação da proteção social para os cidadãos e a intervenção estatal. Para Yazbek e Di Giovanni (2012), a transferência de renda, embora de caráter focalizante, apresenta-se como uma grande expressão da rede de proteção social, embora frágil, por ser orientada pelas diretrizes neoliberais.

Portanto, assinalamos que as políticas redistributivas de caráter monetárias se configuram como uma estratégia governamental para manutenção do poderio econômico, da dominação capitalista, redução da pobreza e da desigualdade social, mas sem atingir a universalidade do acesso a todos os cidadãos.

4. NOTAS CONCLUSIVAS

Buscamos, neste construto, apresentar uma discussão acerca da desigualdade social e pobreza no Brasil advindas do Modo de Produção Capitalista e que foram agudizadas pelo cenário de pandemia provocado pelo novo Corona vírus. A crise sócio sanitária expôs a realidade de um país historicamente e estruturalmente desigual. Observa-se que os efeitos da pandemia têm desdobramentos imediatos entre as parcelas da população que já viviam com os mínimos necessários para sobrevivência e que já eram beneficiários de programas sociais estatais.

As políticas sociais de transferência de renda, desde as últimas décadas, apresentam-se como base para retirada de pessoas da extrema pobreza através da transferência de renda monetária. Mas, ainda se apresenta insuficiente para romper com a estrutura posta. Diante do caos ocasionado pela COVID-19, a redistribuição através do Auxílio Emergencial amorteceu os impactos provocados pela insuficiência de renda na vida de milhões de brasileiros.

Embora essencial, a proteção social através dessa segurança de renda posta pelo Auxílio Emergencial ainda não é suficiente para romper com a estrutura de desigualdade regional em que está inserida a região Nordeste. Demonstrando a gestão da proteção social e as políticas de transferência de renda são duas faces do modelo (ainda que incipiente) de proteção social no país vigente nas últimas décadas.

Além disso, os mecanismos utilizados pelo Governo Federal, sobretudo, no enfrentamento à Pandemia, corroboram para o aprofundamento das disparidades sociais no país, quando seria necessário fortalecer a oferta de políticas públicas no país.

Ademais, a ausência de políticas sociais de proteção social universal a todos os cidadãos, no contexto pandêmico, agrava o aumento da desigualdade social e da extensa pobreza, implicando em consequências futuras nefastas no pós-pandemia.

REFERÊNCIAS

CONSERVA, Marinalva (et al). **Topografia Social Regionalizada do Estado da Paraíba.** João Pessoa: A União, 2017. 2ª Edição, formato digital: HTML, E-book. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/nepps/. Acesso em 19 de novembro 2019.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2010.

IPEA. Texto para discussão / **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade:** um balanço dos primeiros quinze anos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília : Rio de Janeiro : Ipea, 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Carta de Conjuntura.** Nº 48 – 3º trimestre de 2020. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200826_cc48_resultados_pnda_julho.pdf. Acesso em: 18 de julho de 2021.

LIMA, Vanessa Carla Borges de. **BOLSA FAMÍLIA, PROTEÇÃO SOCIAL E TERRITÓRIO:** O impacto das condições de acesso aos serviços públicos condicionados instalados no território de vivência. /Vanessa Carla Borges de Lima. – João Pessoa, 2020. f165. Orientação: Marinalva de Sousa Conserva. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. Di. **A Política Social Brasileira no século XXI:** a prevalência dos programas de transferência de renda. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Aline Ferreira de Souza. **Proteções e desproteções das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família:** um olhar a partir do território rural do sertão paraibano. Dissertação de mestrado. UFPB/CCHLA. João Pessoa, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11279/1/Arquivototal.pdf. Acesso em 02 de novembro de 2019.

5 ULTRAPRECARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

ULTRAPRECARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Junia Winner Higino Pereira
Márcia Emília Rodrigues Neves

INTRODUÇÃO

A existência da população em situação de rua consubstancia um fenômeno histórico-concreto com múltiplos fatores determinantes, vinculados ao contexto econômico, social, político e cultural de sociedades distintas. No capitalismo, essa condição assume, mundialmente, contornos matizados pelas relações sociais de domínio e de direcionamento da classe burguesa, sendo tais relações regentes desse modo de produção. A tradição crítica avalia a população em situação de rua como um reflexo da indissociável ligação entre a expropriação e a acumulação privada de riquezas socialmente produzidas e a reiterada reprodução do pauperismo e de seus efeitos degressivos – como desemprego, violência e toda sorte de desigualdades – próprios desse sistema.

No que tange à crise sanitária recente, cujos efeitos ainda perduram, observa-se que esse fenômeno assume proporções alarmantes, afinal, a propagação do coronavírus (SARS-CoV-2[53]), causador da Covid-19 –, de acordo com o Ministério da Saúde, uma infecção respiratória aguda, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global[54] – trouxe, em curto espaço de tempo, severos impactos sociais, econômicos, políticos e culturais, afetando o convívio social e, principalmente, a sobrevivência da classe trabalhadora.

Considerando a gravidade desse quadro, este estudo tem por objetivo examinar e discutir as respostas político-institucionais do Estado brasileiro, no âmbito da Política de Assistência Social, para o enfrentamento da Covid-19, especificamente no que diz respeito às suas graves consequências sobre a população que já vivenciava a situação de rua, bem como sobre aquelas famílias trabalhadoras que agora, por força das circunstâncias pandêmicas, foram empurradas para essa condição.

1. PAUPERIZAÇÃO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Como atesta a lei geral da acumulação capitalista, formulada por Marx (1984, apud NETTO, 2007) a produção de riqueza condiciona a produção reiterada e expansiva de pobreza, resultando na formação de uma superpopulação relativa. A partir dessa compreensão, a hipótese levantada considera que a população em situação, caracterizada como força de trabalho excedentária, externaliza uma manifestação da questão social. Historicamente, esse grupo, heterogêneo quanto a gênero, cor e faixa etária, congrega trabalhadores pauperizados que alcançam o provimento mínimo para suprir, precariamente, suas necessidades essenciais, como alimentação, vestuário e abrigo.

Corroborando esse argumento, Ianni (1989, p. 150) elucida que a população em situação de rua configura "um contingente de trabalhadores de reserva" sujeito a várias experiências de disciplinamento e de repressão ao longo da história do capitalismo. A situação de rua, em consequência disso, integra o conjunto de expressões da questão social que "em diferentes lugares procura-se conhecer, equacionar, controlar, resolver ou exorcizar suas condições ou efeitos" (IANNI 1989, p. 145).

Considera-se o pauperismo uma categoria social marxista amplificada, se comparado à pobreza, indicador socioeconômico que mensura a insuficiência de renda para atendimento às necessidades básicas do indivíduo, levando à insegurança alimentar e ao déficit

habitacional. De fato, tanto um como outro têm sido produzido pela histórica espoliação da classe trabalhadora, pautada nos princípios do capitalismo que preveem o antagonismo nas relações sociais de classes – burguesia e proletariado –, a exploração da força de trabalho e a repartição desigual das riquezas produzidas (NETTO, 2007). Assim sendo, a pauperização refere-se, por seu turno, à realidade de vida perpassada pelas desigualdades sociais, pela subalimentação, pela escassez de água potável, pela privação de medicamentos e outros cuidados com a própria saúde, pela exigência de pernoitar nas ruas visando situar-se mais próximo ao local de trabalho, pelas condições precárias de moradia ou mesmo pela ausência dela.

Simões Júnior (1992) discorre acerca dessa realidade, comentando os múltiplos efeitos da pauperização que incidem sobre a população em situação de rua. Dentre eles, a alimentação condicionada a doação de terceiros, a coleta de restos de alimentos em feiras livres ou a partir de detritos residenciais e comerciais; a obtenção de parcos recursos financeiros por meio de trabalhos informais, o abuso de álcool e de drogas como subterfúgio para suportar a situação de miséria, a ocupação de edificações abandonadas e insalubres, cuja estrutura física costuma revelar-se precária – ventilação insuficiente, ausência de água encanada e de energia elétrica, por exemplo –, a precariedade dos pertences e objetos de uso pessoal, geralmente obtidos por meio de doações, a exemplos dos cobertores e das roupas. Privações essas geradas pelas agudas desigualdades do capitalismo, no processo dialético da apropriação privada da mais-valia pela burguesia e pela mercantilização de produtos e serviços essenciais, restando ao trabalhador, para permutar sua força de trabalho por renda e assim garantir sua subsistência, sujeitar-se à competitividade por vagas de emprego.

Para a reprodução dessa superpopulação excedentária, aspectos estruturantes na conformação histórica da sociedade brasileira correlacionam-se: as consequências do passado escravista; as múltiplas finalidades do incentivo à imigração estrangeira; a localização geográfica e a impor-

tância econômica e política das cidades; os fluxos migratórios internos, relacionados às limitações de absorção de mão de obra pelas áreas econômicas em desenvolvimento, somado às dificuldades habitacionais; e os fenômenos climáticos, a exemplo das secas em regiões nordestinas.

Com efeito, a situação de rua está longe de ser uma escolha pessoal. Tampouco trata-se de uma atitude individual irresponsável, face à dificuldade de adaptação à sociabilidade mercantil do capitalismo. Ao contrário, suas raízes são históricas. No Brasil, a mercantilização da terra constitui um dos fundamentos histórico-estrutural desse fenômeno. No período colonial (1500-1822), as terras desocupadas eram concedidas pela Metrópole portuguesa e, posteriormente, no período imperial (1822-1889), pela Monarquia, a grupos influentes na economia e na política (FAUSTO, 1995). Em 1850, com a aprovação da Lei nº 601, também conhecida como Lei de Terras, engendrou-se a expropriação do principal espaço de produção e fonte de insumos, as áreas devolutas, que passaram a ser adquiridas apenas por aqueles detentores de condições para tal, no dizer de Diniz (1991), majoritariamente, o homem branco com poder político-econômico. Essas são as bases que fundamentam a dominação territorial e a formação de grandes latifúndios. Aspectos histórico-estruturais que desvendam algumas das dificuldades de se realizar reforma agrária no Brasil contemporâneo, assim como demonstram que a terra é mercadoria rentável e, por esse motivo, onerosa para famílias de baixa renda que a queiram angariar para moradia.

Ao analisar as formas de intervenção do Poder Público brasileiro junto à população em situação de rua, Pereira e Neves (2020) argumentam que, por muitos séculos, predominou a utilização de métodos higienistas e o assistencialismo aos comprovadamente impossibilitados para o trabalho. Os asilos de confinamento e as legislações repressivas à mendicância são exemplos históricos desse modo de intervenção estatal. As autoras comentam, ainda, que as entidades filantrópicas ligadas a instituições religiosas, como a Igreja Católica, costumavam ser responsáveis pela

administração dos asilos de mendicidade e pelo disciplinamento dos internos.

A inflexão histórica que permitiu alterar esse cenário insurgiu no período da redemocratização do país, para destituir o Regime Civil-Militar de 1964, favorecendo as lutas de vários setores da sociedade civil e de organismos internacionais em defesa da população em situação de rua. Apenas por volta da década de 1980, após a extinção do Ato Institucional nº 5 (AI-5) e do retorno das eleições diretas para os governos estaduais e municipais, ocorreram transformações profundas nas relações entre Estado e sociedade civil. Os movimentos sociais intensificaram as manifestações reivindicando direitos e políticas públicas para o enfrentamento do desemprego, da pobreza, do trabalho infantil, da situação de rua, dentre outros. Na esfera de poder municipal, elegeram-se, progressivamente, candidatos filiados a partidos de esquerda, que se formavam ou se rearticulavam tendo em vista a extinção do bipartidarismo.

Citam-se como exemplos históricos: a campanha contra a tuberculose realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1993, que incluía a população em situação de rua entre os grupos prioritários; em 1995, o movimento Grito dos Excluídos, promovido por várias entidades religiosas e por organizações da sociedade brasileira; o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e a 1ª Marcha do Povo da Rua, realizados em Brasília em 2001, tendo por objetivo chamar a atenção da sociedade e do Estado para as precárias condições de sobrevivência dessa população e denunciar atos violentos, como as chacinas (BRASIL, 2011).

Somente a partir das lutas coletivas, intensificadas a partir da década de 1990, as pessoas que sobrevivem nessas condições passaram a ser reconhecidas como sujeitos de direitos pelo Estado brasileiro, devido à politização da situação de rua como expressão da questão social. Cabe agora discorrer sobre a atuação do Poder Público para garantir o direito à assistência social a esse grupo populacional, diante da conjuntura de pandemia da Covid-19.

2. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E AÇÕES PROTETIVAS DO ESTADO BRASILEIRO NO ÂMBITO DO SUAS NO CONTEXTO ATUAL DE PANDEMIA

A crise estrutural e a contrarreforma do Estado constituem os fundamentos do quadro permanente de destruição das políticas sociais brasileiras, agravado diante da emergência internacional de saúde ocasionada pela Covid-19, uma infecção respiratória provocada pelo vírus SARS-CoV-2, transmitido por contatos interpessoais desprovido de medidas preventivas. De acordo com especialistas da área de saúde, o contágio se dá através de secreções salivares ou de gotículas respiratórias, ao falar, tossir ou respirar. Daí a importância do uso de máscaras, e do respeito ao distanciamento mínimo de um metro entre as pessoas, da constante higienização das mãos, principalmente após tocar objetos que possam estar contaminados ou após cuidado dispensado a pessoas enfermas (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2021).

Desde a década de 1970, o neoliberalismo impõe mudanças estruturais, com o objetivo de recuperar os lucros do capitalismo por meio da acumulação flexível e da reestruturação produtiva, que repercutem nas flexibilizações trabalhistas – como a terceirização, o trabalho intermitente e a modalidade de trabalho remoto –, além de demandar a privatização de estatais e de privilegiar o capital financeiro (ANTUNES, 2020). Nesse sentido, a contrarreforma do Estado brasileiro visa adestrá-lo aos ditames neoliberais, tornando-o competitivo e atraente para atender aos interesses econômicos do mercado nacional aliado ao capital externo, potencializando o desmonte do sistema de proteção social conquistado pelas lutas da classe trabalhadora no século passado (BEHRING, 2003).

No que se refere ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a legislação estabelece que a gestão de benefícios e serviços socioassistenciais ocorra de forma descentralizada, participativa e com primazia da responsabilidade do Estado em prover proteção social,

realizar vigilância socioassistencial e promover a defesa de direitos, a exemplo do pleno acesso ao conjunto de provisões dessa política pública (BRASIL, 2016). Na proteção social de média complexidade, há o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) e o Serviço de Abordagem Social. No nível de alta complexidade, por sua vez, tem-se as Unidades de Acolhimento (BRASIL, 2014). Diante da conjuntura de calamidade pública causada pela pandemia da Covid-19, os citados serviços e os benefícios do SUAS são essenciais para resguardar a vida daqueles que sobrevivem nas ruas, garantindo os mínimos sociais, como a transferência temporária de renda através de benefícios eventuais como o Auxílio Emergencial.

Uma pesquisa de opinião com gestores de serviços socioassistenciais – entre eles, 21 coordenadores de Centros Pop – realizada no ano de 2015 mostrou que a falta de recursos e o atraso nos repasses financeiros eram as principais dificuldades enfrentadas, aliadas ao excesso e à complexidade dos problemas sociais enfrentados. Considerando que o financiamento compõe a base de sustentação das políticas públicas, as fragilidades nesse âmbito repercutem na qualidade das atividades realizadas e restringem o atendimento das demandas da população (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2016).

Situação agravada após a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95, de 2016, que estabeleceu o Novo Regime Fiscal. Anualmente, através de indicadores econômicos – principalmente a inflação – estipula-se um teto de gastos para os órgãos federais, limitando apenas a despesas primárias da União, ou seja, tanto as saídas obrigatórias como as discricionárias, que efetivam os direitos constitucionais e serviços básicos para a sociedade (DIEESE, 2016). Uma vez que o Ministério da Cidadania, órgão gestor da Política de Assistência Social, deve gerir despesas/receitas primárias seguindo as regras dessa emenda, percebe-se os impactos sobre o pagamento de benefícios assistenciais e sobre o financiamento de serviços como o Centro Pop, como o Serviço de Abordagem Social e o Acolhimento Institucional.

Assim, a crise pandêmica se alastra em um contexto de drástico enxugamento do Estado na área social, área subfinanciada em sua estrutura organizativa e precarizada em sua prestação de serviços, em seus programas e em seus benefícios, mesmo antes. Além disso, a pandemia gera impactos severos na população em situação de rua ao intensificar os retrocessos no mundo do trabalho, na área social e em termos de violência urbana: expansão do desemprego e da pobreza; inflação elevada; aumento dos preços de bens e de serviços básicos, como alimentação, gás de cozinha, energia elétrica e passagens dos transportes; deficiências no saneamento básico; crescimento das denúncias de violência contra mulheres e idosos, que são passíveis de potencializar a situação de rua (PEREIRA & NEVES, 2020).

Em uma audiência pública realizada de forma remota no mês de junho deste ano, com representantes da sociedade civil – pesquisadores e integrantes do Movimento Nacional da População de Rua – e com parlamentares da Câmara dos Deputados, discutiu-se os impactos da pandemia como vetores do aumento do quantitativo de pessoas em situação de rua. Merece destaque a situação dos trabalhadores que perderam o emprego durante a grave crise sanitária. Diante da insuficiência de renda e da carestia de bens essenciais, esses foram compelidos à inadimplência com relação ao aluguel de suas moradias e a dependerem de doações para sua subsistência (GAMEIRO, 2021). O estudo de Natalino (2020) corrobora essa constatação ao demonstrar que, desde 2012, o número da população em situação de rua no Brasil vem crescendo de forma alarmante e, em março de 2020, existiam 221.869 pessoas sobrevivendo dessa forma. Naquela ocasião, o país registrava 201 mortes e 5.717 casos confirmados de Covid-19 (G1 NOTÍCIAS, 2020).

Tal realidade foi retratada em reportagem de Boechat (2020), exibindo histórias de indivíduos e de famílias que, para não morar nas ruas, procuram as Unidades de Acolhimento. Durante a pandemia, aumentou a demanda por esse serviço público em virtude do crescimento de trabalhos informais realizados nas vias principais da cidade. Isso porque,

para evitar gastos com o deslocamento, muitas pessoas e famílias optam por dormir nas ruas, inclusive aquelas que possuem moradia, retornando temporariamente aos seus respectivos lares somente após alguns dias trabalhando para obter o sustento. Geralmente são pessoas que residem em bairros mais distantes ou em outro município da região metropolitana de São Paulo.

Uma pesquisa que mapeou as ações realizadas pelas prefeituras das treze capitais das regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, visando ao enfrentamento da pandemia e à proteção a população em situação de rua, revelou a predominância de medidas relacionadas aos Acolhimentos Institucionais. Também constatou-se que há articulação dos espaços de acolhimentos com a rede de proteção local ao ofertarem serviços de alimentação, de higiene, de orientação e de saúde, à exceção da área de saúde mental, pouco expressiva entre as medidas implantadas, apesar da sua fundamental importância para o enfrentamento da questão social relativa ao uso excessivo de álcool e drogas (SILVA; NATALINO; PINHEIRO, 2020).

Em relação aos Centros Pop, a Portaria nº 69, de 14 de maio de 2020, apresenta orientações para atuação profissional, de acordo com as medidas sanitárias de prevenção à Covid-19, a exemplo da utilização temporária de instalações públicas ou de edificações cedidas pela sociedade civil para ampliar a descentralização territorial dos serviços socioassistenciais e, assim, atender as demandas sem aglomerar os usuários. Recomenda-se reforçar a limpeza do espaço físico e dos recursos materiais, suspender a realização de atividades coletivas e organizar os usuários em grupos para alternar a utilização de espaços destinados à higiene pessoal e a lavagem de roupas, com possibilidade de aluguel de pias e de banheiros móveis, para ampliar a capacidade de atendimento dos Centros Pop (BRASIL, 2020).

Para financiar as ações do SUAS de enfrentamento a Covid-19, o Ministério da Cidadania liberou créditos extraordinários para compra de equipamentos de proteção individual (EPIs) para os profissionais

que atuam nesse espaço, bem como para o cofinanciamento de ações socioassistenciais que visam alojar, isolar e prover outras necessidades das pessoas ou famílias vulnerabilizadas, entre elas, a população em situação de rua (PINHEIRO et al., 2020). Apesar dos créditos extraordinários não entrarem no cálculo do teto dos gastos, ainda assim esses recursos não possibilitam melhorias satisfatórias nos serviços socioassistenciais, devido, sobretudo, ao subfinanciamento ocorrido nos anos anteriores à pandemia (PEREIRA & NEVES, 2020).

Ademais, as mudanças na rotina de trabalho, como o rodízio de funcionários ou o afastamento dos profissionais pertencentes aos grupos de risco da doença, são desafios para o trabalho eficiente dos profissionais do SUAS, haja vista tratar-se de atividades pautadas na manutenção de vínculos interpessoais, contraposto à necessidade de distanciamento social e de quarentena (PEREIRA & NEVES, 2020). A suspensão de atividades coletivas também influência a resolutividade das ações do Centro Pop, a exemplo das oficinas que incentivam autonomia das pessoas em situação de rua (AGÊNCIA BRASÍLIA, 2021). Por sua vez, as medidas sanitárias que restringem a circulação de pessoas e as recomendações para evitar diálogos a menos de um metro de distância, comprometem as ações do Serviço de Abordagem Social, como a busca ativa e a socialização de informações.

As medidas de prevenção à Covid-19 também limitaram o funcionamento presencial das atividades econômicas, como o comércio, o setor de serviços e a construção civil, que geram os chamados "bicos" e são fontes de renda para garantir o sustento dos trabalhadores informais. A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua constatou que 70,1% desse grupo social exerce alguma atividade informal e remunerada, como coletor de materiais recicláveis (27,5%), "flanelinha" (14,1%) e trabalhador da construção civil (6,3%) (META, 2008).

Instituído pela Lei nº 13.982, de 2 abril de 2020, o Auxílio Emergencial é um benefício temporário de transferência monetária visando amenizar as repercussões socioeconômicas da pandemia com público-

alvo abrangente. Considerando as pessoas em situação de rua inscritas no Cadastro Único do Governo Federal ou que recebem Bolsa Família, o acesso ao auxílio tem maior tendência de ser viabilizado (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2020), porém, esse conjunto de beneficiários representa apenas uma parcela de um amplo grupo populacional ainda com restrito acesso às políticas sociais. Em abril de 2021, registrou-se 154.794 famílias em situação de rua inscritas no Cadastro Único e, desse conjunto, 117.751 recebiam Bolsa Família, com a ressalva de que, majoritariamente, essas famílias eram unipessoais (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021). Salienta-se que não há dados oficiais do governo sobre a parcela desses beneficiários que teve acesso ao Auxílio Emergencial.

Para os trabalhadores informais em situação de rua não inscritos nos programas de transferência monetária, a solicitação do Auxílio Emergencial é realizada por meio do aplicativo "Caixa TEM", exigindo, dessa forma, o uso de um aparelho celular ou de outro equipamento eletrônico similar, além do número de chip de operadoras telefônicas, que pode ser utilizado apenas para o cadastro de um único beneficiário. Nesse sentido, a pesquisa de Natalino e Pinheiro (2020, p. 09) revela a dimensão da exclusão digital: "entre a população em situação de rua, 27% não têm telefone registrado no Cadastro Único." Há de se considerar também que a perda de documentos pessoais e a inexistência de endereço domiciliar dificultam o cadastro das pessoas que sobrevivem nas ruas.

Diante dessas problemáticas, o Ministério da Cidadania (2020) recomenda que os profissionais dos serviços socioassistenciais providenciem a regularização dos documentos necessários para solicitar o auxílio e para abrir a conta digital da Caixa Econômica, a exemplo do Cadastro da Pessoa Física (CPF) e do uso do endereço das unidades do SUAS como referência. As instruções ministeriais permitem a utilização dos equipamentos de informática, dos celulares institucionais e do sinal de internet das unidades de atendimento para realizar as ações de cadastramento e de acompanhamento do processo de análise da solicitação do Auxílio Emergencial. Também existe a previsão de distribuir chips

para cadastrar as pessoas em situação de rua que não possuam número de telefone móvel.

Todavia, no portal Extra (2020), alguns representantes da sociedade civil que atuam junto à população em situação de rua, como o padre Júlio Lancellotti, denunciam que há vários casos de indivíduos que conseguiram receber apenas algumas parcelas do auxílio, pois os pagamentos foram suspensos ou voltaram para o processo de análise. Um exemplo é a história de um catador de material reciclável que reside em um "barraquinho", junto com sua mulher e quatro filhos, e teve seu benefício cancelado por ser egresso do sistema carcerário. Na verdade, o Auxílio Emergencial é vetado apenas para presos do regime fechado e foragidos, não sendo o caso desse trabalhador em situação de rua, que está em liberdade há oito anos e comparece ao fórum quando solicitado.

Outrossim, algumas Defensorias Públicas da União, a exemplo da defensoria localizada no estado do Rio de Janeiro, estão sobrecarregadas de ações civis que tratam dos auxílios emergenciais suspensos de vários beneficiários, inclusive de pessoas em situação de rua. Essas ações civis têm sido negadas pelo fato de a União estar recorrendo aos tribunais federais e cujas decisões judicias mantêm a suspensão do pagamento do Auxílio Emergencial (EXTRA, 2020).

Diante desse cenário alarmante, apesar de não existir uma des-proteção total para a população em situação de rua por parte do Poder Público, as ações socioassistenciais implantadas pelo Estado são incipientes, em parte devido ao processo histórico de desmonte do SUAS, que repercute nas limitações orçamentárias e operacionais no atual contexto pandêmico. Os órgãos do poder judiciário também têm atuado de forma pouco efetivas para reverter as violações de direitos referentes ao Auxílio Emergencial, do que se deduz que a crise sanitária causada pela Covid-19 agravou a desproteção social da população em situação de rua.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou demonstrar que a pandemia da Covid-19 trouxe impactos multidimensionais no conjunto da sociedade, principalmente nos segmentos pauperizados que sobrevivem do trabalho informal e que têm dificuldades de acessar o sistema protetivo, a exemplo da popu-lação em situação de rua. Nesse sentido, a crise sanitária incide sobre uma realidade já devastada pela crise do capital, agudizando as desigualdades sociais e evidenciando a desresponsabilização do Estado ultraliberal brasileiro que resiste em financiar e em prestar serviços públicos efetivos, sobretudo quando se considera segmentos populacionais que já acumulam ampla desproteção social.

No que se refere às ações protetivas ofertadas pelo Estado, constatou-se limitações severas nas dimensões operacionais e orçamentárias. Os créditos extraordinários liberados e as orientações técnicas para a atuação dos profissionais do SUAS mostraram-se insufi-cientes diante da maximização dos efeitos degressivos da pandemia na política de Assistência Social e na sobrevivência dos segmentos sociais que dela necessita. Além disso, houve divergências entre os poderes judiciário e executivo no que tange à estrutura de cadastramento e pagamento do Auxílio Emergencial, tendo como consequência a baixa resolutividade para viabilizar o acesso da população em situação de rua à referida transferência monetária.

Mencione-se, ainda, que tais ações assumem um caráter de excep-cionalidade, não confrontando o quadro vigente de destruição continuada do SUAS, em que pesem a crise sanitária e a amplificação das desigualdades sociais que a pandemia produziu, como a expansão do desemprego e da miséria.

Conclui-se, assim, que a Covid-19 aprofundou os efeitos degressivos da crise estrutural do capital e das contrarreformas do Estado brasileiro, produzindo impactos ainda mais espoliadores e desumanizantes na população em situação de rua e exacerbando os fundamentos históricos

que reproduzem essa expressão da questão social. Pelo exposto, o enfrentamento da atual crise sanitária revela, abertamente, a conduta ínfima do governo federal na execução de políticas públicas essenciais, como a de Assistência Social.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASÍLIA. **Oficinas incentivam autonomia às pessoas em situação de rua.** Atualização 6 jul. 2021. Disponível em: https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2021/07/06/r-oficinas-incentivam-autonomia-as-pessoas-em-situacao-de-rua/. Acesso em: 12 jul. 2021.

ANTUNES, R. **Coronavírus:** o trabalho sob fogo cruzado. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BOECHAT, Y. Olho da Rua: série especial mostra crescimento do número de moradores de rua. **Band Jornalismo.** Série Especial Olho da Rua. Julho de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZS3dUepEqDw. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. Série SUAS e População em Situação de Rua, v. 3. Brasília: Gráfica e Editora Brasil Ltda., 2011. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf. Acesso em: 18 jul. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Brasília, DF: MDS/SNAS, reimpressão 2014. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/

publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 2 nov. 2020.

BRASIL. Portal da Câmara dos Deputados. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS):** Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Versão impressa, editada pelo Centro de Documentação e Informação, da Câmara dos Deputados. 3. ed. Brasília: 2016.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Portaria nº 69**, de 14 de maio de 2020. Aprova recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes, no contexto da pandemia de Covid-19. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-69-de-14-de-maio-de-2020-257197675. Acesso: 2 dez. 2020.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **PEC nº 241/2016:** o novo regime fiscal e seus possíveis impactos. Nota Técnica nº 161, set. 2016. Disponível em: https://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/notaTec161novoRegimeFiscal.pdf. Acesso em 29 out. 2020.

DINIZ, A. S. O trabalhador pobre no imaginário das elites nordestinas (1850-1920). *In:* **Brasil Norte e Nordeste:** estudos em ciências sociais. Rio de Janeiro: ANPOCS e Inter American Foundation, 1991, p. 13-40.

EXTRA. À margem de qualquer ajuda: pessoas em situação de rua têm auxílio emergencial cortado em meio à pandemia. **Grupo Globo**, 15 jul. 2020. Disponível em: https://extra.globo.com/economia/a-margem-de-qualquer-ajuda-pessoas-em-situacao-de-rua-tem-auxilio-emergencial-cortado-em-meio-pandemia-24533869.html. Acesso em: 12 jul. 2021.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Editora da USP; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Covid-19:** perguntas e respostas. 2021. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/en/coronavirus/perguntas-e-respostas?page=1. Acesso em: 28 jun. 2021.

G1 NOTÍCIAS. Casos de coronavírus no Brasil em 31 de março. **G1 – Bem Estar**, 31 mar. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/31/casos-de-coronavirus-no-brasil-em-31-de-marco.ghtml. Acesso em: 11 jul. 2021.

GAMEIRO, N. População em situação de rua aumentou durante a pandemia. **Fiocruz Brasília**, 10 jun. 2021. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/noticia/populacao-em-situacao-de-rua-aumentou-durante-pandemia. Acesso em: 11 jul. 2021.

IANNI, O. A questão social. **Revista USP**, n. 3, p. 145-154, 1989. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/25490/27236. Acesso em: 27 jul. 2020.

MARX, K. Prefácio. *In:* MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução e introdução Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 45-50.

META. **Relatório Final:** primeiro censo nacional e pesquisa amostral sobre a população em situação de rua. Volume II: Resultados. Meta – Instituto de Pesquisa de Opinião. Março de 2008. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index4.php. Acesso em 25 nov. 2020.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Auxílio Emergencial para a população em situação de rua durante a pandemia da Covid-19.** 2020. Disponível em: http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/05/Informativo_Pop_Rua_Auxilio_Emergencial_18_maio_revisado_DECAU.pdf. Acesso em: 26 jun. 2021.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Relatório:** Programas e Ações da Assistência Social. Atualização abr. – jun. 2021. Disponível

em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/#metasepagamentossnas. Acesso em: 25 jun. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **O que é a Covid-19?** Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus. Acesso em: 28 jun. 2021.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Pesquisa de opinião sobre o Sistema Único de Assistência Social:** percepções de coordenadores de CRAS, CREAS e Centros Pop. Estudo Técnico nº 09/2016. Brasília: MDS/SAGI, 2016. Disponível em: https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/156.pdf. Acesso em: 22 nov. 2020.

NATALINO, M. A. C.; PINHEIRO, M. B. **Proteção social aos mais vulneráveis em contexto de pandemia:** algumas limitações práticas de auxílio emergencial e a adequação dos benefícios eventuais como instrumento complementar de política socioassistencial. Nota Técnica – DISOC/IPEA, nº 67, abril de 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9999. Acesso em: 5 ago. 2020.

NATALINO, M. A. C. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil** (setembro de 2012 a março de 2020). Nota Técnica – DISOC/IPEA, nº 73, junho de 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10074. Acesso em: 15 jul. 2020.

NETTO, J. P. Desigualdade, pobreza e serviço social. **Revista Em Pauta**, n. 19, p. 135-170, 2007. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/190/213. Acesso em: 28 ago. 2020.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Folha informativa:** novo coronavírus (COVID-19). Atualização jun. 2021. Disponível em: https://www.paho.org/pt/covid19. Acesso em: 24 jun. 2021.

PEREIRA, J. W. H.; NEVES, M. E. R. (orientadora). **As dimensões histórico-concretas e sociossanitárias da População em Situação de Rua no Brasil em tempos de pandemia global.** 2020. 148 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

PINHEIRO, M. B.; PAIVA, A. B.; LICIO, E. C.; NATALINO, M.; BARTHOLO, L. **O Financiamento federal dos serviços socioassistenciais no contexto da Covid-19.** Nota Técnica – DISOC/IPEA, nº 80, junho de 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10106. Acesso em: 26 out. 2020.

SILVA, T. D.; NATALINO, M.; PINHEIRO, M. B. **População em Situação de Rua em tempos de Pandemia:** um levantamento de medidas municipais emergenciais. Nota Técnica – DIEST/DISOC/IPEA, nº 74, junho de 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10078. Acesso em: 9 jul. 2020.

SIMÕES JUNIOR, J. G. **Moradores de rua.** Publicações Pólis. São Paulo: PÓLIS, n. 7, 1992. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/896. Acesso em: 18 de jul. 2020.

6 PROTEÇÃO SOCIAL E PESCA ARTESANAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

PROTEÇÃO SOCIAL E PESCA ARTESANAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

Emanuel Luiz Pereira da Silva
Almira Almeida Cavalcante
Patrícia Albuquerque Medeiros
Ozivan Mendonca Bezerra
Thaúanna Gomes Cavalcante

INTRODUÇÃO

A discussão apresentada neste capítulo, produto do projeto intitu-lado "Em tempos da crise da covid-19: participação e capacidade protetiva das famílias de pescadoras artesanais da RAG – RESEX[55] Acaú/Goiana na Paraíba (PIBIC/UFPB 2020/2021)", surgiu no âmbito do Núcleo de Estudos em Política Social (NEPPS/UFPB), e tem como objetivo analisar a participação e capacidade protetiva das famílias das pescadoras artesanais, em tempos de crise da covid-19, através da articulação da Associação das Marisqueiras da RAG, a partir da seguridade social, com ênfase na política de assistência social e de saúde[56].

A pesquisa é iniciada no contexto da crise sociosanitária, e segue cumprindo suas tarefas em meio ao agravamento da pandemia do novo coronavírus no Brasil, e especificamente na Paraíba. O ano de 2021 inicia preanunciado por diversos cientistas como o momento da "segunda onda do fenômeno pandêmico". Houve um aumento exponencial da ocupação de leitos hospitalares, elevaram-se drasticamente os números de casos com 19,4 mil infectados e 544 mil mortos (21/07/2021 – dados da Fiocruz), fazendo com que o país atingisse recordes em relação à quantidade diária de mortes desde o início da pandemia.

Nesse contexto, tornou-se necessário o redirecionamento das estratégias do projeto de pesquisa, sobretudo no formato das atividades planejadas para o campo, no sentido de seguir a rigor os protocolos sanitários determinados pelos órgãos de vigilância em saúde, não sendo possível, nesse caso, realizar visita *in loco* para coleta de dados primários com as pecadoras artesanais. Desse modo, as atividades foram realizadas no formato estritamente remoto, devido à imprescindibilidade de manter-se em isolamento social.

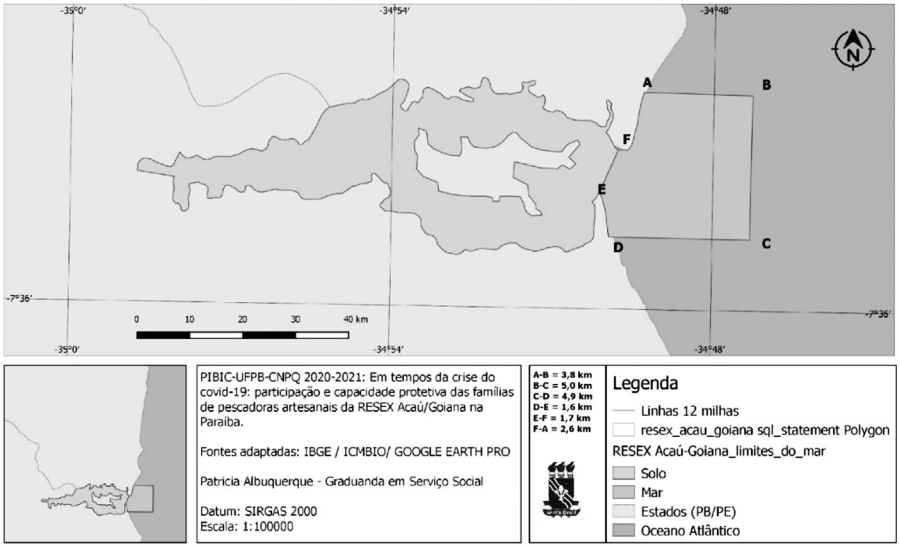
As atividades do projeto iniciaram em 2020. Até a elaboração deste manuscrito, no primeiro semestre de 2021, os integrantes (estudantes de graduação e pós-graduação) participaram de diversas atividades de formação envolvendo a questão da proteção social ampliada e as questões socioterritoriais da RAG, iniciativa que proporcionou obtenção de alguns resultados preliminares.

Consideramos oportuno ressaltar que realizar pesquisa no Brasil em tempos de pandemia se constitui um dos maiores desafios encontrados no desenvolvimento do projeto, tendo em vista o posicionamento negligente do governo federal, em relação ao enfrentamento da pandemia e sua constante negação da ciência.

Enquanto em diversos países do mundo a propagação da covid-19 encontrava-se em estabilidade, inclusive com vacinação em massa de toda a população, no Brasil, assistimos ao caos em decorrência do descontrole da pandemia, manifestado pelo surgimento de novas variantes do vírus. Podemos afirmar que o governo contribuiu/contribui com o agravamento da crise a partir de duas questões centrais: o posicionamento contrário à adoção de medidas preventivas, como o distanciamento social e o uso de máscaras, e a falta de interesse na aquisição de vacinas para a imunização da população.

Diante desse contexto, as atividades acadêmicas que envolviam pesquisa de campo tornaram-se inviáveis, sendo então requisitadas das equipes novas estratégias de intervenção para dar sequência aos trabalhos. O que foi projetado para o campo passou a ser reelaborado

para as novas formas de coleta de dados: remota, *online, home office*, com intuito de garantir a proteção à vida dos pesquisadores e dar continuidade à produção do conhecimento.



Fonte: Projeto PIBIC (2020-2021).

As configurações de pertencimento dos vínculos relacionais ao território de vivência são imprescindíveis para mensurar a eficácia e efetividade da rede de serviços e benefícios provenientes da iniciativa governamental através da gestão das políticas sociais para a garantia de direitos sociais e humanos (KOGA, 2003; KOGA; NAKANO, 2006). Assim como a pobreza e exclusão são fenômenos complexos, os pressupostos para integração e inclusão das pessoas vivenciando situações de risco humano e social, também o são, dado se tratar de pessoas absolutamente distintas, portanto, uma pobreza que perpassa diferenças entre os que a vivenciam. Nas palavras de Lavinas: "requer heterogeneidade no seu enfrentamento." (LAVINAS, 2003, p. 48).

As situações de riscos que incidem sobre o tecido social são produtoras de violação de direitos, portanto, o seu enfrentamento

ultrapassa a territorialização e efetividade dos serviços e dos benefícios como instrumentos provedores de proteção social com ações da iniciativa governamental, pela via do acesso à distribuição de bens e recursos no fortalecimento da capacidade protetiva de famílias e indivíduos. Seu caráter multifatorial, além de provocar arranjos intersetoriais transversais, tangencia as referências territoriais que estão postas particularmente pelos contextos espaciais que, se assumidos pela governança pública, imprimem o caráter efetivo e de qualidade almejados pela sociedade. (KOGA, 2005).

Para o desenvolvimento dos objetivos propostos, a pesquisa buscou manter como eixo estruturador a aposta na construção coletiva do conhecimento dos processos e produtos a serem gerados. Trata-se, nesse contexto, de instituir como foco de observação constante e referente de pesquisa o território usado, defendido por Milton Santos, ao considerar os territórios tradicionais como espaços vivos e de vivência, ou ainda territórios praticados, na perspectiva de Ribeiro (2014), para quem as experiências praticadas nos territórios necessitam ser reveladas, valorizadas, compreendidas.

Nesse sentido, nossa reflexão tem por base e fundamento técnico operacional, o diálogo constante e a participação estratégica junto a pesquisadores, agentes e agenciamentos relacionados à temática em discussão. A pesquisa é desenvolvida através de estratégias em contextos de diversidade cultural, em que utilizamos diálogos através de várias ferramentas de comunicação estabelecidas, como em período de isolamento social decorrentes da pandemia.

Os métodos mensurados podem ser combinados em estudos quali-tativos ou utilizados em conjunto com métodos quantitativos. Segundo Flick (2009), a combinação de métodos, também chamada de triangulação, foi pensada, a princípio, como estratégia para validar resultados obtidos com métodos individuais, mas atualmente é considerada como uma forma de complementar o conhecimento e superar os potenciais limitados dos métodos tomados individualmente.

Para o alcance dos resultados, utilizamos na abordagem teórica as técnicas de pesquisa bibliográfica e consulta documental. Na coleta de dados de campo, com vista a manter o isolamento social, utilizamos a técnica de entrevista, realizada a distância, por telefone, e gravação de vários áudios com as trabalhadoras da pesca artesanal.

2. (DES)PROTEÇÃO SOCIAL NO TERRITÓRIO DE VIVÊNCIA DAS PESCADORAS ARTESANAIS

Partir da realidade vivida nos estudos territoriais no Litoral Sul do estado da Paraíba consolida, em tese, o pressuposto de que, em geral, sabemos que não há sociedades humanas que não tenham desenvolvido alguma forma de proteção social aos seus membros mais desprotegidos. De acordo com a concepção espraiada por Silva (2018), isso pode ocorrer de modo mais simples, através de instituições não especializadas e plurifuncionais, como as configurações encontradas nos estudos dos povos tradicionais, por exemplo, ou com altos níveis de sofisticação organizacional e de especialização. Assim, diferentes formas de proteção social emergem e percorrem o tempo e o espaço das sociedades "[...] como processo recorrente e universal." (YAZBEK, 2012, p. 1).

Entendemos que a concretização do modelo de proteção social sofre forte influência da territorialidade, pois ele só se instala e opera a partir de forças vivas e de ações com sujeitos reais. Conforme Sposati (2009) e Silva (2018), ele não flui de uma fórmula matemática ou laboratorial, mas de um conjunto de relações e de forças em movimento. Para os autores, o sentido de proteção supõe, antes de tudo, um caráter preservacionista e de defesa da vida, dos direitos humanos e sociais e da dignidade humana.

A partir de uma construção de dentro para fora nas reuniões de pesquisa do PIBIC/UFPB, coordenadas pelo Prof. Dr. Emanuel Silva, chegou-se a um alinhamento sobre a compreensão da concepção da

proteção social ampliada, enquanto prevenção, o que subentende a redução de fragilidades aos riscos que, do ponto de vista temporal, podem ser permanentes ou temporários, e se inserem no exame da questão do enfrentamento de riscos sociais. (SPOSATI, 2009; SILVA, WANDERLEY, CONSERVA, 2014; SILVA, 2016; SILVA, 2018).

Assinalamos que a discussão de proteção social ampliada requer uma contextualização quanto aos antecedentes históricos que perpassam por questões ambientais e territoriais nas dimensões econômicas e políticas na formação das sociedades contemporâneas.

Na segunda metade do século XX, surge um marco configurado pela grande investida do capital no enfrentamento da crise da lucratividade a partir dos anos 1970. Nesse mesmo período histórico surgem fortes questionamentos à hegemonia do capital e à emergência de movimentos organizados, não apenas da classe trabalhadora, mas também de outros grupos sociais que contestam esse poder, como as manifestações ecológicas em defesa do planeta em âmbito mundial. Cresce a exigência da inclusão das questões ambientais, territoriais e por proteção social na agenda do desenvolvimento das nações e das relações internacionais.

As apreensões se espraiam na percepção de um conflito crescente entre a expansão do modelo de crescimento econômico que tem seu germe na indústria, e no volume dos efeitos nefastos sobre os diversos ecossistemas do planeta.

De acordo com Silva (2016), os seres humanos ocupam 80% do planeta e vivem um consumo predatório dos recursos naturais, em proporção tamanha que se exploram os ecossistemas a ponto de a Terra já ter ultrapassado em cerca de 20% sua capacidade de suporte e regeneração, fazendo do homem refém do seu próprio paradigma civilizatório, depredador e consumista. Tal modelo é adotado pela maioria dos países desenvolvidos, demandando três planetas semelhantes ao nosso, explorando, de forma mesquinha, uma porção enorme dos recursos naturais, colocando todos os outros seres vivos na condição de sobreviventes na

era do extermínio dos ecossistemas naturais. (BOFF *apud* TRIGUEIRO, 2003; SILVA; CONSERVA; OLIVEIRA, 2011).

Problemas ambientais como os que vemos na atualidade surgem como pesadelo nos sonhos de progresso imaginados pelos teóricos de algumas décadas. Na opinião de Furtado (1996), os países desenvolvidos têm traçado diretrizes a partir de uma política de desenvolvimento econômico em que se pretende evitar o crescimento no padrão de consumo mundial, pois a acessibilidade da grande massa dos países em desenvolvimento, às mesmas condições dos países ricos, provocaria escassez dos recursos da Terra em curto espaço de tempo. Essa ideia é fruto de uma ideologia industrial burguesa, possuidora dos estigmas do mito do progresso. O contexto de crise mundial do capital, de esgotamento do modelo desenvolvimentista, de desmonte do "socialismo real" e de enfraquecimento dos estados de bem-estar social, evidencia a imensa capacidade destrutiva do sistema. (SILVA, 2012).

Essa objetividade predatória do capital se intensifica no extermínio dos recursos naturais, aumentando o rol de problemas socioambientais, como bem aponta Sachs (1986): os processos de urbanização acelerada; o crescimento e a desigual distribuição demográfica; a expansão descontrolada do uso de energia nuclear com finalidades bélicas ou pacíficas; o consumo excessivo de recursos não renováveis; os fenômenos crescentes de perda e desertificação do solo; a contaminação tóxica dos recursos naturais; o desflorestamento; a redução da biodiversidade e da diversidade cultural; a geração do efeito estufa e a redução da camada de ozônio e suas implicações sobre o equilíbrio climático. Essas questões, entre outras, têm impactado a opinião pública mundial e chamado atenção para uma realidade até então pouco observada. (SILVA; WANDERLEY; CONSERVA, 2014).

A partir dessa concepção, entendemos que os povos originários vêm contribuindo com a manutenção dos ecossistemas naturais, contrariando a perspectiva capitalista, uma vez que os pescadores artesanais são caracterizados por utilizarem os recursos pesqueiros

extraídos ou coletados em água doce ou salgada para fins comerciais, consumo doméstico ou de subsistência. A pesca artesanal pode ser realizada com uso de embarcação de pequeno porte, motorizada ou não, ou sem embarcação, quando há coleta manual nas praias ou nos mangues. (BRASIL, 2019).

Tratar das questões socioambientais em que as comunidades tradicionais de pescadoras e pescadores artesanais estão inseridas é uma pauta urgente para todos os gestores das políticas públicas. Portanto, conforme objetivo do projeto em pauta "[...] é necessário verificar como se dá a oferta da proteção social, por meio dos serviços, nos territórios e refletir acerca das condições [...] da população." (CAVALCANTE, 2021, p. 215). Para tanto, necessita-se de clareza de como situar as comunidades de pescadores(as), a partir dos territórios nos quais sua identidade e seu ser se conformam, mas também compreender como esses locais de vida são, por aquelas gentes, instituídos. (ALMEIDA, 2018, p. 33). Sendo assim, para Raffestian (2005), a territorialidade é comumente entendida como identidade condicionada e de modelos culturais dominantes.

Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando-se de conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2017).

As famílias pertencentes ao GPTE (Grupo Povos Tradicionais e Étnicos), possuem vivências, hábitos e costumes sociais muito diversos. Por isso, essa diversidade social demanda uma pluralidade de tratamentos, tanto na identificação como na elaboração de políticas públicas. (BRASIL, 2011).

A Portaria nº 177/2011 do Ministério Desenvolvimento Social (MDS) prevê que as famílias de pescadores artesanais devem ter atendimento e estratégias de cadastramentos diferenciados durante a inclusão dos seus dados socioeconômicos no Cadastro Único. (BRASIL, 2011). O cadastra-

mento diferenciado serve como subsídio para a formulação de políticas públicas focalizadas para esses grupos. Por isso, a sua inclusão é feita a partir da demanda de órgãos governamentais e dos movimentos sociais representativos dessas populações. (BRASIL, 2011).

Adentrando no território de vivência das pescadoras artesanais de Acaú-PB, obteve-se informações estratégicas prestadas pelos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sobre o município de Pitimbu, que possui dois distritos: Acaú e Taquara; uma zona rural extensa onde localiza-se a Agrovila Camucim, o Sítio Andreza I e Andreza II, o Assentamento Nova Vida, Primeiro de Março, Sede Velha, Teixeirinha, Apasa, Mucatu e Marinas do Abiaí.

A Rede de Serviços Socioassistencial de Pitimbu dispõe de dois Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). Existe também no território equipamentos comunitários e entidades representativas da população: Associação das Marisqueiras de Acaú (AMA); Colônia dos Pescadores; associações comunitárias de bairros; sindicatos de trabalhadores rurais; Cooperativa Coper-Vida e a Manifestação Cultural *Aruenda da Saudade*. A Rede de Saúde disponível no território é constituída por oito Unidades Básicas de Saúde (UBS); um Pronto Atendimento; um Centro de Fisioterapia; um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); um Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF) e um centro de referência em covid-19.

Em Pitimbu constam 4.389 famílias inseridas no CadÚnico, e dessas, 3.990 com renda até meio salário-mínimo, ou seja, 90,90% possuem renda familiar de até meio salário-mínimo. As principais demandas postas pela população à gestão municipal no contexto da pandemia da covid-19 são relativas à solicitação de auxílio financeiro, considerando que um percentual significativo dos munícipes são trabalhadores informais, que, devido às medidas de isolamento social, interromperam suas atividades laborais.

Segundo os dados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) – Ministério da Cidadania (2021), de abril a agosto de 2020,

1,5 milhão de pessoas acessaram o Auxílio Emergencial, equivalente a 37,50% da população paraibana. Em Pitimbu, município onde o território de Acaú está encravado, os dados relativos ao intervalo temporal de abril a agosto de 2020 revelam que 7,1 mil pessoas foram elegíveis, sendo 4,6 mil através do Programa Bolsa Família, 392 via CadÚnico e 2,2 mil através do aplicativo da Caixa. Já os benefícios referentes à extensão do Auxílio Emergencial de setembro a dezembro de 2020 mostram uma supressão nos acessos das pessoas ao benefício: 3,6 mil no Programa Bolsa Família, 310 no CadÚnico e 1,9 mil no aplicativo da Caixa.

Sendo assim, perceber o acesso ao benefício supracitado é inferir sobre a proteção social em relação à segurança de renda na Paraíba e no chão da RESEX Acaú/Goiana e perceber o impacto, limitações e potencialidades do programa de transferência de renda para sobrevivência das pessoas no contexto pandêmico.

No período pós-decreto (nº 10.316/2020) da pandemia, a Prefeitura de Pitimbu-PB realizou, através do CRAS, os atendimentos necessários aos usuários para inclusão e atualização no CadÚnico, conforme o perfil e a necessidade, mas não houve busca ativa para atualização cadastral e para adesão ao auxílio emergencial. Em relação à segurança alimentar, foram distribuídas cestas básicas e os gêneros alimentícios provenientes do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)[57].

No contexto pandêmico, visando a proteção da população, o município de Pitimbu implementou ações de enfrentamento, como barreiras sanitárias durante as 24 horas nas fronteiras do território; realizou testes rápidos para detecção do novo coronavírus; atendimento psicológico remoto e distribuição de máscaras reutilizáveis. Tais iniciativas foram apoiadas por ações educativas frente à resistência de um percentual significativo da população na adesão da proteção antiviral.

3. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA PESCA ARTESANAL NA RESEX ACAÚ/GOIANA

De acordo com Silva (2011), o trabalho e os seus produtos se inserem na vida cotidiana das trabalhadoras da pesca artesanal, em que as necessidades que eram desconhecidas tornam-se práticas do cotidiano e apreendem novas maneiras de realizá-las. Parafraseando Lukàcs: "Enquanto tornam a reprodução humana sempre mais variada e complexa, levando-a cada vez mais distante daquela biológica, ao mesmo tempo transformam o homem autor da práxis, afastando-o cada vez mais da reprodução biológica da própria vida." (LUKÁCS, 1976, p. 164).

Dentro dessa máxima, as pescadoras e os pescadores são, por natureza, seres que respondem: o ambiente põe à sua existência, à sua reprodução, condições, tarefas etc. E a atividade do ser vivente para conservar a si mesmo e à sua espécie concretiza-se no reagir de modo adequado (SILVA; CONSERVA; OLIVEIRA, 2011). Mas, ontologicamente, os homens e mulheres que trabalham se diferenciam de todos os outros seres vivos, pois não só têm reações às expressões do meio ambiente, mas também através da sua práxis, e criam respostas a essas reações. (LUKÁCS, 1976, p. 179-180).

Sendo assim, as pescadoras artesanais de Acaú-PB buscam, através do trabalho, dar sentido às suas vidas. Através do relatos de muitas delas, a coleta de mariscos tornou-se a principal base econômica para o seu sustento diário e, em algumas comunidades pesqueiras, a mulher tem sido a principal responsável pela subsistência da família, como podemos constatar em trabalhos realizados em outras localidades estuarinas. (ANDRADE; BLUME, 2006; FASSARELLA, 2008).

Para a obtenção de um melhor aproveitamento da atividade de coleta, ela depende dos períodos de maré baixa, quando emergem os bancos de areia que consistem no habitat dos mariscos, conhecidos em todo território de pesca como croas. O trabalho das marisqueiras tem sua organização fundada no espaço público e privado, que constantemente

vive sob a condição da separação absoluta do trabalho. A alienação assume a forma de perda de sua própria unidade: trabalho e lazer, meios e fins, vida pública e vida privada, entre outras formas de disjunção dos elementos de unidade presentes na *sociedade do* trabalho. (ANTUNES; ALVES, 2004).

Conforme Beauvoir (1970, p. 14), economicamente, homens e mulheres constituem como que duas castas em igualdade de condições, em que os primeiros têm situações mais vantajosas, salários mais altos, maiores possibilidades de êxito que suas concorrentes recém-chegadas. Tal fato pode ser verificado nas relações sociais e de gênero estabelecidas na vida cotidiana nas comunidades pesqueiras de todo o litoral brasileiro. Em sua totalidade, não se verifica alteração do encargo com as atividades domésticas, já que as mulheres continuam sendo as responsáveis por tais atividades. (SILVA; CONSERVA; OLIVEIRA, 2011).

As trabalhadoras da pesca artesanal do marisco são "invisíveis" em relação ao manejo, também são "invisíveis" aos órgãos de gestão ambiental. (AGARWAL, 2001; SILVA; CONSERVA; OLIVEIRA, 2011; SILVA, 2016). Tal fato também foi evidenciado por pesquisa desenvolvida por Rocha (2010) com marisqueiras do estuário do Rio Mamanguape-PB, onde a ocorrência progressiva do acúmulo de tarefas por parte das mulheres incide na dupla e até tripla jornada de trabalho. E apesar delas desenvolverem múltiplas tarefas, o trabalho feminino é invisibilizado e considerado de menor relevância para a sociedade a que pertencem, e as propostas para a gestão local raramente prestam atenção às atividades femininas. (ROCHA, 2010; SILVA; CONSERVA; OLIVEIRA, 2011).

O trabalho da pescadora artesanal na atualidade é caracterizado como informal devido à Legislação Previdenciária e Trabalhistas (LPT) que se remete a não caracterização das pescadoras profissionais (artesanais) pela sua produção, tamanho das embarcações e nem através da mecanização de seus instrumentos de trabalho. Vários pontos entram nos desafios da LPT, como reduzir a idade mínima para a concessão de aposentadoria por idade (50 anos para as mulheres e 55 anos para os

homens), e garantir a aposentadoria 'especial' por tempo de contribuição (25 anos de contribuições para os homens e 20 anos pra as mulheres).

No arcabouço dos desafios e na busca pelos direitos das marisqueiras, também devemos prestar bastante atenção com relação às questões da insalubridade e da periculosidade da atividade para a garantia das inscrições das pescadoras profissionais (artesanal) juntos ao INSS seja opcional (individual ou familiar), garantindo ainda a contribuição sobre a produção em regime de economia familiar; assegura que a formação das juntas de recursos do INSS sejam compostas também por representantes dos/das trabalhadores(as) das categorias afins; garantir que as trabalhadoras do setor pesqueiro sejam reconhecidas, pelos órgãos competentes, como pescadoras profissionais (artesanais).

4. TESSITURAS FINAIS

A capacidade protetiva das famílias em seus territórios de vivência abrange múltiplos fatores que se expressam na cobertura de políticas públicas, bem como nas formas de organização social da população, dada as condições do território. O projeto em discussão apresenta a particularidade de uma população inserida no GPTE, que possui uma relação diferenciada com o território, posto que extrair dos recursos naturais disponíveis no *habitat* a sua subsistência. Nesse sentido, as ações de proteção social requisitam, além da provisão de recursos materiais, dialogar com as dimensões históricas e culturais, ou seja, com as especificidades de um povo. Em outras palavras, a proteção social das famílias das pescadoras artesanais da RAG, Acaú/Goiana, deve levar em consideração dimensões tanto socioambientais quanto políticas.

Os primeiros achados da pesquisa em andamento nos permitem apontar algumas considerações acerca da proteção social no munícipio: a) está amparada na oferta de serviço e benefícios provenientes de políticas setoriais implementadas pelo governo nas esferas municipal,

estadual e federal; b) a rede socioassistencial não possui cobertura da proteção social especial; c) os programas e serviços ofertados no contexto da pandemia não priorizam ou sinalizam atendimento específico para populações do GPTE; d) a articulação da população por meio das entidades comunitárias e representativas se constitui como fortalecimento da proteção social que se materializa na pesca artesanal pelo trabalho na RESEX Acaú/Goiana.

O modelo de divisão de trabalho adotado no sistema de pesca na RAG, ainda está marcado por algumas diferenças de gênero percebidas pela separação das atividades de captura, pelo acesso aos locais de trabalho e pelo acesso e controle dos recursos para o desempenho das atividades, com modificações importantes acerca dos seus papéis sexuais durante a pesca, que vêm ocorrendo no território estudado, com as mulheres realizando atividades antes consideradas apenas masculinas, como a catação de crustáceos, conserto de redes, preparação da lenha. Tudo isso vem representando mais um ganho das mulheres na busca por igualdade de direitos na sua atividade laboral.

A análise de gênero no contexto da RAG é uma variável necessária para a formulação de políticas públicas e planos de manejo que visem a garantir os espaços naturais para a realização das atividades de pesca (leia-se femininas) e na reprodução sociocultural das comunidades, levando à equidade da participação feminina na garantia da valorização de seu trabalho como pescadora artesanal.

REFERÊNCIAS

AGARWAL, B. The gender and environment debate: Lessons form India. **Feminist Studies**, v. 18, n. 1, 1992.

ALMEIDA, A. C. B. **Diálogos entre as gentes do mar e o estado:** regulação e regularização dos territórios tradicionais pesqueiros.

188 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Direito, Curitiba, 2018.

ANDRADE, F. S.; BLUME, L. H. S. As mulheres marisqueiras em Ilhéus-BA: mudanças e permanências nos modos de vida e trabalho, 1980-2004. In: XII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UESC, 2006. p. 373-373.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo:** a experiência vivida. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). **Grupos tradicionais e específicos Campo 2.07 do Formulário Suplementar 1.** Brasília/DF: Imprensa Nacional, 2019. Disponível em:_filipeta_ cadunico_periodo_eleitoral.pdf (mds.gov.br). Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. **DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 7.679, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1988.** Dispõe sobre a proibição da pesca de espécies em períodos de reprodução e dá outras providências. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=DD7558111A4D9FF3B09212348D1FAE80.proposicoesWebExterno2?codteor=637240&filename=LegislacaoCitada+-PL+4811/2009. Acesso em: 28 nov. 2020.

BRASIL. **LEI Nº 11.959, DE 29 DE JUNHO DE 2009.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca... Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm. Acesso em: 01 set. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Brasília/DF: Imprensa Nacional, 2017. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/cadastro_unico/Manual_Gestao_Cad_Unico.pdf. Acesso em: 01 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Cadastramento diferenciado. **Diversidade no Cadastro Único – Respeitar e Incluir.** – Brasília, DF: MDSA; Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2016.

BRASIL. **PORTARIA Nº 177, DE 13 DE SETEMBRO DE 2011.** Estabelece o Sistema Nacional de Registro de Hóspedes – SNRHos... Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/portaria-n-177-de-13-de-setembro-de-2011. Acesso em: 28 nov. 2020.

BRASIL. **Vis Data 3 Beta.** Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGIVIS DATA 3 beta. Brasília. Ministério da Cidadania, 2019. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/index.php?g=2&ag=e&sag=25&codigo=0. Acesso em: 26 jun. 2021.

CAVALCANTE, A. A. Proteção social e pandemia da covid-19: o lugar da transferência de renda. **Revista Temporális.** Brasília, ano 21, n. 41, p. 205-218, 2021.

FASSARELLA, S. S. O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino. **SER Social**, Brasília, v. 10, n. 23, p. 171-194, 2008.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KOGA, D. **Medidas de cidades entre territórios de vida e territórios vividos.** São Paulo: Cortez, 2003.

KOGA, D. O território e suas múltiplas dimensões na política de assistência social. In: **Caderno de Estudos** – desenvolvimento social e debate. Textos para V Conferência Nacional de Assistência Social. Brasília: 2005.

KOGA, D.; NAKANO, K. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 85, Cortez, 2006.

LAVINAS, L. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica**, v. 4, n. 1, p. 25-59, jun. 2003.

LUKÁCS, G. **Per una Ontologia dell'Essere Sociale.** Roma: Riuniti, 1976. (Primeiro capítulo Trad. Ivo Tonet – mimeo; Quarto capítulo trad. Norma Alcântara).

RAFFESTIAN. C. **Territorialidade e ecogenese territorial.** Espaces, jeux et Enjeux, 2005.

RIBEIRO, A. C. T. **Teorias da ação.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

ROCHA, M. S. P. **Mulheres, manguezais e a pesca no estuário do Rio Mamanguape, Paraíba.** 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2010.

SILVA, E. L. P.; WANDERLEY, M. B.; CONSERVA, M. S. Proteção social e território na pesca artesanal do litoral paraibano. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 117, ano 24, jan. 2014, p. 169-190.

SILVA, E. L. P.; CONSERVA, M. S.; OLIVEIRA, P. Socioecologia do processo de trabalho das pescadoras artesanais do Estuário do Rio Paraíba, Nordeste, Brasil. **Ecologi@**, n. 3, p. 47-61, 2011.

SILVA, E. L. P. **Territorialidades e proteção social:** conflitos socioambientais indígenas vivenciados na pesca artesanal no litoral norte da Paraíba. 229p. Tese (Doutorado em Serviço Social) –

Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, E. L. P. Sentidos Territoriais da Proteção Social no Litoral Norte da Paraíba In: **Revista de Políticas Públicas**, Número especial da VII JOINPP 1917-2017: um século de reforma e revolução, São Luís-MA, EDUFMA, v. 22, p. 1641-1664, 2018.

SILVA, M. G. Sustentabilidade ambiental e (in)sustentabilidade social. In: MOTA, A. E. (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia:** crescimento econômico e reprodução das desigualdades. São Paulo: Cortez, 2012.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília, DF, 2009.

TRIGUEIRO, A. (org.). **Meio ambiente no século 21.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, n. 110, p. 288-332, abr./jun. 2012.

7 O SUS DIANTE DA PANDEMIA DE COVID-19 E AS REGRESSÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL

O SUS DIANTE DA PANDEMIA DE COVID-19 E AS REGRESSÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL

Patrícia Barreto Cavalcanti
Rafael Nicolau Carvalho
Alecsonia Pereira Araújo
Ana Paula Rocha de Sales Miranda

O presente capítulo dá continuidade às discussões acerca da dinâmica das políticas de saúde, levadas a cabo pelos docentes que compõem o Setor de Estudos e Pesquisas em Saúde e Serviço Social (Sepsass), vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Nosso objetivo é refletir sobre a existência e os desafios de um sistema de saúde de base universal, realçando sua importância diante de um processo convoluto, como o pandêmico.

O Brasil encontra-se mergulhado na segunda onda da pandemia de Covid-19, marcada pela alta da transmissão comunitária e de óbitos. Nesse cenário, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem demonstrado seu potencial enquanto sistema universal. Sua extensa rede assistencial, composta por milhares de unidades de saúde, da Atenção Básica à Alta Complexidade, não só tem evidenciado esforços hercúleos para o cuidado com a população, mas também revela as consequências da precarização do sistema, que, no caso da pandemia, expressa-se na incapacidade de prover testagem em massa e leitos adequados em números suficientes e na falta de insumos essenciais para o atendimento no contexto pandêmico. O sistema, diante desse contexto, inevitavelmente, saturou.

Esse resultado é fruto do processo histórico de precarização, dos embates político-ideológicos de projetos societários distintos para a

saúde e do desmonte das políticas públicas, que se intensificou a partir de 2016.

Associam-se a esse quadro: a falta de uma coordenação nacional para o combate à pandemia, o negacionismo do governo diante da letalidade da Covid-19, a falta de incentivo às medidas sanitárias para reduzir a transmissão, a falta de articulação e cooperação entre as demais políticas para mitigar os efeitos sinérgicos da pandemia em todos os âmbitos da vida dos brasileiros. Outrossim, dada a sua relevância, devemos levar em conta a repercussão disso na implementação da Política Nacional de Saúde Mental (PNSM).

Ao tomarmos a "nova" PNSM como parâmetro, fizemo-lo não de modo aleatório. Tal política evidencia-se como crucial se considerarmos as consequências psicossociais da pandemia. Estas se explicitam desde a ocorrência de depressões e ansiedades até o agravamento desses quadros, como a materialização de atos suicidas.

1. O SUS E A PANDEMIA

Criado há mais de 30 anos, o SUS nunca teve tanta visibilidade como atualmente, em tempos de pandemia. Moldado pelas bases do Movimento Sanitário e fruto da Reforma Sanitária Brasileira, vem sendo analisado por diversas matizes, algumas das quais colocam em xeque: a viabilidade de seus princípios fundantes, sua legislação, seus modelos de atenção à saúde, sua principal estratégia de gestão e sua condição de sistema complexo e de histórico subfinanciamento.

Todavia, em meio à crise sanitária, também tem emergido o reconhecimento da crucialidade do SUS e das inovações e *expertises* inerentes a sua implementação. Destacam-se aspectos como: eficiência na cobertura vacinal; construção de linhas de cuidado amplas; consecução na criação de arranjos organizativos de densidades tecnológicas diferentes

(Redes de Atenção à Saúde) e a participação da sociedade civil em sua gestão.

Assim, qualquer análise que relacione o SUS à crise sanitária que estamos vivendo desde 2020 requer o realce do processo histórico que o constituiu, levando em consideração que ele é uma das maiores conquistas da população brasileira, apesar de suas inúmeras fragilidades estruturais que afetam, sobretudo, a produção do cuidado em saúde.

A literatura que reafirma a relevância do SUS é farta e densa. Autores como Lobato e Giovanella (2012), Paim (2013) e Fleury e Ouverney (2012) atestam o papel do SUS no redirecionamento do projeto civilizatório brasileiro, ultrapassando sua função de mero mecanismo de provimento da assistência pública à saúde.

Tomando por base tais preâmbulos, temos assistido, sistematicamente, nos 33 anos de implementação do SUS, a desconstrução do projeto político para a saúde, defendido por ocasião da Constituinte de 1988, bem como almejado pelo Movimento de Reforma Sanitária Brasileira. O projeto sanitário de base universal e democrática vem, desde os anos 90, sendo atacado pelas inflexões neoliberais instaladas no país nesse mesmo período, na esteira da contrarreforma do Estado, tratada com profundidade por Behring (2003). O contraponto apresentado pela perspectiva neoliberal na saúde é o projeto privatista, a serviço das grandes corporações do mercado em saúde.

Ambos os projetos – o embasado no serviço público e gratuito e o voltado à privatização – concretizam a dinâmica de correlação de forças presentes no desenvolvimento dos pensamentos contidos na própria reforma sanitária, que, a partir dos anos 2000, expressa-se em três direções. Uma persiste na defesa do ideário original, calcado na necessidade de termos um sistema de saúde gratuito, universal e democrático. A segunda baseia-se na ideia de que o SUS, do modo que foi concebido, não é sustentável e que, portanto, é preciso flexibilizar seus modelos de gestão. Por fim, a terceira perspectiva ancora-se em um projeto social mais amplo, que prevê que a efetivação do direito universal à saúde só será possível

por meio da desmercantilização da saúde e da resolução das questões estruturais brasileiras (ANDREAZZI, 2016).

A corrosão gradual observada no interior do SUS tem produzido danos em seus três níveis de complexidade em saúde, nas relações descentralizadas entre as esferas gestoras, nas formas e nos percentuais de financiamento, no grau de impacto dos fóruns de controle social na formulação das políticas locais de saúde e na precarização do processo de trabalho nessa área. Mas, sobretudo, tem corroído o direito à saúde de modo universal, integral e equânime.

A emersão do SUS teve como cenário um país permeado por transformações econômicas, sociais e políticas. Ou seja, a proposta de democratização dos serviços públicos de saúde foi implementada justamente nesse caleidoscópio de mudanças.

Tratava-se de mais um lócus do aparelho estatal que necessitava de mudanças urgentes diante da inoperância do sistema de saúde até então adotado (visivelmente de cunho privatista e corporativo). A formalização do SUS só viria em 1988, assegurada pela carta constitucional, cercada de apoio tanto de entidades profissionais do campo da saúde como de organizações da sociedade civil. Naquele momento conjuntural, um novo pacto político foi tecido, o que possibilitou a ampliação do direito à saúde, que passou a ser responsabilidade estatal.

Contudo, há que se considerar ainda que – no período compreendido entre a germinação da Reforma Sanitária, a institucionalização do SUS e a crise atual que atinge o sistema – mudanças estruturais se processaram a nível mundial. Elas impactaram os países periféricos, entre os quais está o Brasil, fazendo com que muitas das conquistas sociais (o SUS é uma delas) refluíssem.

Apesar do desalentador cenário que o SUS apresenta, a densidade das questões geradas a partir de sua operacionalização revela um modelo estatal de saúde instigante e dinâmico. Referimo-nos, principalmente, às modificações observadas nas formas de tessitura das práticas profissionais e gestoras, nos serviços de saúde descentralizados, os quais demandaram,

em maior ou menor grau, uma quebra nas relações de poder estabelecidas ao longo da história das políticas de saúde brasileiras.

Num país tradicionalmente marcado por um Estado centralizador e autoritário, é importante observar a resistência na divisão dos centros de poder que a descentralização provocou. A etapa posterior à municipalização – ou seja, a regionalização da saúde – vem se mostrando incapaz de se sobrepor aos problemas gerados pela municipalização, tais como: fragmentação das ações, baixa cobertura e qualidade dos serviços prestados. Passados 33 anos, o que se observa nesse quesito é que os municípios ainda não absorveram as prescrições da regionalização, resistindo aos processos de negociação e formulação de pactuações.

No que concerne à outra mudança relevante provocada pela implantação do SUS, qual seja, a criação de uma cultura de prevenção e promoção à saúde, entendemos que avanços são constatados nomeadamente a partir da concretização do Programa Saúde da Família em 1994 – hoje denominado Estratégia de Saúde da Família (ESF). Sem dúvidas, a expansão da estratégia a partir de 2008 contribuiu para a construção de inúmeras experiências exitosas no nível da atenção primária em saúde, apesar das fragilidades inerentes à estruturação do programa/estratégia.

Enfim, a história recente da saúde pública brasileira nos esclarece que, após os anos 80, o discurso que relaciona descentralização-municipalização, em geral, dissipou-se em meio às culturas institucionais arraigadas, enfrentando, por sua vez, as heterogeneidades dos poderes políticos locais, o que gerou inúmeras e diferentes experiências de materialização do Sistema.

Todas as questões supracitadas já foram estudadas por uma gama de intelectuais que se constituem na massa crítica da Reforma Sanitária Brasileira. Autores como Paim (2013), Bravo *et al*. (2018), Bahia (2018), Bravo, Pelaez e Menezes (2020), têm se debruçado sobre os efeitos deletérios da conjuntura neoliberal e ultraliberal no processo de implementação do SUS, que causou a desconfiguração do projeto original proposto pelo Movimento Sanitário.

Ao analisarmos tais efeitos, deparamo-nos com "velhos" problemas, ora vinculados à gestão, ora relacionados ao subfinanciamento crônico, ambos de ordem estrutural. A conjuntura mais recente colocou novos obstáculos ao funcionamento do Sistema. A eclosão da pandemia da Covid-19 vem impondo, além de novas dificuldades, o aprofundamento das "velhas" e "conhecidas" questões estruturais do SUS.

Foi em 31 de dezembro de 2019 que a Organização Mundial da Saúde (OMS) fez um dos primeiros alertas acerca de casos de pneumonia na cidade de Wuhan, China. As notícias iniciais davam conta da existência de uma "nova cepa" de coronavírus, até então desconhecida no contexto científico. Em 7 de janeiro de 2020, houve, em definitivo, a confirmação, por parte da comunidade científica, da descoberta de um novo tipo de coronavírus, nominado de Sars-Cov-2. Sua proliferação foi rápida pelo mundo, o que levou a OMS a caracterizar o processo como pandêmico, diante da acelerada disseminação do contágio por vários países.

No Brasil, a notificação do primeiro caso ocorreu em 26 de fevereiro do ano supracitado, na cidade de São Paulo. A expansão da pandemia no país foi rápida, em contraposição às ações estatais, nomeadamente por parte da União, que só em janeiro de 2021 lançou seu Plano Nacional de Enfrentamento da Covid-19. Hoje, em 1 de julho, o Brasil acumula 520.189 óbitos e 18.622.199 casos, com uma média móvel de 54.115 novos casos de Covid-19 por dia.

A evolução exponencial da pandemia no Brasil suscitou a compreensão de inúmeras variáveis. Não obstante, elas se delinearem com especificidades, são variáveis mixadas, transversais às bases estruturais brasileiras e sistêmicas.

A primeira é a desigualdade social, histórica e estrutural, que caracteriza a realidade nacional. O abismo social que conferiu ao Brasil, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a 79ª posição em nível mundial, em relação ao índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ratifica as iniquidades sociais, particularmente quando

consideramos aspectos como: renda, acesso à saúde e educação (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019).

Várias autoras já indicam o agravamento de tal desigualdade no decurso da pandemia, tais como: Boschetti e Behring (2021) e Degenszajn *et al.* (2021). Outra questão angular que se vincula ao acirramento das diferenças sociais é a tese de que, no Brasil, estaríamos vivenciando desde 2020 uma sindemia, combinação de sinergia com pandemia, expressão nominada pelo antropólogo médico americano Merrill Singer na década de 1990. Ela se traduz em um processo epidêmico no qual a doença (objeto da pandemia), ao interagir com condições pré-existentes de saúde ou mesmo ambientais, pode se potencializar. Decerto, vivenciamos uma sindemia que tem visibilizado iniquidades em saúde, as quais atingem mulheres, idosos, a população em situação de rua, pessoas privadas de liberdade, as populações negra e indígena, entre outros segmentos sociais.

Uma segunda variável é o cenário ultraliberal desenhado no país, que, segundo Boschetti e Behring (2021), evidencia um viés neofacista e negacionista, que se traduz em discursos e atos violentos, voltados para a criminalização dos movimentos sociais, além de cercear a autonomia da produção do conhecimento.

Destarte, a eclosão da pandemia no país foi acompanhada pelo colapso do SUS e por posturas e práticas do governo federal caracterizadas por negacionismo e inação. A esse respeito, Castro *et al.* (2021) concluem que a vivência nacional está sendo marcada por várias narrativas, em função de sua complexidade. Além disso, apontam que a disseminação acelerada da pandemia no Brasil foi provocada por cinco fatores, quais sejam: dimensão territorial do país e desigualdade social; densa rede urbana (que possibilita alta mobilidade); polarização ideológica e falta de alinhamento político entre o presidente e os governadores; falha na testagem e monitoramento dos casos; e, por fim, inexistência de sincronia nas medidas de distanciamento social e contenção do vírus.

Uma terceira variável é a arquitetura de corrosão pela qual as políticas sociais, particularmente, a política da saúde, consubstanciada

na implementação do SUS, vem experienciando nas últimas décadas. A pandemia deu visibilidade ao desmonte da seguridade social, a destruição dos direitos trabalhistas e a agonizante gestão do SUS, como bem prescrutam Boschetti e Behring (2021).

Bravo *et al.* (2018) alertam que, muito antes da promulgação da Constituição de 1988, a política da saúde, em particular, é cenário de disputas de dois projetos "distintos e antagônicos", que refletem as contradições inerentes à relação entre Estado e sociedade civil no Brasil, margeada por reformas regressivas. O fato é que a financeirização do capital e a redução dos gastos sociais mais recentemente, impostas pela Emenda Constitucional n.º 95, agravaram o subfinanciamento crônico do setor público de saúde, o que, no decurso de uma crise sanitária, multiplica os problemas de enfrentamento a ela.

Uma quarta variável relaciona-se diretamente à primeira, ou seja, a desigualdade. Contudo, diante de sua especificidade, nesta reflexão, optamos por destacá-la. Trata-se da desigualdade racial em saúde, analisada por vários estudiosos, dentre os quais realçamos Goes, Ramos e Ferreira (2020) e Santos *et al.* (2020). Em ambos os estudos, os autores refletem sobre as assimetrias que a pandemia provocou em meio a uma sociedade marcada por um racismo estrutural. A falta de ações estatais assertivas no sentido de mitigar os danos da crise sanitária vem visibilizando a vulnerabilidade histórica da população negra no Brasil.

A última é a contrarreforma em curso, traduzida como "nova" Política Nacional de Saúde Mental. Ela será discutida na próxima seção.

2. A PANDEMIA E AS REGRESSÕES NA "NOVA" POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL

A PNSM é uma política setorial, mas que tem, ao longo das últimas décadas, construído importantes articulações com outras políticas sociais e vem consolidando a atenção à saúde mental no SUS. Enquanto política,

articula-se com os movimentos sociais e é resultado do processo histórico da luta antimanicomial e do movimento pela reforma psiquiátrica brasileira, iniciado no final dos anos de 1970.

A Reforma Psiquiátrica Brasileira não só é um projeto de ruptura com o modelo manicomial, mas também de luta pela democracia e pelos direitos humanos (AMARANTE; NUNES, 2018).

O projeto de reforma se consolidou na Lei n.º 10.216/01, que garante os direitos das pessoas com transtorno mental a um tratamento digno, humano, em ambiente comunitário e com apoio da família. Assim, o modelo assistencial manicomial redirecionou-se para o de atenção psicossocial.

Após a aprovação da lei, editou-se um conjunto de portarias que viabilizam a mudança de modelo. Com isso, houve a instituição dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), em suas diferentes modalidades, com o intuito de prestar cuidados em saúde mental, ao passo que se reorganizava o fluxo da rede de saúde.

O movimento de reforma acumulou experiências inovadoras para a redefinição das práticas de saúde mental, principalmente, por meio da estratégia de desinstitucionalização. Foram criadas redes, ferramentas de cuidado e de gestão no âmbito da saúde mental, contribuindo, assim, com a consolidação dos princípios da reforma psiquiátrica e com o próprio SUS.

Em 2011, organizou-se a Rede de Atenção Psicossocial (Raps), dentro da estratégia das Redes de Atenção à Saúde (RAS), que criou e integrou diferentes pontos de atenção à saúde mental na rede saúde. Foram englobadas, assim: a Atenção Básica; a de urgências e emergências; a residencial; a hospitalar, com estratégias de desinstitucionalização e a psicossocial estratégica, nas quais estão os Caps.

A Política de Saúde Mental brasileira tanto produziu avanços reais quanto, nos últimos anos, sofreu retrocessos significativos. Como avanços, destacamos a criação de mais de: 2000 serviços comunitários; 2000 iniciativas de projetos de economia solidária; 600 serviços de residên-

cias terapêuticas e a redução de mais de 35 mil leitos psiquiátricos (LIMA, 2019).

Esses avanços convivem com as dificuldades estruturais do SUS e dos próprios desafios particulares dessa política. Citamos como exemplo: os problemas de gestão dos serviços, as deficiências de estrutura, a inexistência de estratégias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais e os embates entre os modelos biomédico e psicossocial.

Essas dificuldades acentuaram-se a partir de 2016, com modificações na legislação, na posterior extinção de políticas e programas estratégicos para a saúde mental. Essas alterações alinhavam-se, novamente, à lógica manicomial.

A ofensiva dos últimos quatro anos se concretizou com a edição da Norma Técnica n.º 11/2019. Ela institui a "nova" política de saúde mental, que apresenta um cenário trágico para a atenção psicossocial: a inclusão do hospital psiquiátrico na Raps, o aumento dos recursos para abertura de leitos psiquiátricos, a proibição de fechamento de leitos e de serviços psiquiátricos, e o abandono da estratégia de Redução de Danos, internacionalmente reconhecida e recomendada pela OMS. Todas essas medidas foram produzidas ou reafirmadas pelo governo Bolsonaro e tem sido denominada de contrarreforma da saúde mental (FARIAS, 2019; LIMA, 2019).

A "nova" política de saúde mental não tem nada de novo, mas sim acumula um conjunto de retrocessos e ataques aos princípios da reforma psiquiátrica brasileira. Nega as conquistas do movimento de luta antimanicomial, afetando diretamente a qualidade da assistência em saúde mental e o cumprimento dos direitos humanos e sociais. Dessa forma, a pandemia de Covid-19 chegou ao país em meio a esse cenário de desmonte da política de saúde mental e da grave crise política e social que atravessamos, que, no governo Bolsonaro, ganha matizes fascistas, racistas, sexistas e antidemocráticos (DIMENSTEIN; SIMONI; LONDERO, 2020).

Alguns estudos apontam que podemos dividir as consequências da pandemia de Covid-19 em quatro estágios ou ondas (ROHDE, 2020). Vejamos como essas fases se desenvolvem considerando nosso contexto particular: a primeira fase: sobrecarga imediata do sistema de saúde; a segunda fase: diminuição de recursos para o tratamento de outras condições agudas em virtude da pandemia; a terceira fase: interrupção do cuidado de várias doenças crônicas e por fim a quarta fase: aumento dos problemas de saúde mental como resultado das iniquidades sociais agravadas pela infecção, das medidas de contenção e dos efeitos diretos da doença.

Na primeira fase, o impacto foi imediato; e como aludido, o colapso do sistema foi ocasionado não só pelos problemas históricos do SUS e seu desmonte mais recente, mas também pelo negacionismo do governo. Este minimizou a gravidade da pandemia, não assumiu a coordenação das medidas de contenção e ainda colaborou com a desinformação, desacreditando o uso de máscara, as medidas de distanciamento, o isolamento social, bem como promovendo medicamentos e tratamento ineficazes.

Na segunda fase, evidenciou-se um grave problema do SUS, a falta de recursos financeiros e seu subfinanciamento. A pandemia exigiu todos os esforços e os recursos (nem sempre disponíveis), dada sua gravidade. E a assistência a outros programas de atenção à saúde foram prejudicados pela realocação de recursos financeiros e humanos, e pela falta de capacidade instalada para dar continuidade aos cuidados a outras condições de saúde.

Na terceira fase, o problema se alastrou pelas políticas e pelos programas de atenção às condições crônicas, que também foram fortemente prejudicados por sua descontinuidade, pela redução dos recursos, pelo fechamento dos serviços por conta das medidas de contenção da pandemia. Essas ações aumentam o risco de vida para as pessoas que dependem de assistência contínua.

Na quarta fase, em um contexto pós-pandêmico, especula-se a ideia de uma explosão de transtornos mentais, traumas e aumento de casos de suicídios como consequência direta da pandemia e das medidas de contenção. Essa ideia é reforçada pelos estudos científicos sobre contextos de outras epidemias, como a de SARS em 2003, a de H1N1 em 2009, a de MERS em 2012 e a de Ebola em 2014. As pesquisas realizadas durante e após essas epidemias demonstram o aumento de transtornos mentais comuns, estresse pós-traumático, ansiedade, depressão e indícios de aumento do comportamento suicida. As investigações ainda reforçam que os efeitos psicossociais desses eventos são mais duradouros e amplos do que os impactos diretos da pandemia (FARO *et al.*, 2020; NABUCO; OLIVEIRA; AFONSO, 2020).

O sofrimento psíquico durante e após a pandemia está relacionado com os fortes estressores vivenciados pela população, como o medo do contágio, o enfrentamento da infecção, a morte de familiares, o isolamento social e a suspensão das atividades sociais e econômicas. Esse cenário gera inseguranças e incertezas sobre o futuro, além do agravamento da vulnerabilidade social (FARO *et al.*, 2020).

O impacto da pandemia na produção do sofrimento psíquico é desigual na população brasileira, pois as condições de vida são também desiguais. As pessoas são afetadas de formas diferentes pelas situações estressoras; e isso depende de suas condições socioeconômicas, culturais e subjetivas. Uma camada da população vive a pandemia de uma forma, com medos e incertezas, mas a grande maioria, além desse medo e dessa incerteza, está em situação de risco elevado, pois não há como guardar distanciamento social e ter medidas de higiene em ambientes precários, com falta de recursos econômicos para provimento das necessidades básicas e ausência de infraestrutura (problema crônico e estrutural da maior parte da população). A suposta igualdade diante do vírus é uma fantasia, visto que as formas de exposição e adoecimento são extremamente desiguais entre a população. Essas medidas uniformizantes invisibilizam o sofrimento de grupos populacionais, por exemplo, expresso

nas desigualdades de populações como moradores de rua, residentes de comunidades pobres, povos tradicionais, populações LGBTQIA+ e negra, mulheres, idosos, população carcerária, sujeitos em situação de risco e pessoas com problemas de saúde mental (DIMENSTEIN; SIMONI; LONDERO, 2020; SANTOS, 2020).

As pessoas com transtornos mentais moderados e severos em acompanhamentos na Raps podem ter maior dificuldade de adotar medidas de higiene e de distanciamento social. Para essa população, é particularmente difícil compreender as medidas de isolamento social e distanciamento, visto que esse mesmo isolamento foi amplamente contestado pela reforma psiquiátrica, que sempre defendeu o acolhimento na comunidade e a proximidade da família. Contudo, sabemos que agora estamos em um contexto pandêmico, e essas medidas são mais efetivas para diminuir o risco de contágio e referendadas com constância na literatura, mesmo reconhecendo os impactos negativos na saúde mental.

Outro aspecto que merece ser destacado como impacto psicossocial elevado é justamente o aporte da Covid-19 no país em um contexto de insegurança democrática, que se associa à política de morte do governo federal. Podemos dizer que houve a perda de elementos simbólicos de referência para a vida das pessoas, favorecendo, assim, a captura das subjetividades por essa política de morte e adesão à lógica ultraneoliberal (DIMENSTEIN; SIMONI; LONDERO, 2020; SANTOS, 2020).

Quem não adere à essa lógica se encontra em um estado de insegurança, o que nos submete a um sofrimento constante. Somam-se a esse sofrimento psíquico as situações de precariedade econômica e vulnerabilidade. Essas condições funcionam como amplificadoras e colocam a população sob um maior risco, principalmente quando não se vislumbra medidas de proteção e de reconstrução para o conjunto da população.

Toda essa situação nos submete a uma conjuntura de sofrimento, e sim pode nos precipitar ao desenvolvimento de sintomas mais intensos, que podem requerer cuidados especializados e comunitários. É sabido

que nas situações de crise, com graves perdas dessas referências, como em pandemias, crises econômicas, desastres e catástrofes naturais, demanda-se mais das políticas de saúde mental e de proteção social, sobretudo para os grupos mais vulneráveis que costumam ser invisibilizados nesse processo (FARIAS *et al.*, 2020).

Ao mesmo tempo, deparamo-nos com os retrocessos na política de saúde mental brasileira e nas tentativas de reatualização do modelo manicomial. Essa triste realidade, neste contexto agravado pela pandemia de Covid-19, pode ganhar ainda mais força.

Por isso, devemos ter cuidado ao sugerir uma suposta epidemia de transtornos mentais em cenário pós-pandemia, pois essa ideia, na atual circunstância, vai ser traduzida pela lógica neoliberal e por sua expressão neoconservadora no campo psiquiátrico como a necessidade de mais serviços psiquiátricos. Assim, será reforçada a patologização da vida social e o uso indiscriminado de psicotrópicos. Nesse cenário, o sofrimento é reduzido a suas expressões biológicas e psicopatológicas e torna-se fonte de lucro para a indústria farmacêutica capitalista que passa a oferecer novas drogas mais potentes e mais caras (FARIAS, 2019).

Sobre isso, a recomendação de nº 40 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), solicitou a inclusão da Raps nos planos de contingência da pandemia de Covid-19 dos estados e municípios, a criação de estratégias com manutenção dos cuidados e preservação dos vínculos, a atenção aos casos crônicos e às condições de vulnerabilidade, e a criação de ações intersetoriais e não medicamentosas. Nesse sentido, essa recomendação reforçou os princípios da reforma psiquiátrica brasileira quando recomendou a adoção de medidas para a redução da concentração de pessoas internadas em hospitais psiquiátricos, estimulando os processos de alta e de desinstitucionalização (BRASIL, 2020).

Portanto, fica evidente a necessidade de uma articulação sinérgica de diferentes políticas sociais, que considere o papel estratégico da saúde mental na pandemia. Isso poderá produzir efeitos positivos na vida das

pessoas, que podem devolver seus referenciais norteadores e transformar a pulsão de morte desse contexto nefasto em uma pulsão de vida.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, acentuam-se as ações de desmonte dos direitos sociais conquistados pelos movimentos de Reforma Sanitária e Psiquiátrica. Elas têm sido implementadas pelo governo federal em diversos dispositivos que restringem os recursos financeiros para as políticas de corte social e em portarias e notas técnicas que atacam a atenção psicossocial, como demonstramos ao longo deste texto.

Fica claro que estamos em um caminho de retrocesso, com forte tendência de aprofundamento mediante a pandemia. Esse aprofundamento aponta para a culpabilização do indivíduo, a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, a mercantilização da saúde e da loucura como forma de ampliar os lucros e exercer e determinar a vida e a morte das pessoas.

Esses impactos se espraiam com efeitos sinérgicos a médio e longo prazo. Todas as conquistas civilizatórias estão sendo derruídas. Além da crise sanitária, que também é social e econômica, assistimos à degradação do meio ambiente, o ataque aos povos originários e as tentativas de genocídio, tendo em vista que esses elementos fazem parte da política de morte. Isso é um prelúdio para o fim da humanidade? Ainda não sabemos, embora as evidências apontem nessa direção.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica de Oliveira. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 2067-2074, jun. 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.07082018. Acesso em: 4 jul. 2021.

ANDREAZZI, Maria de Fátima. Luta pela Universalidade da Saúde. **Rev. Pol. Públ.**, São Luís, n. esp., p. 75-84, nov. 2016.

BAHIA, Lígia. Trinta anos de Sistema Único de Saúde (SUS): uma transição necessária, mas insuficiente. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 7, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311X00067218. Acesso em: 10 jun. 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/0101-6628.238. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Recomendação de nº 40 de 18 de maio de 2020.** Brasília, DF: MS/CNS, 2020.

BRAVO, Maria Inês Souza *et al.* As contrarreformas na política de saúde do governo Temer. **Argum.**, Vitória, v. 10, n.1, p. 9-23, jan./abr. 2018.

BRAVO, M. I. S.; PELAEZ, E. J.; DE MENEZES, J. S. B. A Saúde nos governos Temer e Bolsonaro: Lutas e resistências. **SER Social**, Brasília, v. 22, n. 46, p. 191-209, 2020. DOI: https://doi.org/10.26512/ser_social.v22i46.25630. Acesso em: 10 jun. 2021.

CASTRO, Marcia C. *et al*. Spatiotemporal pattern of COVID-19 spread in Brazil. **Science**, Washington, v. 372, n. 6544, p. 821-826. DOI: https://doi.org/10.1126/science.abh1558. Acesso em: 10 jun. 2021

DEGENSZAJN, Raquel Raichelis *et al*. Por que precisamos falar de desigualdade? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 141, p. 157-163, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/0101-6628.243. Acesso em: 14 jun. 2021.

DIMENSTEIN, Magda; SIMONI, Ana Carolina Rios; LONDERO, Mario Francis Petry. Encruzilhadas da Democracia e da Saúde Mental em Tempos de Pandemia. **Psicologia:** Ciência e Profissão, Brasília, v. 40, p. 1-16, 2020.

FARIAS, Lara Lisboa. Estado, contrarreforma e as políticas de saúde e saúde mental no Brasil. **Argum.**, Vitória, v. 11, n. 3, p. 47-66, 2019.

FARIAS, Luis Arthur Brasil Gadelha *et al*. O papel da atenção primária no combate ao Covid-19: impacto na saúde pública e perspectivas futuras. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 42, p. 1-8, jan./dez. 2020. DOI: https://doi.org/10.5712/rbmfc15(42)2455. Acesso em: 24 jun. 2021.

FARO, André *et al*. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 37, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200074. Acesso em: 24 jun. 2021.

FLEURY, Sonia; OUVERNEY, Assis Mafort. Política de Saúde: uma política social. *In*: GIOVANELLA, Ligia *et al.* (org.). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. p. 23-64.

GOES, Emanuelle F.; RAMOS, Dandara O.; FERREIRA, Andrea J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00278. Acesso em: 10 jun. 2021

LIMA, Rossano Cabral. The rise of the Psychiatric Counter-Reform in Brazil. **Physis:** Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 1-5, 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312019290101. Acesso em: 24 jun. 2021.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; GIOVANELLA, Lígia. Sistemas de Saúde: origens, componentes e dinâmica. *In*: GIOVANELLA, Ligia *et al.* (org.). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil.** 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. p. 107-140.

NABUCO, Guilherme; OLIVEIRA, Maria Helena Pereira Pires; AFONSO, Marcelo Pellizzaro Dias. O impacto da pandemia pela COVID-19 na saúde mental: qual é o papel da Atenção Primária à Saúde? In: **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 42, p. 2532-2532, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2019.** Nova Iorque: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2019. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

PAIM, Jairnilson. A Constituição Cidadã e os 25 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 10, p. 1927-1953, out. 2013.

ROHDE, Luis Augusto (coord.). **Guia de Saúde Mental Pós-Pandemia no Brasil.** Porto Alegre: INI, 2020. v. 1, n. 1.

SANTOS, Márcia Pereira Alves dos. **População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde.** Estud. av., São Paulo, v. 34, n. 99, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014. Acesso em: 12 jul. 2021.

FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL

8 A FINANCEIRIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS: ENTRE OS IMPACTOS DO AVANÇO DOS CONGLOMERADOS EDUCACIONAIS E O LEGADO DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS

A FINANCEIRIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS: ENTRE OS IMPACTOS DO AVANÇO DOS CONGLOMERADOS EDUCACIONAIS E O LEGADO DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS

Luciana Cantalice
Mauricelia Silva

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo discutir a oferta de cursos de graduação em Serviço Social pelos grupos educacionais no Brasil e, nesse sentido, os desafios postos à formação profissional de assistentes sociais na atualidade, considerando a direção da formação inscrita no projeto ético-político da profissão.

Embora a expansão privado mercantil constitua um fenômeno global que acompanha o próprio desenvolvimento das políticas educacionais, um elemento que vem ganhando destaque nas últimas duas décadas, é a incorporação da educação no movimento de financeirização do capital, ou seja, a apropriação e a inserção da educação na dinâmica do capital fictício e parasitário, e o controle das instituições de ensino por empresas que operam no cenário educacional segundo os critérios do mercado financeiro.

Apesar de constituir uma dinâmica nova no cenário educacional brasileiro, chama a atenção a rápida expansão dos grupos educacionais, a dominância destes no ensino superior e a incidência destes nos espaços

de decisão e formulação das políticas educacionais no país. Pouco mais de 10 (dez) grupos já controlam maior parte das matrículas no referido nível de ensino, os quais, em conjunto, movimentam bilhões no mercado, a exemplo do conglomerado nacional, líder mundial no setor, Cogna (antes Króton), o qual concentra próximo de 01 (um) milhão de matrículas nos cursos de graduação e pós-graduação, e acumula lucro líquido de mais de R$ 14 bilhões[58].

No âmbito do Serviço Social, 10 (dez) grupos já são responsáveis por 165 cursos e 146.780 vagas, além de incidirem sobre instituições que, mesmo não pertencendo a esses grupos, vinculam-se a estes por meio da compra de materiais didáticos, plataformas de ensino, serviços de gestão e reestruturação organizacional. Dinâmica a qual, no nosso entendimento, tensiona novos desafios na profissão, em diferentes instâncias (formação, exercício profissional, direção social e organização político-organizativa).

Diante desse cenário, nos interessa, no presente texto, problematizar as condições histórico-sociais que favoreceram a formação dos conglomerados educacionais no Brasil e a incidência destes na formação profissional em Serviço Social.

Nossa discussão consiste em ensaio teórico, de caráter bibliográfico e documental, orientada pelo método de Marx. No primeiro tópico do texto abordamos a expansão privado mercantil do ensino superior no Brasil, com destaque para a formação dos oligopólios educacionais, considerando os nexos das transformações da política educacional do país em relação ao movimento global de reordenamento do capital internacional. Na sequência, apresentamos a oferta dos cursos de graduação de Serviço Social pelos oligopólios educacionais, sinalizando algumas indicações sobre o impacto de tal fenômeno na formação profissional. No último item discutimos os desafios que estão postos no âmbito da formação profissional de assistentes sociais na atualidade, tendo em vista a distinta relação entre a certificação promovida por esses conglomerados e a direção social e estratégica que subjaz o legado das Diretrizes Curriculares

da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996). Ao final apresentamos as considerações a que chegamos.

1. DETERMINAÇÕES HISTÓRICO-SOCIAIS DA EXPANSÃO PRIVADO MERCANTIL DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Partimos do pressuposto analítico de que a formação dos oligopólios educacionais, no país, e internacionalmente, integra o movimento mais amplo de restauração e financeirização do capital no cenário contemporâneo, cuja dinâmica tem na radicalização dos processos de expropriação, mercantilização dos bens sociais da humanidade e no ataque às conquistas e lutas dos trabalhadores, mundialmente, a principal estratégia de supervalorização do capital e recomposição hegemônica das classes dominantes, em face ao agravamento da crise estrutural do capital.

Na contramão da tendência de expansão dos sistemas educacionais sob a perspectiva do direito social, a crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2009), eclodida entre o final dos anos 1960 e início de 1970, colocou em movimento transformações de caráter global (político-econômicas e socioculturais), reconfigurando as relações no âmbito do Estado e das lutas de classes, do mundo do trabalho e das políticas sociais, em particular, contribuindo para ampla incorporação da educação nos processos de valorização do capital.

A radicalidade da ofensiva capitalista para enfrentamento da crise exigiu, no plano imediato, a reestruturação das bases produtivas e a redefinição das formas de relação do Estado junto às demais instâncias de reprodução social do capital. Um marco político emblemático de tal processo foi o Consenso de Washington, realizado no final da década de 1980, nos EUA, a partir do qual foram definidas as diretrizes político-econômicas que passariam a orientar os Estados nacionais, mundialmente. Dentre as principais medidas destacam-se as políticas de austeridade fiscal,

de transferência dos direitos para o âmbito dos serviços e de privatização do patrimônio público estatal.

O ajustamento do aparelho estatal para implementação de tais diretrizes tem promovido, desde então, um amplo processo de liberalização econômica, flexibilização e/ou eliminação do aparato legal no âmbito dos direitos sociais, (dentre os quais, trabalhistas e da previdência social) e a privatização do fundo público, com fortes repercussões nas políticas educacionais, a exemplo da transferência da educação para o mercado de serviços e sua monetarização segundo a lógica do mercado financeiro.

Um elemento que merece destaque nesse processo diz respeito a atuação dos organismos internacionais do capital. As ações empreendidas por estes organismos se empenham em estabelecer novos consensos em torno das concepções liberal-burguesas de indivíduo, de Estado e de sociedade.

Nessa perspectiva, as instituições educacionais, enquanto aparelhos privados de hegemonia (PORTELLI, 2002), ainda que contraditórios em sua natureza, cumprem um papel estratégico na difusão de valores e práticas que legitimem a ideia de um indivíduo ainda mais "competitivo", "consumidor", "empreendedor" e "colaborador" de um novo perfil de sociedade civil, a qual, segundo tais ideias, deve assumir para si as funções sociais do Estado, especialmente aquelas relacionadas ao provimento dos direitos sociais (NEVES, 2005). Um conjunto de concepções que se revelam funcionais à lógica de expansão privado mercantil da educação, e em específico do ensino superior, especialmente com a intensificação dessa expansão a partir da formação dos oligopólios educacionais.

2. EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO E OFERTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL PELOS GRUPOS EDUCACIONAIS

No Brasil, os desdobramentos desse movimento – articulados a uma herança autoritária, conservadora e antidireitos, constitutivos da

formação sócio-histórica do Estado e das classes dominantes no país – impulsionaram um processo permanente de contrarreforma neoliberal, a qual, desde a década de 1990, tem implicado a desresponsabilização do Estado, quanto a efetivação dos direitos sociais, e a transferência destes para o âmbito dos serviços mercantilizados, ao mesmo tempo em que viabiliza as condições (políticas, econômicas, jurídicas, ideológicas) necessárias para formação de grandes grupos empresariais com operação lucrativa no âmbito dos direitos, em diferentes áreas (saúde, previdência, moradia, cultura, etc.), especialmente na educação.

Vale ressaltar que, no país, a formação de uma rede de ensino no âmbito da educação superior se efetivou tardiamente, com fortes traços da tecnocracia e do elitismo que orientou a reforma universitária na década de 1960.

Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), várias medidas foram empreendidas no sentido de adequar a política econômica brasileira às políticas de disciplina fiscal dos organismos internacionais, especialmente FMI e Banco Mundial (BEHRING, 2008).

O setor empresarial na área da educação foi extraordinariamente favorecido com as contrarreformas no país. Além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sancionada em 1994, após desconsiderar todo o processo de construção coletiva em torno da elaboração do projeto de lei, a opção do Estado brasileiro pelo empresariamento da educação como projeto se evidenciou em várias iniciativas: i) reconfiguração da educação na perspectiva de serviço comercializável; ii) flexibilização da legislação; iii) ampliação dos benefícios fiscais; iv) flexibilização dos currículos; v) regulamentação da educação à distância; vi) desfinanciamento das IES públicas, e vii) redirecionamento de recursos do fundo público, via programas de crédito e bolsa estudantis, para as tais empresas.

Durante as duas gestões do governo do PSDB, o número de IES privadas aumentou 111%, avançando de 684 para 1.444 IES. No entanto, o ritmo privatista não foi particularidade de tal governo. Sob o discurso da democratização da educação, os governos do PT, desde a gestão de

Luiz Inácio Lula da Silva à Dilma Rousseff, não romperam com o projeto privatista da educação: de 1444 para 2.069, um acréscimo de 43,2%, embora seja inegável que, se comparado aos governos anteriores, houve crescimento significativo de novas IES públicas (51,2%), ainda que existam contradições da oferta de vagas nessas instituições.

Vale salientar que a opção em torno do projeto privatista da educação brasileira se reafirma durante os anos de Temer (MDB) e do governo Bolsonaro (sem partido). Observa-se o avanço nas estratégias de desmantelamento e precarização da educação pública, em todos os níveis, em favor do mercado privado da educação.

O primeiro grupo educacional foi formado ainda no governo FHC, resultante da parceria firmada entre a empresa de ensino Pitágoras com a americana *Apollo Group*, a parceria foi desfeita anos depois. De modo que, em 2007, a Pitágoras se reestruturou e fundou a Króton, a qual, a partir de um amplo movimento de fusões e aquisições alcançou o patamar de maior conglomerado educacional do mundo.

De acordo com nossa análise em Silva (2021), o fenômeno dos oligopólios educacionais tem dentre suas características fundamentais:

> i) dinâmica de abertura do capital na Bolsa de Valores (BV), portanto na transformação da educação em um ramo da especulação financeira; ii) expansão via fusões e/ou aquisições; iii) associação das mantenedoras das IES à fundos de investimentos, nacionais ou estrangeiros, não necessariamente vinculados a área educacional, e iv) intrínseca dependência desses grupos quanto os recursos do orçamento público. (SILVA, 2021, p.15 -16)

TABELA 1 – GRUPOS EDUCACIONAIS COM OFERTA DE CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL 2021

Grupos educacionais	Ano de abertura de capital	Nº estimado de alunos (Mil).	Receita líquida (R$ Bilhões)	Patrimônio líquido (R$ Bilhões)
Cogna	2007	888	4,74	14,2
Yduqs	2007	750	4,01	3,25
Ser	2013	200	1,24	1,25
Anima	2013	330	1,49	2,58
Afya	2019	33	0,33	2,91
Cruzeiro do Sul	2020	110	1,8	1,47
Unicesumar	-	300	-	-
Tiradentes	-	30	-	-
Unip	-	220	2,5	-
Uninove	-	150	-	0,2

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados divulgados pela B3 e a InfoMoney e sites dos grupos[59].

Atualmente, em 2021, os maiores grupos do mercado educacional no país são: Cogna (Króton), Yduqs (Estácio de Sá), Ser educacional (Mauricio de Nassau), Anima (Una), Afya Educacional, Unicesumar, Grupo Tiradentes (Unit), Unip/Objetivo, Cruzeiro do Sul, Uninove. O grupo Laureate e Adtalem/DeVray, foram comprados pelos grupos Ânima e Yduqs, respectivamente. É importante observar que nem todos os grupos atuam no mercado de ações, a exemplo dos grupos controlados pela Unip e a Unicesumar (tabela 1), os quais se destacam pelo volume financeiro que movimentam e a quantidade de matrículas que concentram, cerca de meio milhão, integrando o *ranking* dos dez maiores grupos de ensino superior no país.

Em geral, os grupos educacionais possuem um forte comércio de "serviços educacionais" nos diferentes segmentos: serviços de consultoria e assessoria, material didático, plataformas digitais, *software, startups* etc. Contudo, o êxito desses grupos resulta, sobretudo, das condições orquestradas pelo Estado brasileiro no curso das contrarreformas

neoliberais, a exemplo da flexibilização da legislação no âmbito do Ministério da Educação (MEC) e dos órgãos "regulatórios" – no caso das fusões e aquisições do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM); financiamento estatal para estes grupos por meio de subsídios fiscais e disponibilização direta de recursos do fundo público, especialmente para garantir FIES e PROUNI; facilitação dos processos de fusões e aquisições; e, dentre outros, da forte investida ideológica pelos órgãos oficiais do governo, no sentido de apresentar o ensino privado como via de democratização do acesso[60].

No Serviço Social, a expansão e oferta de cursos de graduação acompanham o ritmo privatista do ensino superior de modo geral. Em 2009, eram 85 cursos, dos quais 57 eram ofertados por IES privadas e somente 28 por IES públicas. Uma década depois, 2019, já temos 502 cursos (um aumento de 490,59%), dos quais 430 em IES privadas e 71 públicas. O número de matrículas, em 2009, era 62.681 (48.506 nas IES privadas) e, em 2019, 131.869 (114.415 nas IES privadas) (INEP, 2009; 2020).

TABELA 2 – QUANTIDADE DE CURSOS DE GRADUAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL E VAGAS OFERTADAS POR INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PERTENCENTES AOS GRUPOS EDUCACIONAIS. ANO 2021

Grupos	Quantidade de cursos ofertados		Vagas Pres. e EAD em cursos em atividade	Vagas por modalidade em cursos em atividade		Vagas por modalidade em cursos em extinção		Vagas por modalidade em cursos Extintos	
	Total	Extintos ou em extinção	Total	P	EAD	P	EAD	P	EAD
Unip	17	2	75.890	2.630	73.260	0	0	200	0
Cogna	52	30	27.530	3.730	23.800	2.730	0	2.270	0
Unicesumar	3	2	10.000	-	10.000	50	0	200	0
Ser	45	7	9.560	9.310	250	873	0	480	0
Cruzeiro do Sul	15	1	7.790	1.740	6.050	30	0	0	0

YDUQS	25	10	5.793	1.930	3.863	80	80	1.290	0
Uninove	10		4.190	1.690	2500	0	0	0	0
Ânima	28	9	4.127	2.578	1549	850	0	320	0
Tiradentes	8	4	1.900	400	1500	1.040	0	0	0
Afya	5	2	2.700	100	2.600	250	0	0	0
Total	208	67	149.480	24.108	125.372	5.903	80	4.760	0

Fonte: Elaborado por Silva (2021) a partir dos dados do MEC e das informações nos sites dos grupos educacionais.

Em relação a incidência dos grupos quanto a oferta dos cursos em questão, o cruzamento de dados do Inep, referente ao último censo (2019) com as informações fornecidas nos sites das IES, nos indicou o seguinte panorama: 10 grupos ofertam 141 cursos (não consideramos os cursos extintos ou em fase de extinção) e 149.480 vagas ofertadas por cursos em atividade. Conforme pode ser identificado na tabela 2, os grupos que se destacam no número de cursos são Cogna (52) e Ser (45). Em 2021, os grupos que se sobressaem na oferta de vagas são Unip 75.890 e Cogna 27.530; na oferta da modalidade presencial é o Ser Educacional, com 9.310 vagas, e no EaD, o Unip, com 73.260. Outro aspecto que chama a atenção se refere à eliminação de vagas na modalidade presencial: a que mais extinguiu vagas nos cursos presenciais foi a Cogna (2.270), sendo também o que tem o maior número de vagas nessa modalidade em extinção. Entre o total 5.733 de vagas em extinção, apenas 80 são na modalidade EAD, enquanto do total já extinto nenhum foi EAD.

Esse movimento de expansão de cursos e vagas no Serviço Social nos colocam algumas problemáticas, tanto relacionadas à dinâmica mais geral de empresariamento e financeirização da educação no Brasil, quanto aos desafios que podem tensionar na particularidade da formação em serviço social e na direção social hegemônica da profissão.

No cenário mais amplo do ensino superior, ainda que resultante de aproximações iniciais ao fenômeno em discussão, avaliamos estar em andamento um amplo processo de **reestruturação do ensino superior**,

na medida em que esses grupos operam suas instituições de ensino sob a concepção da **gestão corporativa**, conforme as requisições de valorização dos ativos desses grupos no mercado financeiro – mesmo os grupos de capital fechado tendem a incorporar os padrões desse mercado; a lógica do monopólio e de gestão corporativa que orientam esses grupos, em geral, exige a **padronização dos currículos** e das estratégias de ensino, cuja referência tende a ser o padrão do mercado internacional de **certificação em massa**; pressiona o sistema educacional para adequação de uma nova forma de concepção e gestão das políticas educacionais e de relações de trabalho, segundo o pragmatismo da **cultura empresarial gerencial**.

Também no Serviço Social, nossos estudos têm focado na análise das incidências dos grupos no âmbito da formação profissional. Para finalidade deste texto, elencamos alguns elementos identificados preliminarmente nos documentos de IES controladas pelos grupos indicados na tabela 2. Vale ressaltar, todavia, que os apontamentos a seguir resultam de uma pesquisa documental em andamento, relativo a um fenômeno recente e complexo na profissão. Vejamos.

Concepção de mundo, educação e ciência: resgata categorias do liberalismo e da pós-modernidade, ausência de concepções contra-hegemônicas, leitura instrumentalizada e fetichizada do real; educação concebida como serviço, reduzida ao caráter técnico, cuja função social se limita à empregabilidade e "trabalhabilidade", destinada a integração das classes e gestão das "disfuncionalidades" sociais e do mundo dos negócios; a ciência raramente é referenciada e quando citada é apresentada sob perspectiva instrumentalista do conhecimento.

Perfil do estudante: adaptado às novas tecnologias; responsável em prover, individualmente, as condições objetivas da formação profissional; reduzido às condições de empregabilidade e competitividade; centrado na busca de soluções imediatas e individuais.

Currículo: há uma notória descaracterização e fragmentação curricular, com destaque para o "esvaziamento teórico" dos núcleos

dos fundamentos; supervalorização da dimensão técnico-operativa da profissão, resultando na prevalência de disciplinas voltadas para o "como fazer"; aligeiramento da formação; uso de tecnologias como elemento central do processo de aprendizagem.

Perfil profissional: desprezo pelo perfil generalista previsto nas DCs da ABEPSS; foco no desenvolvimento de um perfil empreendedor; voltado para resolução de problemas e para "mediação de conflitos"; com compreensão da gestão corporativo-empresarial. Capaz de difundir valores relacionados ao empreendedorismo, à educação financeira e à conduta dos usuários no espaço de trabalho.

3. A TECNIFICAÇÃO PROMOVIDA PELOS CONGLOMERADOS E O LEGADO DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS

A esta altura do nosso texto, destacamos mais um pressuposto que se configura como central ao debate, qual seja: o entendimento de que o processo de renovação do Serviço Social Brasileiro é *ad continuum* (ARAÚJO; CANTALICE; CISNE, 2021), ou seja, é permanente o movimento de enfrentamento ao conservadorismo, este último que embasou a origem da profissão e que circunda a estrutura da sociabilidade capitalista, do Estado brasileiro e das políticas sociais. Pois, embora a direção da Intenção de Ruptura com o conservadorismo tenha logrado importante avanço no que concerne a consolidação do Serviço Social Crítico, as distintas expressões conservadoras não foram expurgadas do interior da profissão, sobretudo, porque estas subjazem o conjunto das relações sociais vigentes. Dessa forma, identificamos a realidade como um movimento histórico, incessante e dinâmico, o que traz à profissão a emersão de novos desafios, mas também a reedição de questões que persistem ao longo de sua trajetória.

Conforme Netto (2011), o conservadorismo se inscreve como uma expressão cultural do tempo e espaço da configuração sociedade burguesa. Portanto, essa expressão é intrínseca à dinâmica e funcionamento da sociabilidade capitalista, direcionada à manutenção da ordem social e moral, da liberdade econômica e política e da igualdade jurídico-política. E nas quais as mudanças devem pontuar a manutenção de um estado de coisas, que assegure a preservação do *status quo*.

E é, como afirma Coutinho (2010), nos momentos de crise desse modo de produção que avança esse conservadorismo, como forma de reter a agitação social, minar a erupção de suas estruturas e o germe de qualquer perspectiva revolucionária.

Dessa maneira, várias estratégias de saída de crise são operacionalizadas no âmbito da produção e da reprodução social, bem como da batalha das ideias, de forma que, como afirmaram Marx e Engels (2007), seja reproduzida no campo ideal a dominação firmada no campo material.

Em tempos de crise prolongada e severa do capitalismo, por um lado, põe-se a necessidade de se retomar a produção em níveis que assegurem o crescimento econômico, a produção/realização da mais-valia e, de outro lado, viabiliza-se estratégias que visem "integrar as classes sociais", tornando possível evitar explosões políticas.

Assim, a financeirização do capital, a acumulação flexível e o neoli-beralismo estão para o enfrentamento da crise sistêmica do capital, como também está a ofensiva conservadora, que, por sua vez, opera em diversas dimensões da vida social. Como expressão do pensamento social, se inscreve a partir de uma dupla articulação: entre o irracionalismo e a razão miserável, ambos imediatos, aparentes e que negam a perspectiva ontológica, da totalidade social, das contradições, das mediações, do historicismo e do humanismo. Nessa articulação, inscreve-se um nível de leitura instrumentalizado do real, em que os fins ficam subsumidos aos meios e expressa-se um mundo manipulado/fetichizado.

Nos termos já assinalados por Mandel (1982), no capitalismo tardio firma-se a crença na onipotência da tecnologia, concebida como a forma específica da ideologia burguesa.

> Essa ideologia proclama a capacidade de que tem a ordem social vigente de eliminar gradualmente todas as possibilidades de crise, encontrar uma solução ´técnica´ para todas as suas contradições [...] (MANDEL, 1982, p.351)

A noção de uma 'sociedade pós-industrial', na qual se supõe que a estrutura social é denominada por normas de ´racionalidade funcional´, corresponde a mesma tendência ideológica (MANDEL, 1982, p. 351).

Assim, a centralidade da racionalidade tecnológica como ideologia dos tempos atuais consolida-se como uma "ideia universal", embora represente a visão de mundo das classes dominantes.

Outrossim, o fetichismo da mercadoria se expande e age sobre a constituição de uma nova sensibilidade cultural, aqui entendida como processo social, na qual o que parece dominar e triunfar "[...] é a própria funcionalidade ideo-social da mercadoria e do capitalismo [...]" (EAGLETON, 1993 *apud* NETTO, 2003, p. 98).

Diante disso, promove-se uma análise do real sem suas determinações concretas, subsumindo as contradições sociais e suas raízes. Uma leitura rasa e instrumental das relações sociais e que aponta para uma prática tecnicista, superficial, fragmentada, rotineira, burocrática e desprovida de criticidade. E cujos efeitos são imediatos na direção da perspectiva conservadora, pois suplanta

> [...] as questões de ação e de organização política em favor do indivíduo e da subjetividade. Nada mais propício à ideologia pós-moderna e a sua respectiva funcionalidade capitalista (CANTALICE, 2013, p. 152).

A dinâmica de mercantilização do ensino superior no Brasil e seus rebatimentos na formação profissional de assistentes sociais trabalhada na primeira parte desse texto, firma o tratamento da educação como mercadoria, o atrelamento de seus objetivos imediatos às necessidades apresentadas pelo mercado e a subsunção contínua e sucessiva de seu caráter sócio-acadêmico em favor de uma educação instrumental, ou seja, de uma educação referenciada socialmente e com fins destinados à produção de conhecimento, ciência e tecnologia com função social precípua à

> [...] perspectiva tecnocrática que associa a educação superior a lógica da eficácia, a converte em mercadoria e concebe a sua administração segundo normas e critérios gerais e equivalentes à administração de qualquer fábrica ou empresa comercial (CANTALICE; FÉLIX, 2021, s/p).

Diretriz que se adensa ainda mais com as contrarreformas realizadas nos governos neoliberais, que introduziram modificações na concepção e organização do ensino superior e reconfiguraram as universidades brasileiras. Nesse processo, merecem destaques a flexibilização curricular e a criação de novas modalidades de curso, pois resguardam importância ímpar aos desafios postos à formação profissional de assistentes sociais brasileiros/as, com base nas atuais DCs (ABEPSS,1996). A consolidação do Ensino à Distância, que totalmente articulado pelos conglomerados educacionais privados institui um franco processo de formação flexibilizada, aligeirada, tecnificada, competitiva e que produz certificados de conclusão de curso na mesma velocidade que produz mercadorias – não à toa essas diretrizes se assemelham às novas formas de organização do trabalho nos moldes da acumulação flexível e se conectam à ideologia da racionalidade técnica do capital.

Não obstante, ao tempo recorde em que se certificam bacharéis e os lançam no e para o mercado, esses cursos expressam uma concepção

de formação, perfil de egresso e currículo distintos do que se observa no conjunto das Diretrizes legatário do processo de Renovação do Serviço Social Brasileiro, portanto, que não se coadunam com a perspectiva crítica aferida para formação e para o trabalho profissional.

A respeito, cabe elucidar que a profissão realiza a revisão/reforma de seus principais instrumentos jurídico-políticos na década de noventa do século XX, o que culminará com a elaboração da Lei de Regulamentação da Profissão (N.8.662/1993), Código de Ética do/a Assistente Social (Resoluções Conselho Federal de Serviço Social nº 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11) e as Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996). A articulação imanente desses mecanismos irá incidir em uma direção social e estratégica que orientará tanto a formação quanto o exercício profissional em todo o território brasileiro. Um momento histórico da profissão que irá indicar uma nova hegemonia, cuja base é o Serviço Social crítico que, por sua vez, expressa o amadurecimento de seus fundamentos e de sua instrumentalidade.

No que concerne às DCs (ABEPSS,1996), um pressuposto basilar é o novo entendimento acerca da profissão, isto é, o seu significado social, inserida no conjunto das relações sociais, como especialização do trabalho coletivo, portanto, como resultado e expressão das relações entre as classes e destas com o Estado. Assim, a profissão é observada como carregada de mediações históricas, dessa maneira, afeita aos desdobramentos do conjunto de transformações societárias que, por sua vez, incidem sobre o perfil profissional, as demandas e as respostas às quais é instigado a construir.

Essa concepção que se aprofunda com o reconhecimento da intrínseca relação entre o Serviço Social e a "Questão Social", passa a se referenciar como fundamento central da atuação dos/as assistentes sociais e que mediadas pelas particularidades da realidade brasileira, exigem da formação e do trabalho profissional a adoção de uma teoria social crítica como fundamento capaz de: apontar à apreensão da realidade como totalidade social; que possibilite a compreensão dos desafios e das demandas com as quais o/a profissional se defronta no cotidiano de

trabalho, permitindo a manifestação de respostas mediadas e competentes; e que permita identificar e se posicionar diante das históricas formas de enfrentamento às múltiplas expressões da questão social, permeadas pela ação dos/as trabalhadores/as, do capital e do Estado.

Igualmente, uma formação e um trabalho profissional, em que as dimensões ético-política, investigativa e interventiva se expressem enquanto centrais e as quais subjazem a relação teoria e realidade.

Enquanto as referidas Diretrizes resultaram de um processo amplo de organização, debate e produção coletiva da categoria, que expressa o seu amadurecimento em vários âmbitos, os currículos no ensino à distância e vinculados ao processo de mercantilização/financeirização têm suas articulações e bases nos interesses do mercado, na nova racionalidade técnica do capitalismo, na concentração/centralização de capitais e nas estratégias de manutenção do *status quo*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, reiteramos um Serviço Social dotado de sentido histórico, teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, que nada se assemelha com o projeto "asséptico" da tecnificação operado nos termos da "formação" de mercado. Nitidamente demarcada, como visto, pela concepção de mundo e da profissão restrita ao imediato aparente e ao individualismo negativo; pelo esvaziamento dos fundamentos da profissão; e pelo perfil profissional meramente técnico, empreendedor e competitivo.

Desse modo, os grupos educacionais que hoje oferecem cursos de Serviço Social em todo o país consubstanciam uma formação e uma profissão "formada" pelo e para o mercado, com interesses conservadores nítidos e dirigidos à funcionalidade da sociabilidade capitalista.

E nessa seara reafirma-se o que Netto (2003) já apontava em fins do século XX, enquanto tendência, está posto à profissão um

duplo movimento, com cariz de uma disputa aberta, salientando as mediações históricas que incidem sobre o perfil da profissão hoje, diante das demandas e as respostas às quais é instigada a construir: por um lado, deslocar o legado da renovação da profissão e o que tudo isso implica (o projeto ético-político profissional e seus fundamentos); de outro lado, reafirmar não só a viabilidade da manutenção da atual direção da formação e trabalho profissional do Serviço Social, mas sua necessidade histórica, em tempos de barbárie social. Direção última da qual compartilhamos e junto às vanguardas profissionais e entidades da categorias compelimos forças de resistência às investidas endógenas e exógenas em contrário.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.** Brasília: ABESS, 1996. Disponível em: https\:www.abepss.org.br. Acesso em: 29/06/2021 às 16h25'.

ARAÚJO, Luciene; CANTALICE, Luciana; CISNE, Mirla. **"RENOVAÇÃO" DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: um continuum à ofensiva conservadora.** In: Revista Libertas v.20 n.2 Jul/Dez 2020. ISSN 1980-8518. pp. 307-327.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

CANTALICE, Luciana; FÉLIX, Maria da Conceição. Desafios à Interiorização da Formação Profissional. In: RAULINO, Tatiana; MENEZES, André; PEREIRA, Reginaldo. (orgs.). **Serviço Social e Questão Regional – debates interdisciplinares.** Sousa: Editora UFCG, 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Estruturalismo e a Miséria da Razão.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2009.** [online]. Brasília: Inep, 2010. [citado 24-06-2021]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019.** [online]. Brasília: Inep, 2020. [citado 24-06-2021]. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>.

INFOMONEY. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/cotacoes/ibovespa/. Acesso em 22 de junho de 2021.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã.** São Paulo: Cortez, 2007.

MÉSZÁROS István. **A Crise do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, J.P.N. **Introdução ao Método em Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J.P.N. Transformações Societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade.** n.50 Ano XVII. São Paulo: Cortez, 2003.

NEVES, M.L.W. **A nova pedagogia da hegemonia para educar consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

PORTELLI, H. **Gramsci e o Bloco Histórico.** 6.ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2002.

SILVA, Mauricelia Cordeira da. Serviço social e ensino à distância no Brasil: formação dos intelectuais colaboracionistas na construção da

nova hegemonia do capital. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

SILVA, Mauricelia Cordeira da. Financiamento do ensino superior: a quem interessa a política de cortes das universidades públicas? In: **Educação em debate:** em defesa da dimensão pública da educação brasileira. São Paulo: 2021.

9 TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Danielle Viana Lugo Pereira
Edna Tania Ferreira da Silva
Maria das Graças Miranda Ferreira da Silva
Jaqueline Figueredo Silva
Maria Betânia Gomes da Silva

A crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19 tem causado profundas mudanças no âmbito social e do trabalho.

Para compreender a atual crise vivenciada é preciso se reportar às transformações ocorridas na sociedade, sobretudo, as das décadas de 1970 e recentemente a crise de 2008, com a reestruturação produtiva e a inserção das tecnologias no campo de trabalho. No Estado brasileiro, destaca-se a década de 1990, em que começam a ocorrer processos de contrarreformas do Estado, que se acentuarão ainda mais a partir de 2016, com o governo de Michel Temer, e em 2018, com Jair Bolsonaro.

A pandemia do novo coronavírus se insere nesse cenário de crise, agravando mais ainda as condições de vida dos trabalhadores. Por essas razões, o presente estudo se justifica enquanto preocupação investigativa para conhecer a natureza do trabalho realizado por assistentes sociais inseridos(as) na política de assistência social.

Dessa forma, vem-se realizando uma pesquisa do tipo social aplicada e quali-quantitativa de análise, que está em andamento e intitulada: "O trabalho de assistentes sociais em tempos de pandemia do novo coronavírus: tensões, significados e contribuições", Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) 2020-2021, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Assim, optou-se por uma amostra aleatória e por acessibilidade,

a partir do universo de Assistentes Sociais, com registro no Conselho Regional de Serviço Social da 13ª Região, que trabalham na Política de Assistência Social no Estado da Paraíba. Após aprovação do Projeto de Pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa, foram realizadas entrevistas, via plataforma digital, com as Assistentes Sociais que aceitaram ser entrevistadas. Contudo, essa pesquisa não foi concluída, sendo apresentados resultados preliminares.

A primeira parte deste estudo analisa alguns dos principais elementos da crise econômica que aprofunda as expressões da questão social e a segunda analisa o trabalho de assistentes sociais na assistência social e as implicações da pandemia nessa política.

1. CRISE DO CAPITAL, AVANÇO DO PENSAMENTO NEOCONSERVADOR E A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

A conjuntura política ideológica vivenciada pela população brasileira, atualmente, apresenta fortes elementos do pensamento neoconservador, como também o avanço da ultradireita, que vem se dando em âmbito nacional e internacional.

De acordo com Netto (2012), ao longo do desenvolvimento capitalista se intensificam os processos de crises, que causam transformações nas relações de produção e de trabalho desde o século XX e que culminaram na virada do século XXI.

Essas alterações têm como "pano de fundo" a ofensiva neoliberal que está calcada na "flexibilização", na "desregulamentação" e na "privatização" que afetam tanto aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais da sociedade de forma mundial. Essas transformações refletem no Estado e nas classes e repercutem na sociabilidade nos dias atuais.

Silva (2020) aponta que a crise estrutural no Brasil se agrava a partir da década de 1990, decorrente da inserção da economia brasileira

na internacionalização do capital. Nesse sentido, a administração pública passa a ser instrumento para a acumulação capitalista.

A partir de 2016, Michel Temer assume a presidência dando início no país a uma onda (neo)conservadora marcada por medidas neoliberais ortodoxas, que favorecem o capital (inter)nacional, a exemplo da instituição de um limite de teto das despesas públicas por um período de 20 anos, dispostos na Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, a lei da terceirização, o pacote de medidas macroeconômicas e a contrarreforma trabalhista e previdenciária, que penalizam a classe trabalhadora, revelando a falta de interesse desse governo pelas áreas sociais.

De acordo com Silva (2020), essas medidas contrarreformistas são aprofundadas no atual governo do presidente Jair Messias Bolsonaro. Dessa forma, o autor ainda destaca que o plano de governo de Bolsonaro é um ataque aos direitos sociais conquistados e à democracia brasileira.

É nesse contexto que se impõe a pandemia do novo coronavírus e são postos desafios à classe trabalhadora.

A pandemia da Covid-19 é uma crise sanitária que se soma às demais crises: política, econômica, social e cultural (ABEPSS, 2020). Desse modo, demandas emergenciais e por serviços se tornaram necessárias para seu enfrentamento. Segundo Freitas (2020), não havia planos estratégicos para o atendimento da população, tendo em vista que se tratava de uma doença desconhecida e não havia muita nitidez com relação às formas de tratá-la. Era sabido que sua transmissibilidade era alta, assim como a letalidade, e que a escassez de estruturas e EPIs levaram vários países a criar unidades específicas de atendimento da Covid-19, inclusive o Brasil.

Segundo Barretos (2020), os desafios que se colocam no caso brasileiro são bastante preocupantes, tendo em vista a desigualdade social e demográfica existentes, e diante da necessidade da conjuntura de medidas restritivas de isolamento social.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – Covid-19, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que grande parcela da população ficou desempregada,

seus contratos de trabalho suspensos, teve redução salarial ou, ainda, intensificação do trabalho. Além disso, por conta das medidas restritivas e do isolamento social, alguns trabalhos tiveram que ser realizados pelo teletrabalho ou *home office*, pondo diversos desafios para a classe trabalhadora, como uma adaptação dessa recente modalidade de trabalho exercida por uma generalização dessa forma remota. Por conseguinte, parte dos custos dessa modalidade de trabalho é assumida pelo próprio trabalhador(a) (pacote de dados, custos com internet, energia elétrica, aparelhos tecnológicos, *etc*.).

Antunes (2020) aponta a fase mais cruel do capitalismo e a pandemia denota a tragédia social. Um mundo onde a alta tecnologia dominada pela burguesia, através de grandes aplicativos, combina o trabalho precário a uma completa ausência de direitos. Além disso, no pós-pandemia, supõe-se que haverá uma forte tendência de que as formas de trabalho como o *home office* e o teletrabalho se mantenham, práticas estas que na pandemia se tornaram verdadeiros laboratórios para o capital.

Antunes (2020) destaca que ao mesmo tempo em que o capital aprendeu a lidar com o trabalho, já que não pode eliminá-lo, ele vem devastando-o e precarizando-o. Contudo, o trabalho se mostrou fundamental nesse contexto, tendo em vista que "[...] sem trabalho, é impossível a geração de coágulos de valor e de riqueza social" (p. 27). A pandemia demonstrou a relevância que o trabalho tem com as pressões do empresariado para abrir o comércio mesmo em um período de altos índices de contaminação e letalidade pela Síndrome Respiratória Aguda Grave de Coronavírus 2 (SARS-Cov-2). Apesar de a pandemia do capital ter aparência policlassista, ela atinge de forma mais devastadora a classe trabalhadora.

Do ponto de vista da gestão federal, evidencia-se a conduta negacionista/anticientífica do presidente Jair Bolsonaro e, com isso, tem sido contrário às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), se comparado a outros gestores de outros países e, até mesmo,

no Brasil, onde existem gestores estaduais e municipais que seguem os órgãos oficiais da comunidade científica.

No início de 2021, o Brasil começa a registrar números elevados de mortes, tendo em março a contabilização de 1.954 mortes registradas em 24h (em 9 de março), tornando o Brasil um dos países com maior número de mortes. O Brasil vive uns dos piores momentos da pandemia no ano de 2021, sendo o país considerado como epicentro da pandemia, pois registrou 2.798 mortes em 16 de março de 2021. Em junho de 2021, já se atingiu o número de mais de 520.000 mortes por covid-19 e, infelizmente, continua aumentando. Sendo assim, nos termos de Behring e Boschetti (2020), pode-se afirmar que estamos diante de um governo federal de extrema direita, ultraneoliberal e neofascista. Contudo, devido às altas taxas de mortes, os Estados brasileiros decretaram medidas mais rigorosas para o combate da covid-19 e, no Estado da Paraíba, o Decreto nº41.086 de 09 de março de 2021 dispõe sobre a adoção de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo novo coronavírus.

Além disso, o Brasil começa a entrar em colapso no Sistema Único de Saúde (SUS), considerando os elevados números de ocupação de leitos de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) e aumento dos números de casos.

Diante desse cenário, situam-se, no tópico a seguir, alguns dos principais elementos estruturais da realidade, articulados a elementos conjunturais, que se vivenciam neste período de pandemia e como eles implicam na precarização das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora e, dentro dessa classe, os(as) assistentes sociais. Nesse sentido, analisar-se-á, enquanto preocupação investigativa, a natureza do trabalho realizado por assistentes sociais inseridos(as) na Política de Assistência Social no enfrentamento ao contexto do novo coronavírus, nos municípios paraibanos.

2. A ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS IMPLICAÇÕES DA PANDEMIA PARA O TRABALHO PROFISSIONAL

A pandemia do novo coronavírus expõe diversas dificuldades pelas quais vem atravessando o SUAS. Os cortes e desfinanceirização nos últimos anos têm sido acionados de forma direta e indireta. Nessa direção, Campos e Ferraz (2020) apontam que o contingenciamento orçamentário põe em xeque o caráter de direito e as garantias mínimas desenvolvidas por essa política, levando ao seu desmonte através de atos normativos infraconstitucionais e emendas constitucionais.

É importante destacar que, conforme prevê a Constituição Federal (CF) de 1988, a Assistência Social (arts. 203 e 204, desta CF) integra o sistema de Seguridade Social Brasileira e será prestada a quem dela necessitar. Enquanto política pública, realiza a prestação de benefícios e serviços com o objetivo de garantir condições mínimas de subsistência, não existindo, portanto, a necessidade de contribuição para ter acesso às ações assistenciais e aos serviços organizados por esse sistema.

As análises de portarias interministeriais, de decretos publicados e de resoluções do CNAS, feitas por Campos e Ferraz (2020), constataram três grandes redirecionamentos para a Assistência Social a partir de 2016: o acesso ao SUAS, cada vez mais seletivo, a restrição ao BPC e ao Bolsa Família e a culpabilização dos indivíduos pelas mazelas socialmente existentes, que, ao contrário, são decorrentes das relações sociais no modo de produção capitalista e não dos indivíduos. Percebe-se, com isso, que a tendência nos últimos anos é o desmonte da Política de Assistência Social.

O cenário pandêmico demonstrou essa tendência de desmonte e desvalorização da política quando, em 1º de Abril de 2020, após forte pressão do congresso e da população, por conta da imensa disseminação do contágio do vírus, grande parcela da classe trabalhadora ficou sem poder trabalhar. Dessa forma, fez-se necessário uma renda básica emergencial no valor de 600 reais, contrapondo-se à proposta do governo federal, que seria de 200 reais.

A Caixa Econômica Federal (CEF) passou a ser a instituição operativa, demonstrando grande dificuldade nesse processo, de forma a gerar filas e transtornos no acesso ao benefício. Portanto, verifica-se uma supervalorização das agências de financeirização do capital e há uma negação, desvalorização e descaracterização das políticas sociais e, neste caso, da política social em tela e de seus profissionais.

Constatou-se que grande parcela da população não possuía conta bancária, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e nem eram referenciadas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do SUAS, o que acabou por gerar grandes filas em frente às instituições bancárias. Muitos desses transtornos ocorreram devido à Política da Assistência Social não ter sido acionada pelo Governo Federal para contribuir no repasse do auxílio, já que é a Política capaz de administrar com mais competência o acesso ao auxílio emergencial, por lidar com o público alvo desse auxílio. Compreende-se, com isso, que o papel da Política de Assistência Social se mostrou extremamente necessário diante da gestão do acesso ao auxílio emergencial, contudo, observa-se que, no atual cenário pandêmico, essa gestão não aconteceu por meio dessa política.

Toda essa realidade acarretou enormes tensões, tanto para quem precisa dessa política quanto para quem a executa, no caso, os(as) assistentes sociais.

Por essas razões, buscou-se investigar as recentes inflexões pelas quais passam os(as) assistentes sociais que estão atuando na linha de frente da política da Assistência Social nos municípios paraibanos.

A partir da análise dos resultados preliminares da pesquisa, é possível apontar algumas das principais tendências para o trabalho desses profissionais. Assim, constatamos que a maioria dos(as) profissionais que responderam à pesquisa possuía vínculos empregatícios ou por contratos temporários ou por serviços prestados e não possuíam outros vínculos em outras instituições. Consoante a isso, o resultado preliminar da pesquisa apresenta a profissão eminentemente feminina, heterossexuais, com

idade entre 25 e 45 anos, que trabalharam antes e depois da flexibilização, com vistas aos decretos e medidas sanitárias.

De acordo com as falas dos(as) Assistentes Sociais entrevistados(as), destacam-se aspectos da realidade de trabalho vivenciada por esses profissionais na Política de Assistência Social, na pandemia ocasionada pelo Sars-Cov-2.

No que se refere às demandas mais recorrentes às Assistentes Sociais, houve um aumento significativo de tais demandas. Diante disso, as entrevistadas afirmaram que o trabalho do profissional de Serviço Social é fundamental para que, por meio de sua instrumentalidade, na indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, permeadas pela "função pedagógica", (ABREU, 2002) consiga mediar os conflitos e, de alguma forma, interferir na efetivação da proteção social das famílias e indivíduos, que, na maioria das vezes, têm seus direitos negados.

As assistentes sociais afirmaram que está ocorrendo um processo de negação da Política de Assistência Social por meio de várias formas: desmonte da política enquanto direito, incentivo ao voluntariado, reatualização do assistencialismo, desfinanceirização da política, desprofissionalização, dentre outras. O Governo Federal vem assumindo uma perspectiva centralizadora e específica de programas cada vez mais seletivos e pontuais, consequentemente trazendo implicações para a continuidade dos serviços socioassistenciais, de proteção social e de efetivação de direitos na Política de Assistência Social.

As entrevistadas expuseram, ainda, que esse contexto tem sido configurado, pela desmotivação dos(as) profissionais do SUAS, principalmente pela insuficiência de reconhecimento não apenas financeiro, mas, sobretudo, da desconfiguração da política no cenário pandêmico.

As demandas mais prevalecentes durante a pandemia, citadas pelos(as) profissionais, têm sido o auxílio emergencial, o vale gás e o auxílio aluguel, tendo em vista que grande parte dos usuários está em condições de vulnerabilidade social e de falta de emprego diante da

crise pandêmica. Outras demandas igualmente mencionadas foram a fome e/ou insegurança alimentar, com vistas ao considerável aumento das pessoas pela procura de cestas básicas.

Destaca-se que têm sido frequentes as violações de direitos, tais como: a violência doméstica contra mulheres, crianças e adolescentes; o agravamento do trabalho infantil, principalmente, de crianças e adolescentes trabalhando e pedindo nas ruas; a violência doméstica contra as pessoas idosas, principalmente pela violação dos recursos materiais que configura a violência patrimonial; o crescimento exponencial da população de rua. Ademais, a questão da necessidade de empregabilidade foi também uma das demandas mais requisitadas pelos usuários do SUAS.

Observa-se que as famílias em situação de vulnerabilidade social, sem trabalho e sem auxílio emergencial decente, veem-se tendo que atender, minimamente, a necessidade mais elementar entre comprar a comida ou pagar o aluguel. Constata-se um crescimento exponencial de demandas por serviços sócio-assistenciais nesse contexto pandêmico, nunca visto em tempos recentes, de acordo com as Assistentes Sociais.

Quanto à carga horária de trabalho, as Assistentes Sociais explicitaram que houve um aumento da carga horária devido ao quadro das crescentes demandas e de afastamento de profissionais considerados grupos de riscos.

No que se refere às intervenções, estão sendo realizadas de forma remota e presencial. Na modalidade presencial, são utilizados EPIs garantidos pela instituição, embora muitas vezes insuficientes, a partir do uso de álcool, luvas, máscaras e *face shield*. Os atendimentos visam acompanhar as necessidades das famílias, com vistas à realização do trabalho profissional na assistência social, que não gere apenas a entrega de cestas básicas, mas também a orientação, a escuta especializada e o encaminhamento para outras políticas.

Nessa perspectiva, ressalta-se que os atendimentos mesmo na modalidade remota garantiram a continuidade das ações pelo Serviço

de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nos Centros de Referências da Assistência Social (CRAS).

Na modalidade remota, realizam-se mais atendimentos para o repasse de informações/orientações educativas. Quando imprescindível, o atendimento é previamente agendado para ser presencial. Conforme revela a seguinte fala: "Se for necessário um caso que precise de intervenção, então é agendado pelo atendimento remoto para fazer o atendimento presencial" (ASSISTENTE SOCIAL, 2021). Dessa forma, as visitas domiciliares estão sendo realizadas seguindo os protocolos de segurança. Esse repasse de informações é estendido aos programas e serviços. Para aqueles usuários que não sabiam utilizar as ferramentas digitais, foi necessário orientá-los como manusear o *Google Meet*, por exemplo. Para quem tem a ferramenta no celular, porém, essas orientações apresentaram algumas limitações, principalmente para quem não tem esse equipamento, pois precisaram ser feitas no domicílio do usuário.

Diante disso, tem-se utilizado o *WhatsApp* para divulgação de vídeos educativos e palestras, como no Programa Criança Feliz e no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, para que famílias, crianças, adolescentes e idosos não fiquem desassistidos. Essas são algumas das principais formas de intervenção e de proteção social que tem sido utilizadas em meio a uma pandemia, citadas pelas profissionais.

No que tange ao trabalho remoto, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) têm se posicionado de forma crítica, considerando que o trabalho dos profissionais do Serviço Social não pode perder a qualidade, a direção social dos princípios ético-políticos e o rigor teórico, mesmo sendo executado de forma remota.

No entanto, as assistentes sociais relataram que não foi possível fortalecer vínculos com todos os usuários e que nem todos conseguiram acessar as informações e os serviços sócio-assistenciais, mas, tem-se

garantido minimamente o encaminhamento das famílias ao acesso a benefícios eventuais.

Deve-se considerar que tem sido extremamente necessário recorrer aos Benefícios Eventuais, como provisões que auxiliam as famílias pobres e extremamente pobres. Explica uma das profissionais do Serviço Social, destacando que, se existe insegurança alimentar, quem deve garantir a proteção social é o Estado, não os gabinetes de prefeitos, conforme se via antigamente e ainda persiste, a exemplo da entrega de cestas básicas como forma de assistencialismo e não como direito. Portanto, a mediação de conflitos é uma condição posta no trabalho profissional (ASSISTENTE SOCIAL, 2021).

Quanto às orientações aos usuários, afirmaram que, devido ao isolamento social e para evitar aglomerações nos espaços sócio-ocupacionais, as orientações são feitas por meio das tecnologias da informação e comunicação (TICs), conforme sinalizamos anteriormente. Dessa forma, os contatos com os usuários foram feitos por meio de telefone e vídeos chamadas. As orientações se deram no sentido de explicar como acessar o benefício, pois a grande maioria não sabia manusear o aplicativo; é o que acrescenta uma das Assistentes Sociais. Observa-se assim a função pedagógica do trabalho profissional (ABREU, 2002).

Referente à experiência de trabalhar durante a pandemia da Covid-19, explicaram que a pandemia tem sido desafiadora tanto para os(as) assistentes sociais, quanto para os outros profissionais e usuários, porque não é possível se deslocar ou fazer uma intervenção em outro município de modo seguro. "Sempre há receio de contaminação com a doença da Covid-19. Fazer uma visita é muito mais enriquecedor do que fazer uma ligação, mas, no atual contexto, faz-se o necessário [...]", é o que afirma uma das entrevistadas. Por sua vez, destaca uma assistente social que assume cargo de gestão: "não se expor e não expor as pessoas é uma realidade muito desafiadora." De acordo com a assistente social entrevistada, estar em cargo de coordenação implica traçar determinadas

"[...] estratégias, mas não foi possível realizar todas, então foi e está sendo um desafio" (ASSISTENTE SOCIAL, 2021).

Quando se abordou sobre a saúde física e mental dos profissionais da Assistência Social, destacaram o cansaço físico e mental devido ao medo do contágio pelo vírus e do aumento das demandas. Alguns profissionais relataram a necessidade de fazer terapia para tentar superar o esgotamento da sobrecarga de trabalho. Diante disso, o medo de trabalhar e adoecer se tornou uma constante no cotidiano profissional, mesmo paramentados com os EPIs, diante da infecção e perda de colegas profissionais, familiares e amigos pela covid-19.

Em relação se a instituição foi adaptada durante o cenário da pandemia, destacaram que foi necessário readequar o ambiente de trabalho, tais como o escalonamento de trabalhadores e a redução no horário de trabalho, por exemplo. Essas medidas influenciaram na forma de funcionamento de alguns serviços socioassistenciais, pois não era possível se reunir presencialmente de forma coletiva.

Apesar de a Assistência Social ter sido reconhecida, em 2020 através de decreto, como um serviço essencial no enfrentamento à pandemia da covid-19, os(as) assistentes sociais ressaltam a falta de inclusão desses profissionais no plano de imunização. Dessa forma, levanta-se o seguinte questionamento: "como proteger famílias sem estar protegido?" (ASSISTENTE SOCIAL, 2021). Outro resultado a ser ressaltado é que a pandemia não afeta a todos igualmente, visto que as famílias que estão em situação mais vulnerável são as mais atingidas. Na pandemia, "é um desafio garantir os direitos básicos dessas famílias, dado que a assistência social é cotidianamente desauxiliada." (ASSISTENTE SOCIAL, 2021).

Quanto ao perfil dos usuários que procuram a Política de Assistência Social, as entrevistadas relatam que são usuárias do CadÚnico, mas, na pandemia da covid-19, percebe-se também um aumento de novos perfis de usuários, como comerciantes, autônomos e pessoas que antes não dependiam da política da Assistência social, mas, devido à falta de trabalho, estão precisando recorrer aos benefícios sociais. Destaca-se

que "essa nova demanda de comerciantes e autônomos emergiu na pandemia e tem aumentado" (ASSISTENTE SOCIAL, 2021).

Compreende-se que houve, de fato, um acréscimo e mudanças do público que procura por assistência social. Mais famílias extremamente vulneráveis e, atualmente, também os trabalhadores informais (perfil de renda de 2 a 3 salários mínimos), passaram a requerer os serviços socioassistenciais. Pode-se afirmar que há uma parcela de usuários que passaram a depender dessa política, conforme expõe uma profissional: "a gente consegue ver outros rostos nas portas dos nossos serviços, no qual antes não víamos" (ASSISTENTE SOCIAL, 2021).

Em relação às principais dificuldades dos usuários para acessar o auxílio emergencial, foi respondido que, basicamente, era para saber as informações de como baixar o aplicativo e utilizá-lo e o porquê de não ter recebido o benefício, mesmo tendo direito. Se tivesse sido realizado através dos Centros de Referências da Assistência Social (CRAS), não teriam tantos problemas para essas pessoas. Em outros termos, "pessoas que estavam recebendo sem ter direito e outras que tinham direito e não estavam recebendo o auxílio, [...] nem mesmo tinham um celular para baixar o aplicativo" (ASSISTENTE SOCIAL, 2021).

O fato é que o governo federal não acionou a política da Assistência Social para administrar o repasse do auxílio emergencial aos mais necessitados, mesmo sendo os profissionais dessa política os mais habilitados para tratar deste auxílio, já que é a política que, historicamente, lida com esse público mais vulnerável socialmente.

Diante de todo o panorama sobre o trabalho de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social, no contexto da Pandemia da Covid 19, nos municípios paraibanos, apresentado pelas próprias Assistentes Sociais, constatou-se elementos muito relevantes, tais como: acréscimo das demandas; alteração no perfil dos(as) usuários(as) que recorrem à Política da Assistência Social; aumento da pobreza e extrema pobreza; os e as usuários(as) sofrem ausência de acesso a direitos básicos, como o alimento e à nutrição adequada; maior necessidade dos benefícios

eventuais, como cesta básica e auxílio aluguel; mais necessidade de articulação com as demais políticas sociais.

Ademais, dificuldade de acesso às TICs por parte dos(as) usuários(as) da política e por parte dos(as) profissionais; trabalho profissional sem imunização da vacina; equipamentos de proteção individual insuficientes e precários, na maioria das vezes; excesso de trabalho; desvalorização e negação da Política, por parte do Governo Federal; desmotivação dos(as) Assistentes Sociais; adoecimento psicológico desses profissionais; a imposição do trabalho virtual e com ele a exigência de acesso à internet banda-larga e aos aparelhos tecnológicos, que requerem mais custos financeiros; necessidade de aprender a utilizá-los de forma impositiva; baixos recursos financeiros disponíveis para a política; medo de contaminação com a doença causada pelo vírus da covid-19, no momento da atuação profissional.

Confirmou-se com a pesquisa, a necessidade de validar a formulação de Iamamoto (2005, 2007) sobre a relativa autonomia profissional para compreender a processualidade do trabalho dos(as) assistentes sociais em tempos pandêmicos. Assim, afirma-se que, à luz dessa categoria, é possível atingir níveis mais elevados de aproximações para revelar a essência do nosso objeto de estudo.

A instituição Serviço Social, sendo ela própria polarizada por interesses de classes contrapostas, participa, também, do processo social, reproduzindo e reforçando as contradições básicas que conformam a sociedade do capital, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades em que é mobilizada para reforçar as condições de dominação, como dois polos inseparáveis de uma mesma unidade. É a existência e compreensão desse movimento contraditório que, inclusive, abre a possibilidade para o Assistente social se colocar a serviço de um projeto de classe alternativo àquele para o qual é chamado a intervir (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p.94).

É nessa unidade de polos inseparáveis (capital/trabalho) que atua o(a) assistente social, considerando que essa contradição vem sendo

aprofundada no contexto pandêmico. Se, por um lado, observa-se a agudização das múltiplas formas da questão social, por outro, constata-se o agravamento da devastação dos direitos sociais e o sucateamento das políticas públicas. É nesse fio da navalha que o assistente social exerce seu trabalho. Desta feita, faz-se necessário ter nitidez desse movimento contraditório para criar possibilidades e entender que não se deve ter uma postura unilateral ou fatalista das imposições do mercado de trabalho.

Contudo, as condições estruturais e políticas postas na atual sociedade regida por uma política de governo de extrema direita, ultraneoliberal e neofacista (BEHRING; BOSCHETTI, 2021), limitam e se colocam como obstáculos para o trabalho profissional norteado pelo Projeto Ético-Político, além das condições subjetivas, portanto, interferindo na relativa autonomia.

Desse modo, por relativa autonomia compreende-se certa liberdade que o(a) assistente social dispõe na condução de suas atividades no cotidiano profissional, sem perder de vista o caráter contraditório do fazer profissional inserido na divisão social do trabalho, tendo em vista a condição assalariada e o significado social do seu trabalho no processo de produção e reprodução das contradições fundamentais que regulam as relações sociais. Por fim, para preservar a relativa autonomia no trabalho profissional se considera, "[...] potenciá-la mediante um projeto profissional coletivo impregnado de história e embasado em princípios e valores radicalmente humanistas [...]." (IAMAMOTO, 2008, p. 219).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia não está desconectada do modo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, conforme sinaliza Antunes (2020), pois tanto a pandemia como o modo de produção capitalista são sistemas letais para a força de trabalho humana. A diferença entre ambos é que a letalidade da pandemia é mais visível, pelo número de mortes que

provoca e que é, cada dia mais, crescente, já o capitalismo atua de forma mais fetichizada.

Com relação ao trabalho realizado por profissionais da assistência social, podem-se verificar as condições de precariedades que vêm se intensificando por meios de contratos temporários e emergenciais, bem como uma alta demanda de serviços.

Pode-se sintetizar que Assistentes Sociais foram convocados para trabalhar na linha de frente ao combate da Covid-19, inseridos em trabalhos precarizados, vínculos temporários, jornadas de trabalho extensas, déficits salariais, enfrentando no cotidiano profissional muitas situações adversas, vivenciadas com atribuições que fogem ao âmbito da sua competência, como o caso do trabalho remoto.

Nesse cenário de trabalhos e estudos remotos, emerge a necessidade de acesso ao auxílio emergencial pago pelo Governo Federal, por meio de um site da Caixa Econômica ou aplicativo de celular, que exigia um cadastro via internet. Todavia, surge uma grande dificuldade de acesso à internet e aparelhos tecnológicos mediante à falta de recursos financeiros para questões básicas, como alimentação, portanto, são muitas contradições e grandes desafios, pois a desigualdade social leva à exclusão digital.

O governo atual, ultraneoliberal, reforça, drasticamente, sua estratégia de não investimento nas políticas sociais, promovendo uma desproteção social, que se agrava em tempos de pandemia. Soma-se a isso o ínfimo valor do auxílio emergencial disponibilizado pelo Governo Federal para os(as) que estão em agressiva precarização social.

Mesmo desvalorizada e negada pelo Governo Federal, a Política da Assistência Social apareceu na Pandemia como algo fundamental nas grandes mídias sociais de massa, revelando sua utilidade pública.

Nessa direção, destaca-se enquanto tendência do trabalho profissional de assistentes sociais na política de assistência social, relacionado à dimensão política e interventiva desses profissionais, participação efetiva nas respostas às requisições e demandas apresentadas pelos usuários do

SUAS no cenário pandêmico, exercitando com capacidade propositiva e resistências à dimensão da sua relativa autonomia expressa nas relações históricas da profissão, ante às transformações societárias em curso.

Assim, foi possível identificar que as profissionais participantes da pesquisa realizaram a reconstrução crítica aos processos sociais, de acordo com os princípios do seu projeto ético-político, e participaram deles intervindo, destacando-se nitidamente, por meio da mediação da assistência e dimensão pedagógica, a interferência nas relações sociais, fortalecendo o projeto da classe trabalhadora e de seus direitos no âmbito da luta de classes.

O exame das tendências do serviço social no contexto institucional, no período analisado, permite indicar, a priori, a formação de traços culturais no trabalho profissional durante a prestação de serviços sociais, que estão articulados às novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), relativas à realidade contemporânea, reconfigurando o exercício profissional. Cabe, a partir dessas reflexões, decifrar as determinações presentes na realidade social, suas dimensões conjunturais e estruturais e as mediações com o exercício profissional, desvendando as suas contradições.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Trabalho e Ensino remoto Emergencial.** Temporalis, Brasília (DF), ano 20, n. 40, p. 306-312, jul./dez. 2020.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus:** O trabalho sob fogo cruzado. E-Book. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARRETO, Mauricio Lima *et al*. **O que é urgente e necessário para subsidiar as políticas de enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Brasil?** 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social na pandemia:** proteção para quem? Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 40, p. 66-83, Jan/abril. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. **Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm. Acesso em: 8 jul. 2021.

CAMPOS, Naara de Lima; FERRAZ, Jeane Maria Andreia. **Assistência Social, Crise e Contrarreformas:** inflexões entre o novo e o velho. Temporalis, v. 20, n. 39, p. 11-26, 2020.

CFESS. **Memorial Nosso Luto, Nossa Luta:** homenagem às assistentes sociais vítimas da Covid-19. Brasília, 2020. Disponível em: http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/memorial. Acesso em: 09 jul. 2021.

CFESS. **Teletrabalho e Teleperícia:** orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia. 2020. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Nota-teletrabalho-telepericiacfess.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

FREITAS, André Ricardo Ribas; NAPIMOGA, Marcelo; DONALISIO, Maria Rita. Análise da gravidade da pandemia de Covid-19. **Epidemiologia e serviços de saúde**, v. 29, 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Covid-19**. Disponível em: https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php. Acesso em: 27 fev. 2021.

NETTO, José Paulo. **Crise do Capital e Consequências Societárias.** *In*: Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, n. 111, p. 413-429, jul. 2012.

PARAÍBA. **Decreto n° 41.086, de 09 de março de 2021.** Dispõe sobre a adoção de novas medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19). Diário Oficial da Paraíba. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/2021/marco/diario-oficial-10-03-2021.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

SILVA, Robson Roberto. **Contrarreforma do Estado, Gerencialismo e Política de Assistência Social no Brasil.** Temporalis, v. 20, n. 39, p. 27-42, 2020.

10 O PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E AS DISPUTAS EM TORNO DE SUA DIREÇÃO SOCIAL HEGEMÔNICA: ELEMENTOS PARA O DEBATE

O PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E AS DISPUTAS EM TORNO DE SUA DIREÇÃO SOCIAL HEGEMÔNICA: ELEMENTOS PARA O DEBATE

Eliane Leite Mamede
Vinícius Rafael Lopes

A construção do atual Projeto Profissional do Serviço Social brasileiro e da direção social estratégica que ele ratifica não é recente. Suas raízes históricas remetem a fins dos anos 1970 e início dos anos 1980. Todavia, segundo Netto (2007), o debate sobre o que vem sendo denominado de Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social é relativamente recente – datado da segunda metade dos anos 1990, na sucessão do processo de recusa e crítica do conservadorismo profissional.

Conforme Barroco e Terra (2012), o PEP emergiu de forma organizada na década de 1980, no contexto de redemocratização da sociedade brasileira, de reorganização política dos movimentos sociais, dos partidos, das entidades dos trabalhadores e de organização político-sindical da categoria profissional, dispondo da participação de setores profissionais vinculados a diferentes partidos políticos de esquerda e de movimentos democrático-populares, com diversas referências teóricas e políticas, especialmente as apoiadas na tradição marxista.

Esses determinantes favoreceram a definição do novo Projeto Profissional, gerado no interior da vertente de ruptura com o conservadorismo profissional, a qual surgiu e amadureceu a partir dessas condições históricas, que permitiram a negação do Serviço Social tradicional.

Trata-se de um Projeto Profissional que, ao mesmo tempo em que conforma um processo, em contínuos desdobramentos, vem sendo construído e vivenciado em diversos momentos históricos pelos sujeitos

profissionais envolvidos com o movimento de materialização de uma nova ordem social e profissional. Ele "é expressão das contradições que particularizam a profissão" (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 193), pois dispõe de princípios e valores colidentes com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital.

A partir da apreciação do conjunto de conhecimentos produzidos e acumulados pelo Serviço Social na primeira década do século XXI, verifica-se que essa discussão vem ganhando relevo e notoriedade na agenda profissional e nos espaços de articulação do Serviço Social. Isso demonstra a relevância do debate então em curso para os dias atuais. Contudo, ainda assim, só muito recentemente é que particularidades daquilo que se trata como direção profissional e os princípios e diretrizes que a orientam passaram a vir a público como objeto de preocupação investigativa, apesar de comumente haver algum tipo de referência ao PEP, ora na crítica ao conservadorismo de nossa herança intelectual e cultural, ora no alerta dos principais desafios profissionais postos pela ordem do capital.

Afinal, o que é a direção profissional explicitada pelo PEP? A direção social estratégica do Serviço Social, aqui evidenciada, é concebida como a expressão de um posicionamento crítico coletivo, adotado a partir de um processo de maturação intelectual e sociopolítica dos sujeitos profissionais do Serviço Social, que participam e contribuem para o processo de mudança no seio da categoria, apontando, por conseguinte, os rumos da formação e atuação dessa profissão situada no contexto da divisão sociotécnica do trabalho. Esse processo de mudanças é reproduzido em diversos níveis: o da organização política da categoria, o da produção acadêmica – acumulada e em realização – e o das experiências práticas renovadoras junto aos segmentos sociais, aos quais destinam suas ações.

A referida direção profissional também é tratada como direção social estratégica, direção ético-política, ou simplesmente direção social do Serviço Social, a qual se materializa e se expressa por meio das diversas dimensões e ações profissionais desenvolvidas pelos assistentes sociais,

no sentido de ir além das ações profissionais isoladas, ainda que possa envolvê-las igualmente, balizadas pelo PEP tal como uma projeção coletiva dos assistentes sociais.

O PEP do Serviço Social, cuja denominação já enuncia com nitidez uma dimensão ético-política, fundamenta-se na defesa do fortalecimento da aliança entre a profissão e a classe trabalhadora, na perspectiva de contribuir para ampliar a participação e o protagonismo dessa classe na construção de um projeto societário emancipatório, que materialize uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero.

Evidencia-se, assim, que a dimensão ético-política do Projeto Profissional respalda-se numa direção social de natureza anticapitalista, destinada a contribuir para a construção coletiva de um projeto de sociedade que defenda a radicalidade democrática e que esteja submetida a possibilidades objetivas, concretas, e às estratégias forjadas socialmente. Dessa forma, verifica-se um pressuposto fundante do PEP: a sua relação ineliminável com a transformação da ordem social.

Ramos (2002, p. 92) traz contribuições para esse debate ao esclarecer que a denominação ético-política, presente no projeto profissional, não se fundamenta em uma visão mecanicista, como se o projeto profissional tivesse condições para ocupar o lugar de um projeto societário. O termo projeto ético-político profissional expressa a existência, neste projeto coletivo, de uma nítida *dimensão ética*, na medida em que convoca os profissionais de Serviço Social a refletirem sobre os valores e desvalores que orientam suas ações. Ao fazer isso, esse projeto vincula-se à defesa de determinados valores e princípios éticos identificados com a busca da emancipação humana. Além disso, apresenta uma clara *dimensão política*, que se constrói no bojo das relações sociais, no movimento das classes sociais, considerando-se as opções políticas subjetivas e a construção de estratégias no campo democrático-popular, estabelecendo, no entanto, um conjunto de mediações no âmbito profissional.

Teixeira e Braz (2009) elucidam que, ao atuar no movimento contraditório das classes sociais, o assistente social acaba por imprimir uma

direção social às suas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que ele efetua, desde as mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, imprime determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica, dirigindo suas ações a favor de interesses sociais distintos e contraditórios.

A direção social estratégica explícita no PEP aponta para uma atuação que defende a universalidade dos serviços sociais públicos e que preze pela sua qualidade, mantendo-se atenta aos compromissos profissionais com os interesses coletivos da população usuária. Por conseguinte, essa direção, entendida como o eixo condutor do exercício profissional, procura orientar-se por uma interpretação crítica das contradições sociais, capaz de visualizar as possibilidades que, na atual conjuntura da racionalidade capitalista, estão sendo forjadas para o conjunto da sociedade.

Diante do exposto, concordamos com a análise prospectiva de Netto (1990, p. 117), quando pontuou a seguinte afirmação:

> o que estará no centro da polêmica profissional será a seguinte questão: manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica ou contê-la, modificá-la e revertê-la.

Tal assertiva já vislumbrava as tendências que acompanhariam a profissão no Brasil no século XXI, sobretudo, as críticas ao marxismo, cujo paradigma foi adotado pela profissão como direção teórica a partir dos anos de 1980.

Destarte, o PEP tem uma opção hegemônica pela teoria social de Marx. Logo, se põe a vincular-se a um projeto com razões ideopolíticas revolucionárias, de concepções teórico-metodológicas e ético-políticas que, comumente, estão condicionadas às (mesmas) reações que tal projeto despertou e continua despertando. Isso

> [...] porque uma parcela considerável das polêmicas em torno do pensamento de Marx parte menos de motivações científicas e mais de recusas ideológicas – afinal, Marx nunca foi um obediente servidor da ordem burguesa: foi um pensador que colocou, na sua vida e na sua obra, a pesquisa da verdade a serviço dos trabalhadores e da revolução socialista (NETTO, 2009, p. 669).

Pode-se afirmar que esse projeto profissional, fundamentado teórica e metodologicamente na tradição marxista, conquistou a hegemonia no interior do corpo profissional desde as últimas décadas do século XX, momento em que a profissão se encontrava sintonizada com tendências críticas significativas do movimento da sociedade brasileira, com vistas a realizar as devidas mudanças em seu processo de "renovação".

Lembremos que, no cerne particular do corpo profissional, a discussão sobre hegemonia[61] orienta-se na definição de que, ser hegemônico não significa dizer que o projeto profissional que se afirme como tal seja absoluto, inquestionável e consumado diante dos demais projetos profissionais supostamente existentes. Ser hegemônico, todavia, é se afirmar enquanto escolha coletiva, realizada em um momento histórico determinado, circunscrita de tensões, lutas e de consensos, frente a um corpo profissional de universo heterogêneo, em que, "[...] nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um *espaço plural* [...]" (NETTO, 2007, p. 145).

Pensar na afirmação e consolidação do projeto profissional do Serviço Social requer entender, basicamente, dois processos. O primeiro, é que esse movimento – dialético, no qual interagem elementos de continuidade e de ruptura com o passado e o presente – tem contexto e mediações sócio-históricas particulares no processo de desenvolvimento da profissão na sociedade brasileira. E o segundo, diz respeito ao não suprimento das divergências e contradições próprias do universo profissional. Logo, sempre existirão segmentos profissionais que proporão

projetos alternativos; por consequência, mesmo que um projeto conquiste hegemonia, ele nunca será exclusivo.

Desse modo, a ruptura com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social não suprimiu tendências conservadoras ou neoconservadoras, assim como o aspecto da heterogeneidade própria dos corpos profissionais propicia, em condições de democracia política, a existência e a concorrência entre projetos diferentes. (NETTO, 2007).

Nas reflexões a seguir, abordaremos como a atual direção social estratégica do PEP vem sendo disputada no cenário contemporâneo.

1. A DIREÇÃO SOCIAL DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E AS DISPUTAS CONTRA HEGEMÔNICAS: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Conforme as análises supracitadas, a ênfase da discussão aqui proposta é a chamada direção social estratégica do Serviço Social, expressa em seu Projeto Ético-Político Profissional, que tem sido amplamente estimulada e legitimada, especialmente pelas instâncias políticas organizativas da profissão.

Esse processo foi marcado por confrontos, expressos por meio de articulações, polêmicas e enfrentamentos, na busca de consensos e de construção de alianças, que marcaram a relação dialética negação/afirmação que trouxe consigo importantes mudanças no projeto profissional, no embate entre o conservadorismo e o processo de renovação (e ruptura) da categoria.

Desse modo, a disputa pela hegemonia do PEP não se esgotou no processo de renovação do Serviço Social brasileiro, ela é (e continuará sendo) uma mediação necessária que torna visível a diferenciação de posturas teórico-políticas no interior da categoria, entendida como "espaço plural" que lhe é característico, o qual não permite pensar em homogeneidade de identidade do corpo profissional. Tal espaço

é permeado pela diversidade, por confrontos e conflitos, alianças e consensos, opções que marcam o conjunto da sociedade. Por esse motivo, não é possível referenciar o Serviço Social como uma prática meramente utilitária que resulta em apontar um único projeto profissional.

Nesse embate, o atual projeto profissional e sua direção social estratégica vêm ganhando adesão dos setores profissionais mais inquietos e progressistas. Assim, mesmo comprometido com as classes trabalha-doras, o referido projeto não representa uma hegemonia sem embate.

Para os desavisados e não atentos, a hegemonia pode parecer uma mediação que, após conquistada, expressa-se de forma sentenciada e ultimada, seja na dimensão acadêmica, organizativa e na intervenção profissional. Para estes, a parcela de sujeitos profissionais que não se inspiram e não direcionam a sua atuação profissional junto à opção hegemônica do PEP é insignificante, sendo invisibilizado o seu grau de força e embate que, porventura, promovem. Recordemos, para tanto, de alguns resultados apontados por estudos e pesquisas que revelaram grupos no exercício profissional que vão de encontro à direção hegemônica do PEP – a exemplo dos profissionais que defendem o Serviço Social Clínico e Terapêutico – e que não se manifestavam de forma explícita, publicamente, ou não enfrentavam o debate nas instâncias apropriadas, como congressos, seminários da categoria, encontros de pesquisa, produção teórica e outros[62].

O tema da realização de práticas terapêuticas pelos assistentes sociais prosseguiu trazendo polêmicas no Serviço Social, cujo debate culminou na Resolução n.º 569/2010, ao passo em que o CFESS posicionou-se radicalmente contra a participação de assistentes sociais em tal exercício, vez que a mesma não compõe o rol de atribuições privativas da categoria, não fazendo, portanto, parte dos conteúdos próprios para a formação profissional. É preciso ponderar, contudo, que

o CFESS não proíbe a realização de procedimentos terapêuticos, desde que não vincule a formação e o exercício privativo de assistente social.

Os dados da pesquisa de Lopes (2020)[63] revelaram alguns registros e posicionamentos de atores profissionais acerca desse debate, que está intimamente ligado às temáticas da disputa por hegemonia entre projetos profissionais e das implicações do retorno às práticas conservadoras. Dentre as passagens constatadas pelo estudo, merece destaque a seguinte:

> [...] as práticas terapêuticas não constituem atribuições do assistente social, e mais coloca em xeque o projeto ético-político ao reatualizar o Serviço Social de Caso, em outros termos, são práticas que favorecem ao fortalecimento de nossas heranças históricas de caráter eminentemente conservadora, moralista, psicologizante, adaptativa, ajustadora [...] consistem numa clara ameaça a tudo aquilo que a profissão vem acumulando desde as últimas décadas (ARTIGO 01, 2014, p. 8).

De posse desse argumento, é procedente a nossa afirmação de que a direção social estratégica, construída historicamente, tem enfrentado sucessivas disputas – notadamente pelas expressões do conservadorismo e busca pela revitalização de suas práticas, as quais se acirram no atual contexto societário. Assim, coadunamos com as pertinentes considerações de Simionatto (2018, p. 106) quando insiste no necessário fortalecimento teórico-crítico da categoria, posto como desafio a ser enfrentado em prol do fortalecimento dessa direção social e da afirmação do PEP. A autora não corrobora com a crença de superação do marxismo, mas no aprofundamento das suas bases e apropriação:

> [...] como teoria social crítica e não como um "cânone de interpretação histórica", nas mediações com os fenômenos e particularidades da profissão, no diálogo e na interlocução com as demais perspectivas teóricas,

> sem resvalar para o ecletismo e incorrer no "sincretismo profissional.

As reflexões suscitadas conclamam a toda categoria ao aprofundamento do aporte teórico-metodológico inspirado no marxismo, com vistas a superar equívocos quanto à apropriação da sua teoria e dos seus fundamentos ético-filosóficos como uma possibilidade fecunda de enfrentar e debelar os desafios profissionais. Desta feita, muitas são as disputas que envolvem a sua hegemonia, o que reitera a necessidade de respostas profissionais cada vez mais firmes e qualificadas, que priorizem a articulação entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, aliada a uma leitura crítica que privilegie a *totalidade* como método de análise da realidade e reafirme o compromisso com a classe trabalhadora.

Prosseguindo com a temática da disputa por hegemonia e das implicações do retorno às práticas conservadoras, expressa enquanto tendência e movimento contra hegemônico, encontramos no cenário coetâneo disputas que se acirram em torno da direção social da profissão. Podemos citar, por exemplo, um movimento que vem ganhando notoriedade e adesão por parte de alguns profissionais: o chamado Serviço Social libertário.

Esse movimento também foi constatado e apresentado enquanto resultado da dissertação de Mestrado de Lopes (2020). Destaca-se que o Serviço Social libertário é dotado de nítidas expressões do conservadorismo. Tem como expoente e principal defensor o professor Edson Marques Oliveira, que apresenta 23 teses no documento intitulado de *resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante*. Segundo ele, tal movimento não objetiva retomar aos valores do Serviço Social tradicional, apenas promover o diálogo com as diversas matrizes teóricas.

Ao ler sobre as teses supracitadas, identificamos que o autor deixa explícita a sua vinculação ao pensamento de Mary Richmond, a partir de sua obra "Diagnóstico Social" (1917), em que a autora estabelecia

um conjunto de direcionamentos para a atuação profissional naquele contexto. Nesse sentido, sob a reivindicação de uma reforma no Serviço Social, Oliveira (2017) elabora 23 diretrizes para que tal reforma ocorra na profissão. Entre os conceitos centrais em seu documento, está o que o autor denominou de ***praxipragmalógica***, que, segundo ele, pauta-se na investigação da ação pensada sobre a realidade para a proposição inovadora e efetiva, consolidando, assim, a intervenção na realidade. Desse modo, entende-se que, supostamente, "vai além do mero discurso utópico ilusório, perpassando um pensar dotado de um agir profissional objetivo, claro e congruente".

Esse material tece inúmeras e severas críticas ao Serviço Social brasileiro, sobretudo no que o próprio autor denomina como profissão "de mais militância do que profissão". Ou seja, em suas análises, ressalta que a necessidade de *reformar o Serviço Social é resgatar a essência de sua origem como profissão de intervenção humano-social e como ciência social aplicada, diferente do rumo que vem tomando, de uma profissão militante político-ideológico partidária* (OLIVEIRA, 2017, p. 3). A profissão, para Oliveira, deve retornar à sua gênese, quando emergiu sob uma perspectiva de ajustamento dos problemas sociais, desprovida de vinculação político-ideológico-partidária. Em vista disso, o objeto do Serviço Social circunscreve a realização do ser humano, o que nos reporta a uma retomada do pensamento de São Tomás de Aquino, em suas ideias de perfectibilidade e condição abstrata de ser humano.

As análises de Cisne, Cantalice e Araújo (2020) acerca dos rebatimentos do conservadorismo para o Serviço Social somam-se aos esforços de problematizar as 23 teses do chamado "Serviço Social Libertário", sobre as quais se desenvolveu a pauta dos desafios postos ao processo de "renovação" da profissão, que se configura como um "movimento *continumm*, no confronto com as reatualizações conservadoras", o que demanda uma sintonia do PEP com as lutas classistas, feministas e antirracistas (CISNE; CANTALICE; ARAÚJO, 2020). Atestam ainda que as referidas teses buscam resgatar a redução da profissão ao tecnicismo,

assim como da identificação exclusiva com os interesses endógenos da categoria profissional, que elimina a perspectiva de articulação do projeto profissional a um projeto societário, sem aderir a qualquer bandeira de luta política.

Nesse ponto, ressalta-se ainda que o anseio do "ideólogo do Serviço Social libertário" parece não compreender, de fato, como o Serviço Social, ao longo de sua trajetória, rompeu com o seu viés confessional, para uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, a qual atua frente às expressões da questão social, não mais pela via do enquadramento, ajustamento e do caráter moralizador que marcou os seus primórdios.

Outra crítica incisiva feita pelo autor supracitado diz respeito ao atual estado teórico e prático da profissão. Em sua concepção, *criou-se uma cultura política, filosófica, teórica e epistemológica que não permite o diálogo saudável, respeitoso e inteligente, e que vem sendo corroído pelo que o autor chama de males do bom pensar* (OLIVEIRA, 2017, p. 4). Para ele, a atual configuração do Serviço Social é doutrinadora, cuja única vertente teórica válida é o marxismo, de modo que, quando a perspectiva hegemônica não é seguida, a profissão recai numa visão maniqueísta, em que quem não é marxista não serve para ser assistente social. Sua crítica, todavia, não leva em conta o 7º princípio do Código de Ética Profissional (1993), que dispõe sobre a garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas.

A despeito disso, é inconteste a profissão ser direcionada pela vertente hegemônica do marxismo, uma vez que ela representa uma escolha teórico-metodológica do corpo profissional, o que não significa, todavia, que outras perspectivas teóricas não sejam respeitadas e consideradas partícipes da nossa herança intelectual e cultural.

No que concerne ao pluralismo, Netto (1999), ao escrever sobre o processo de construção do PEP, apresenta o pluralismo como um elemento salutar ao debate de ideias e aos posicionamentos distintos, no entanto, sua defesa não implica o desrespeito às perspectivas já hegemônicas.

Noutras palavras, esse respeito, que não deve ser confundido com uma tolerância irrestrita para com o ecletismo, não pode inibir a luta de ideias. Pelo contrário, o verdadeiro debate de ideias só pode ter como terreno adequado o pluralismo que, por sua vez, supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas.

Ademais, Oliveira (2017) desconsidera o processo de construção da atual direção teórica hegemônica do Serviço Social, processo esse permeado por diversas transformações societárias e profissionais. A aproximação do Serviço Social com a tradição marxista não se deu mecanicamente, sendo necessária uma miríade de mudanças conjunturais e, por conseguinte, profissionais que permitissem tal aproximação. A respeito disto, Netto (1998, p. 101, grifos do autor) pontua:

> *Por mais que seja rigorosa, intensa e extensa a interlocução com a tradição marxista, não se constituirá um Serviço Social "marxista"* – enquanto profissão, o Serviço Social sempre contemplará tal inclusividade que no seu campo se moverão legitimamente profissionais que, incorporando diferentes expressões do pensamento contemporâneo, encontrarão espaços de prática e intervenção diversos e plurais.

Mesmo que esse debate tenha sido construído em diversas dimensões da profissão, uma das teses do Serviço Social libertário, ainda no que se refere ao atual estado teórico da profissão, acusa a configuração da profissão do que o autor denomina de males do bom pensar, são eles: ***a) a praga do politicamente*** correto: *só se fala nisso e só o que agrada e expressa o "pensamento" hegemônico teórico e político é aceito pela hegemonia;* ***b) visão maniqueísta:*** *quem é marxista é do bem, quem ousa trabalhar com outras vertentes é do mal, sendo o conservadorismo o bode expiatório predileto desse maniqueísmo, pois muitos nem sabem o que é conservadorismo, liberalismo e outras vertentes;* ***c) uma esquizofrenia***

intelectual: *aqui se professa uma teoria e discursos revolucionários com nítido saudosismo de um socialismo e comunismo cinzento* (OLIVEIRA, 2017, p. 5).

Diante desses pontos levantados, compreende-se que as críticas feitas ao Serviço Social brasileiro revelam o núcleo fulcral de seu inconformismo: o marxismo. Dessa maneira, o autor expõe seu descontentamento por essa vertente teórica, ao passo em que acusa a profissão de uma pretensa doutrinação ideológico-partidária.

Outra tese que vem contribuindo para desfigurar os avanços teórico-críticos no seio da profissão que merece destaque é a ideia de que *não cabe mais defender um projeto ético político profissional* (OLIVEIRA, 2017, p. 15), concebendo-o sobretudo como uma defesa político-ideológica unilateral, de uma única matriz teórica, que não traz à baila a natureza de outros projetos profissionais em disputa. Aqui, é facilmente identificada a abordagem simplista, reducionista e equivocada acerca de processos legítimos que perpassam a conquista da hegemonia de um projeto profissional, assim como do próprio PEP, desconsiderando-o enquanto um dos resultados advindos dos esforços de disseminação e valorização de uma racionalidade[64] crítico-dialética, empenhados pela categoria, no tocante ao crescimento da politização e criticidade em relação a si própria, em relação à sociedade e ao Estado.

Pensar na compreensão (e defesa) do PEP requer considerar que toda profissão existe como resposta às necessidades concretas produzidas e presentes no tecido social. Portanto, um projeto profissional é um tipo de projeto coletivo que ganha materialidade ao vincular-se a um determinado projeto societário. Nenhum projeto profissional pode ser elaborado deslocado da realidade social mais ampla, embora guarde particularidades por ser algo específico de uma determinada profissão, em que sua afirmação e legitimação diante dos demais projetos profissionais deve fazer-se mediante o confronto de ideias construídas em debates acadêmicos e políticos, assim como nos circuitos do trabalho profissional.

Em contraposição dessa perspectiva clara e coesa, o defensor do Serviço Social libertário parece que vem cumprir a tarefa de trazer velhos

equívocos que já foram superados há décadas pela profissão, além de tentar confundir o patamar democrático pelo qual a afirmação do PEP se realizou, associando-o a mecanismos coercitivos e excludentes.

Em face do exposto, infere-se que o PEP compartilha espaço sociopolítico com o antigo projeto conservador e suas atuais versões neoconservadoras, que aspiram a hegemonia e podem alcançar notoriedade e força ao assumirem dimensões coletivas mediante a conquista de segmentos expressivos do universo profissional. Por conseguinte, pode trazer implicações, sobretudo no âmbito da produção acadêmica, do debate político em espaços de discussões da categoria, da formação e do trabalho profissional.

Essa preocupação se explica por vivenciarmos uma condição sócio histórica favorecedora ao levante da extrema-direita no mundo e, em particular, no Brasil, que ganha fôlego com o apoio do grande capital e dos seus fundamentos conservadores que, em última análise, preconiza a superação das utopias e a recusa da abrangência das teorias sociais dotadas de análises totalizadoras e ontológicas sustentadas pela razão. Desse modo, reitera a dimensão do fragmento, do intuitivo, do efêmero e do microssocial (em si mesmos), restaurando o pensamento conservador e antimoderno (YAZBEK, 2018).

Não se pode perder de vista a relação intrínseca entre projeto profissional e projeto societário, de modo que, se o PEP é ligado ao projeto societário de envergadura anticapitalista, o Serviço Social libertário apresenta uma direção, em última instância, legitimadora da lógica capitalista e de seu projeto societário. Isso posto, é possível identificar um considerável embate entre o PEP e o Serviço Social libertário, o qual pode ser compreendido como tendência aliada ao conservadorismo (pós)moderno, vez que o mesmo vem ganhando notoriedade e possível adesão.

Ao refletir sobre a perspectiva hegemônica do Serviço Social, Vasconcelos (2015, p. 299) adverte-nos de que o PEP vem conseguindo manter hegemonia na direção do debate teórico e da luta política dos

processos organizativos da profissão, todavia, "*seu maior desafio* é que ele não mediou nem vem mediando majoritariamente o exercício profissional, nem a formação profissional", com destaque ao ensino privado (presencial e/ou a distância).

Estamos, portanto, frente a processos contra hegemônicos, marcando presença notória nas dimensões da formação e do exercício profissional, espaços que são diretamente influenciados pelas relações e interesses dominantes presentes na sociedade, cujas implicações tanto reforçam a influência do conservadorismo da nossa herança cultural, quanto cria uma demanda explícita para a categoria enfrentar, coletivamente, no debate e no acompanhamento dessas questões que se põem como desafios no cenário coetâneo.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui apresentadas objetivaram apreender a direção social estratégica expressa no Projeto Ético-Político profissional do Serviço Social e as disputas em torno dela. O PEP representa a opção hegemônica de um universo profissional plural e heterogêneo, a partir da qual são oferecidas balizas teóricas, políticas, éticas e técnicas, para subsidiar a dimensão da formação e do trabalho profissional.

Com efeito, cabe afirmarmos que, embora seja dotado de uma hegemonia, tal projeto não se encontra isento de contradições, desafios e tensionamentos. Um dos argumentos que reforçam a nossa ideia é a emergência e presença constante de movimentos contra hegemônicos que se propõem a "renovar" o Serviço Social, com destaque para o chamado Serviço Social libertário que demanda o retorno a valores éticos e posições políticas mais estratificados da profissão, até então superados ao longo do processo de Renovação. Sob um verniz "inovador", o Serviço Social libertário, por meio de suas 23 teses, traz, em seu mote à crítica radical à atual direção social estratégica ao argumentar que não é mais

possível defender o PEP, acusando-o de um projeto doutrinário. Ademais, sua recusa ao marxismo é explicitada sob a égide de que tal vertente teórica encontra-se ultrapassada e, portanto, incapaz de responder às atuais problemáticas sociais.

Destarte, o movimento ora referenciado, a despeito de aparentar-se "inofensivo" para alguns desavisados e desatentos, pode, em larga medida, implicar em sérias repercussões para a categoria, principalmente, se não for problematizado nos espaços de formação e de debates profissionais.

REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a assistente social comentado.** Conselho Federal de Serviço Social/CFESS (Org.). São Paulo: Cortez, 2012.

CISNE, M.; CANTALICE, L. B. de O.; ARAÚJO, L. "Renovação" do Serviço Social brasileiro: um *continuum* à ofensiva conservadora. **Revista Libertas.** Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 307-327, jul/dez, 2020.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2005.

LOPES, V. R. **A produção de conhecimento em Serviço Social sobre o conservadorismo:** rebatimentos à direção social do projeto profissional. 2020, 104f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

MAMEDE, E. L. **A direção ético-política da prática profissional do assistente social:** uma análise no âmbito hospitalar público à luz do projeto profissional. 2009, 227f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

MONTÃNO, C. Um projeto para o Serviço Social crítico. **Revista Katálysis.** Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 141-157, jul./dez. 2006.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, E. M. *et al.* (Org.). **Serviço Social e Saúde:** formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009.

NETTO, J. P. Serviço Social e a tradição marxista. **Revista Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, v. 10, n. 30, p. 89-102, 1998.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, ano XVII, n. 50, 1999.

OLIVEIRA, E. M. de. **23 teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro:** pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0b159lrizwog5tffzmw9vsus2thm/view?fbclid=iwar3norasxsveonfrqsjomwnvugry1wmikass1ngycs5-hlgpa8fh4bv6ftg. Acesso em 28 mai. 2021.

RAMOS, S. R. A construção dos projetos coletivos: refletindo aspectos do projeto profissional do Serviço Social. **Revista Temporális**, n. 05, p. 81-94, 2002.

SIMIONATO, I. As abordagens marxistas no estudo dos fundamentos no Serviço Social. In: GUERRA, Y. *et al.* (Org.). **Serviço Social e seus fundamentos:** conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009.

VASCONCELOS, A. M. **A/o Assistente Social na luta de classes:** Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

YAZBEK, M. C. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social.** In: GUERRA, Y. *et al*. o Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018.

11 AS EXPRESSÕES DA "QUESTÃO SOCIAL" NO ÂMBITO ESCOLAR: A PERCEPÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA-PB

AS EXPRESSÕES DA "QUESTÃO SOCIAL" NO ÂMBITO ESCOLAR: A PERCEPÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA-PB

Aline Maria Batista Machado
Ranyellen Félix de Souza

INTRODUÇÃO

O tema "questão social" já foi bastante debatido por autores da área do Serviço Social como Netto (2001), Guerra et al (2007), Iamamoto (2001), entre outros, porém, pouco estudada na área do Serviço Social na Educação. Esta última autora afirma que "a análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho" (p. 10), e, portanto, defende a tese de que a "questão social" é indissociável do processo de acumulação capitalista. Seguindo essa perspectiva crítica, abordaremos a temática em um dos espaços de trabalho do Assistente Social na área da Educação, a escola pública.

Nosso estudo resulta de uma pesquisa de campo, em nível de mestrado, defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB, a qual teve como objetivo central identificar e analisar as expressões da "questão social" no exercício profissional de assistentes sociais que atuam nas escolas públicas municipais de João Pessoa/PB. Com abordagem qualitativa, fundamentou-se no Materialismo Histórico-Dialético, os sujeitos da pesquisa foram 12 assistentes sociais da rede pública/municipal de ensino e os instrumentos da coleta de dados foram: entrevista semiestruturada, observação sistemática e levantamento documental e bibliográfico.

A pesquisa apresenta a trajetória histórica da profissão, cujas raízes emergem a partir da "questão social", a qual advém da relação capital x trabalho, sendo as políticas sociais suas principais formas de enfrentamento. Além de traçarmos o perfil das assistentes sociais, analisamos suas demandas de trabalho e identificamos expressões da "questão social" e como impactam a relação de acesso e permanência das crianças e adolescentes na escola, desde a evasão ao processo de negação de direitos sociais, como a situação econômica das famílias e relações sociais dos profissionais e estudantes.

A Educação Municipal Pública da cidade de João Pessoa-PB caracteriza-se pela oferta dos níveis de educação infantil e ensino fundamental I e II e das modalidades em educação especial e de jovens e adultos. Divide-se em 97 escolas e 90 Centros de Referências em Educação Infantil (CREIs), dentre as escolas 16 são em tempo integral e 08 parcialmente integrais. Com mais de 63 mil alunos matriculados nos diversos níveis e modalidades. As escolas municipais se organizam em 14 regiões, mas nossa pesquisa só envolveu 12 devido à falta de disponibilidade de horários das profissionais de 2 regiões. Daí serem 12 entrevistadas, uma por região.

Aqui traremos um recorte do nosso estudo, dividindo-o em três partes: O processo histórico da "questão social" no sistema capitalista; Demandas do Serviço Social no âmbito escolar e "questão social" e As expressões da "questão social" das escolas públicas municipais de João Pessoa-PB a partir das experiências das entrevistadas.

1. O PROCESSO HISTÓRICO DA "QUESTÃO SOCIAL" NO SISTEMA CAPITALISTA

A gênese da "questão social" é intrínseca à "lei geral da acumulação capitalista", por isso está historicamente vinculada à relação capital x trabalho. A questão social "diz respeito ao conjunto das expressões das

desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado". (IAMAMOTO, 2001, p. 16).

Conforme Netto (2001), a expressão "questão social" surge após meados do século XIX na Europa, para explicar o fenômeno do pauperismo gerado pelo processo de industrialização, iniciados, na Inglaterra no fim do século XVIII, culminando com a instauração do capitalismo em sua fase concorrencial. Ao apontar a "questão social" como consequência das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa, Iamamoto (2001) também destaca que, ainda que o termo fosse estranho ao universo marxiano, os processos que ela traduz encontram-se no centro da análise de Karl Marx. Ela termina sendo explicada por ele ao decifrar que a sociedade capitalista aponta uma dupla dimensão: de um lado a produção dos bens materiais e do outro a maneira como ela é realizada econômica e socialmente nas relações sociais dentro do processo de produção capitalista, pois este determina as condições materiais da vida a partir das relações de trabalho e, assim, a produção e reprodução das relações sociais.

A dupla dimensão identifica que a principal característica da sociedade burguesa se funda na mercadoria, que ganha caráter determinante nessa sociedade, pois o próprio trabalhador torna-se mercadoria apresentado de maneira personificada como "trabalhador livre", que vende sua força de trabalho, se tornando trabalhador assalariado, determinando as relações sociais do capitalismo.

Netto (2001) analisa que a transformação do pauperismo pela expressão "questão social" se deu diretamente relacionada aos "desdobramentos sócio-políticos". Tais desdobramentos são vistos a partir da mobilização e fortalecimento da classe operária por melhorias de suas condições de vida e de trabalho. Exemplos dessas mobilizações foram as greves, a formação de sindicatos e manifestações públicas como o Movimento Ludita, a Luta Sindical, o Cartismo e os três dias de Guerra Civil – 23 a 26 de junho de 1848, assinalados pelos autores, até aqui mencionados, como o divisor de águas na constituição da "questão

social", pois uma das consequências foi a passagem do proletariado da condição de classe em si a classe para si.

Foram as lutas sociais supracitadas reivindicando outra resposta para suas necessidades que não fossem a caridade e a repressão, postas pelas contradições evidenciadas na relação entre o proletariado e a burguesia que deu força para o reconhecimento da "questão social". Esse reconhecimento dá origem a esfera de direitos do trabalho e principalmente políticos que vão tencionar e mudar o papel do Estado no âmbito capitalista no século XIX e e início do século XX.

Com o desenvolvimento do capitalismo os fenômenos que ligam a vida da classe trabalhadora passam por modificações em decorrência de seu crescimento e neste crescimento a "questão social" continuou sendo produzida e reproduzida, abstraída e perpassada pelas particularidades de cada país que assumiu o capitalismo como sistema de produção. A partir desse contexto, o surgimento das políticas sociais se deu de forma diferenciada nos países, uma vez que dependiam da organização e da pressão da classe trabalhadora.

Netto (2001) arremata dizendo que é no reconhecimento do processo de produção capitalista e de seu desenvolvimento, da "lei geral da acumulação", da relação entre capital e trabalho e, neste caso da exploração, que a "questão social" é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Em vista disso, esse processo contraditório apresenta várias manifestações da "questão social" nos diferentes estágios capitalistas em que o Estado passa a assumir responsabilidade para amenização de suas manifestações.

Ao evidenciar a historicidade da temática no sistema capitalista, os teóricos do Serviço Social a incorpora nas Diretrizes Curriculares de 1996, na compreensão de que seu surgimento determina o processo de constituição e desenvolvimento da profissão do Assistente Social, sobretudo a partir das repostas dadas pelo Estado frente as suas determinações. Behring e Boschetti (2011, p. 64) destacam o final do século XIX "como o período em que o Estado capitalista passa assumir e a realizar

ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade". De modo que o Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, terá como matéria de intervenção as variadas expressões da "questão social".

2. Demandas do Serviço Social no âmbito escolar e "questão social"

A escola, enquanto espaço sócio ocupacional de atuação dos(as) assistentes sociais, é formada por vários sujeitos sociais, pois, como assevera Silva (2012, p. 16), o trabalho desses profissionais deve contemplar a comunidade escolar (professores, servidores, famílias, estudantes e a comunidade). A nosso ver, enquanto instituição educacional, ela deve reconhecer as dimensões da vida social que se apresentam no seu cotidiano, as quais influenciam o percurso da relação ensino-aprendizagem. Daí concordarmos com a perspectiva gramsciana de que a escola é um espaço de disputa de hegemonia, e, portanto, de organização da cultura.

É necessário apreendermos as demandas para além das rotinas institucionais, buscando analisar o movimento da realidade para identificarmos tendências e possibilidades presentes no cotidiano passíveis de serem impulsionadas pelos profissionais. Conforme Iamamoto (2015), o exercício profissional é mais do que o cumprimento de atividades preestabelecidas com atividades burocráticas, imediatas e rotineiras. O trabalho profissional é uma ação guiada por sujeitos que possuem competências para propor e negociar com as instituições os seus projetos para defender o seu campo de trabalho e funções. A autora relata existir sempre alternativas para apropriação das possibilidades e contradições presentes na dinâmica da vida social. Essa apreensão é imprescindível para se evitar o fatalismo e o messianismo presentes no processo histórico da profissão.

O fatalismo mostra-se como se a realidade já estivesse dada, evidenciando uma visão a-histórica que conduz a prática profissional para a acomodação, a rotinização e burocratismo do trabalho desenvolvido. Já o messianismo sinaliza a visão heroica, evitando o confronto com a realidade e com seus limites e possibilidades.

Desse modo, partimos da análise mais ampla das demandas e sintetizamos as ações descritas pelas assistentes sociais nas escolas públicas municipais de João Pessoa-PB da seguinte maneira: Desenvolvimento de ações voltadas a gestão democrática com atividades destinadas para o reconhecimento dos estudantes e familiares como sujeitos de direitos; Mobilização das famílias para participação no processo de ensino e aprendizagem do aluno; Mediação e articulação de conflitos entre os alunos, professores e gestão escolar; Trabalho de acesso e permanência dos alunos a partir de mapeamento de frequências; Participação em trabalhos intersetoriais e multidisciplinar dirigidos a promoção dos aspectos sociais que interfiram na aprendizagem do estudante; Orientação sobre os direitos sociais e orientação das famílias; Trabalho de articulação entre professores e alunos dirigidos a melhoria da relação desses sujeitos para a melhoria do rendimento escolar e de fatores que ocasionem a evasão; Construção, planejamento e execução de Planos, Projetos e Atividades que relacionem a família, aluno e escola; Articulação com ONGs, movimentos sociais, Conselhos de Direitos e Conselhos Setoriais e Assessoramento a prática docente e demais profissionais com temáticas que tenham relação com o sistema de garantia de direitos com os profissionais.

A síntese da interpretação das referidas demandas possibilitou identificar a intervenção profissional nos três eixos apresentados por Martins (2012), são eles: o processo de democratização da educação pública; a prestação de serviços socioassistenciais e socioeducativos e articulação da Política de Educação. No nosso caso, a educação escolarizada em seu nível infantil e fundamental com as demais políticas sociais.

Um dos maiores desafios ainda presente é a articulação entre o exercício profissional com as demandas postas na realidade, gerando

dificuldade de relacionar as ações e as situações particulares da prática do assistente social com a "questão social".

A partir dessa problemática, Guerra (2016) assevera que a "questão social" mais vela do que revela seus fundamentos econômicos e políticos, sendo a intervenção profissional dada no âmbito da "questão social" precisa lidar com suas expressões que são capturadas e atribuídas na lógica minimalista, seletivista, focalista e meritocrática que são incorporadas nas políticas sociais e nos ambientes de trabalho das(os) assistentes sociais.

Para Iamamoto (2015), os assistentes sociais trabalham com a "questão social" nas suas mais variadas expressões e como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família e nos demais campos de suas relações sociais. Ao expressar a desigualdade também expressa rebeldia, pois envolvem sujeitos que as vivenciam ora resistindo e se opondo. É nesse processo dualístico que a profissão se insere, na tensão da produção da desigualdade como da rebeldia e de resistência por parte da população que dela sofre.

É exatamente por essa dinâmica que se faz importante "decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social hoje" (IAMAMOTO, 2015, p.28). De acordo com a autora, discutir a "questão social" na atualidade se dá sob duas perspectivas: a de que se possa apreender as suas várias expressões que constituem as diversas formas de produção e reprodução das desigualdades sociais, quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida. Situados nesse terreno dinâmico movido por interesses distintos que, ao darmos continuidade ao trabalho, consideramos pertinente evidenciar quais foram as expressões da "questão social" que as profissionais identificaram a partir das demandas supramencionadas.

3. As expressões da "questão social" nas escolas públicas municipais de João Pessoa-PB

De acordo com Amaro (2017), o mais antigo registro do Serviço Social na educação se dá no "serviço de assistência ao escolar". Os assistentes sociais eram requisitados a intervir em situações consideradas como "divergentes, desvio ou anormalidade social", uma vez que a escola era vista como um espaço privilegiado de sociabilidade, principalmente no que se referia aos aspectos morais. O avanço da profissão não nos permite mais seguir nessa perspectiva obsoleta, as escolas possuem um ritmo e dinâmica próprias, sendo necessário apreender que cada espaço tem sua história, sua temporalidade, fluxo e rotinas típicas das relações estabelecidas. Contextualizar a escola como *lócus* de atuação profissional supõe "desvendar, observar e analisar criticamente as características organizativas, políticas e culturais da escola como espaço social, coletivo, educativo e de cidadania" (AMARO, 2017, p. 21). Assim,

> a intervenção do Serviço Social na esfera da escola tem papel fundamental de adensar condições de formação desenvolvendo a capacidade de processar informações e lidar com os estímulos do ambiente, organizando os dados disponíveis da experiência, admitindo-se o princípio da aprendizagem significativa, envolvendo a formação de qualidades humanas, físicas, morais, intelectuais, estéticas, culturais – tendo em vista a orientação da atividade humana na sua relação com o meio social, num determinado contexto de relações sociais. (WITIUK, 2004, p. 2).

As assistentes sociais que participaram da nossa pesquisa, as quais atuam em 12 regiões da rede municipal das escolas públicas de João Pessoa-PB, elencaram inúmeras expressões da "questão social", que ora convergiam, ora divergiam nas 12 instituições investigadas, quais sejam: desemprego, consumo, fragilidade nos rendimentos da família,

vínculos informais de trabalho, tráfico, violência, falta de compreensão da função social da escola, problemas de saúde, correlação de forças políticas, falta de capacitação profissional adequada, exclusão social, negação de direitos, evasão, repetência, desistência, ausências/faltas, relações sociais professor e aluno, questões familiares, falta de estrutura escolar, falha na rede de proteção, falsa inclusão, negação de vagas, questão urbana/poluição, falta de habitação/segurança/lazer, situação de rua, fome, negligência/maus tratos e abandono.

Assim, agrupamos as expressões apresentadas nas entrevistas em 03 categorias mais amplas: *Negação de Direitos Sociais, Evasão Escolar* e *Desemprego*, conforme quadros a seguir:

QUADRO 1 – EXPRESSÕES DA "QUESTÃO SOCIAL" AGRUPADAS NA CATEGORIA ***NEGAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS***

1	Falta de compreensão da função social da escola	9	Falha na Rede de Proteção
2	Problemas de Saúde	10	Falsa inclusão
3	Correlação de Forças Políticas	11	Negação de vagas
4	Relações sociais professor e aluno	12	Questão Urbana/Poluição
5	Falta de estrutura	13	Falta de Habitação/Segurança/ Lazer
6	Gravidez na Adolescência	14	Situação de Rua
7	Preconceito/Bullying	15	Fome
8	Relações de Poder	16	Negligência/maus tratos e abandono

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa, 2018.

As entrevistadas estabelecem as expressões da "questão social" como a falta de direitos sociais e nisso incluem a própria educação, que acomete o espaço das escolas e intensificam e justificam sua atuação

nesse âmbito. Nesse sentido, notamos como o processo educativo no Brasil, guiado pela lógica dominante neoliberal, inclina o sucateamento do serviço público e das políticas públicas a fim da privatização da educação. Essa tendência vem sendo contraposta pelos movimentos populares e educacionais que lutam pela defesa de direitos, como o acesso à educação de caráter público, laico e de qualidade.

É sobre esse prisma que sinalizamos como vem sendo a configuração e formulação das estratégias de enfrentamento as expressões contemporâneas da "questão social", nas quais os profissionais têm sido chamados para intermediarem com o intuito de minimizar as desigualdades sociais e contribuir com o acesso e a permanência das crianças e adolescentes na escola. Os assistentes sociais, em sua maioria, vêm cravando suas atribuições dentro desses espaços, sendo, geralmente, uma luta solitária e que as forças para o enfrentamento dessas contradições da sociedade capitalista não deve ser dada exclusivamente por uma categoria profissional, mas na luta coletiva.

QUADRO 2 – EXPRESSÕES DA "QUESTÃO SOCIAL" AGRUPADAS NA CATEGORIA ***EVASÃO ESCOLAR***

1	Evasão/Repetência/ Desistência/ Faltas	4	Violência/ Abuso e exploração/ Facções
2	Trabalho Infantil	5	Desemprego
3	Tráfico/ Drogadição/Alcoolismo	6	Queda de Rendimento

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa, 2018.

No Quadro 2 consideramos a evasão escolar como uma das principais expressões da "questão social" que circunda o universo da escola, demarcado por todas as entrevistadas pesquisadas. A evasão escolar possui várias implicações que perpassam a maioria das refrações da "questão social", desde o trabalho infantil à lógica do tráfico. Martins (2012, p. 198) assevera que a evasão escolar é um fenômeno preocupante

na política educacional e garantir legalmente o acesso à educação é apenas parte desse processo, pois "fatores educacionais e sociais estão imbricados, gerando determinações que afetam a luta pela permanência com sucesso da criança e adolescente na escola pública".

A evasão é compreendida como um fenômeno social complexo e definida por Baggi e Lopes (2011) como a interrupção no ciclo de estudos. Em sentido amplo, é tratada como a saída do aluno da instituição antes da conclusão do seu curso. Os autores analisam que existe diversos conceitos sobre a evasão, desde como sendo a interrupção no ciclo de estudos, visto como a fuga de alunos, mas que resultam de diversos fatores que englobam processos sociais e culturais, como pudemos verificar na pesquisa. São diversos os fatores que expressam a saída ou expulsão desses alunos do processo educativo e que propagam a desigualdade social.

Dados do INEP revelam, em todas as etapas de ensino, uma queda progressiva na evasão escolar de 2007 a 2013, mas com uma alteração a partir de 2014, quando as taxas aumentam. Portanto, uma das demandas para o Serviço Social em todas as escolas pesquisadas.

As formas de enfrentamento com intervenções profissionais variam, vão desde visita domiciliar, em sua minoria, para identificar os motivos da evasão, como contatos telefônicas, envio de instrumental para notificação da família e/ou responsáveis, pretendendo uma intervenção junto à criança e à família, com o objetivo de retorno da criança ou adolescente para a escola, até intervenções de caráter mais amplo, como a notificação ao Conselho Tutelar e a articulação com a política de assistência social, por exemplo.

Sob esse desvelamento que os profissionais vêm atuando, pois, conforme Martins (2015), no cotidiano escolar ocorre também o ocultamento, ou o não desvelamento, da condição de classe social e as mazelas da ordem perversa da sociedade capitalista que assolam todos os âmbitos da vida social, principalmente referentes à precarização e exploração do trabalho e da efetivação de direitos sociais.

A nosso ver, a presença de um assistente social nesse espaço tem muito a contribuir na política de educação, pois suas reflexões críticas, que envolvem a análise da história de vida de cada sujeito usuário da política no contexto da totalidade social, permitem a não culpabilização ou naturalização das expressões da "questão social" e das contradições entre capital e trabalho. Se tornando uma referência como profissional para os encaminhamentos das demandas dos sujeitos para os locais de referência, informando e contribuindo com a formação crítica da comunidade escolar daquilo que é direito social, provocando o debate das relações de campo político no espaço escolar.

Santos (2012) evidencia a discussão que o movimento da realidade social e histórica, ao se reproduzir, altera os diversos aspectos da vida e, ao acontecer, impacta diretamente nas demandas "institucionais e socioprofissionais" apresentadas ao Serviço Social. Desse modo, cada vez mais as refrações da "questão social" se diversificam e promovem mais urgência nas políticas públicas, principalmente no papel da universalidade dos direitos, já o desemprego é marcado pela flexibilidade e abarca toda a vida dos sujeitos sociais. Como verificamos no Quadro 3.

QUADRO 3 – EXPRESSÕES DA "QUESTÃO SOCIAL" AGRUPADAS NA CATEGORIA ***DESEMPREGO***

1	Fragilidade nos rendimentos da família	5	Pobreza
2	Vínculos Informais de trabalho	6	Falta de capacitação profissional adequada
3	Tráfico	7	Desemprego
4	Negação de Direitos	8	Exclusão social

Fonte: Pesquisa de Campo, João Pessoa, 2018.

Questões como os vínculos informais, fragilidade nos rendimentos, introdução de famílias no trágico ou de vínculos informais, asseguram questões como a evasão nos espaços da escola, como também (aqui

compreendendo a lógica mercadológica dos serviços) a própria negação de direitos que passam a ser considerados comprados, como a própria alimentação e o lazer.

Pimentel (2012), ao analisar o desemprego crônico, estabelece que ele vem preocupando a sociedade atual, tendo em vista que com seu aumento nenhuma tentativa de resolvê-lo não alcançara êxito. Sabemos que pela ordem capitalista essa superação nunca ocorrerá, pois com a crescente superpopulação relativa, ou seja, a força de trabalho excedente, o capital provoca a concorrência entre os trabalhadores com o intuito de aumentar a procura por trabalho e competição a classe que dele precisa para subsistir. É o que Marx (2013) conceitua como superpopulação relativa: toda uma classe de trabalhadores que se encontram desempregados.

Pimentel (2012) entende que é no desemprego que se estabelece a relação direta entre o agravamento do pauperismo na atualidade, articulando com o fenômeno da fome e das derivações do trabalho supérfluo. A autora considera o desemprego em massa o mais grave problema social, o qual está intimamente relacionado a explosão populacional e ao fenômeno da escassez criada e imposta pela sociedade capitalista. As consequências decorrentes é a expulsão de gente "qualificada e não qualificada" para o exército de desempregados, alcançando toda população, independentemente de sua faixa etária.

A autora enfatiza que, ao se agravar no decorrer da história, o fenômeno do desemprego foi colocando à tona as contradições e antagonismos do sistema em sua conjectura global e, por conseguinte, em vez de minorar a problemática se vê o agravamento da situação, assolando os países chamado Terceiro Mundo e de capital avançado, justificando, assim, o problema da pauperização e da fome, como também verificamos na fala da entrevistada:

> a gente não ouvia crianças com fome na escola e esses dois últimos anos e esse ano, agora, 2018, isso acontece quase que diariamente, são crianças adoecendo com

> frequência, (...) elas podem até estar alimentadas, mas não estão nutridas, então adoece com muita frequência, um elevado número de faltas, crianças que, com baixa concentração, não conseguem ficar muito tempo na sala e entra e sai, entra e sai. Quando a gente vai conversar e aí ela diz: "Não, porque..." isso na segunda-feira, não é? "Não, porque eu comi sábado à noite"! Então, assim, isso, é, eu fico chocada com isso, não é? Incomoda, porque fome é fome. (E8, 2018).

A realidade é que esse fenômeno, no Brasil, vem se agravando, diante da falta de investimento em políticas sociais do governo de matriz conservadora do presidente Jair Bolsonaro.

Essas características acometem o mundo do trabalho e provocam a discussão do empreendedorismo e expulsam parte da população para o mercado informal, pois o desemprego, nas palavras de Pimentel (2012), representa um enorme perigo a totalidade do sistema ao estar profundamente entrelaçado com a dinâmica interna do capital. As formas de atenuar os conflitos e nisso de administrar essa nuance da "questão social", nos dias hodiernos vem perdendo o sentido. Santos (2012) analisa o desemprego como expressão da "questão social", afirmando que ele se impõe como prioridade em apreciação crítica na medida que "é resultante do mecanismo básico da [...] lei geral da acumulação capitalista" (IBIDEM, p. 234). Ou seja, mesmo que os governos neoliberais apontem o combate ao desemprego com estímulo ao mercado para ampliar geração de emprego e renda, no fundo a raiz real (acumulação capitalista) do problema não muda enquanto vivermos no sistema capitalista, que com suas crises estruturais acabam gerando ao longo dos anos mais desempregos e atacando os direitos trabalhistas e previdenciários.

Santos (2012) aponta que "políticas de assistência não podem substituir políticas de emprego ou mesmo de seguridade social" (IBIDEM, p. 235). Para ela, o desemprego, enquanto expressão da "questão social", adquire o caráter de desemprego estrutural na economia brasileira

marcado pelo auge da "industrialização pesada" e do capitalismo retardatário completar seu ciclo. O que ocorre no Brasil é a instalação da flexibilização do trabalho, justificado nesse período pelo "fordismo a brasileira", em que uma quantidade de força de trabalho fica à disposição do capital, aprofundando precariedade e instabilidade dos vínculos, no qual foi constituindo todo o respaldo e enfrentamento a essa refração até o momento atual.

Dessa maneira, a acumulação flexível envolve e resulta implicações que impactam as relações e processos de trabalho, como a forma de sua regulação e a divisão em âmbito internacional do trabalho. Entra no debate a flexibilização das legislações trabalhistas que atinge a CLT, o seguro desemprego que também sofreu alterações, desde o ano de 2014, a crescente utilização do trabalho terceirizado, que atinge toda a esfera pública e com isso o aumento da iniciativa privada nos setores públicos, como os precários vínculos trabalhistas e o aumento da informalidade.

No final do ano de 2017 a reforma trabalhista foi aprovada e entrou em vigor, com o discurso de criar empregos e diminuir a informalidade, o que na realidade vemos é uma das mais profundas mudanças nas leis trabalhista. De acordo com a PNAD 2018, a informalidade cresceu no Brasil de 2017 a 2018, pois em 2017 o país tinha 37,3 milhões de pessoas trabalhando sem carteira assinada, o que significa 1,7 milhão a mais do que em 2016, quando 35,6 milhões trabalhadores estavam nesta situação, isso abarca 40,8% de toda a população ocupada (que exerce alguma atividade remunerada) no país, de acordo com o IBGE.

Com a agudização das expressões da "questão social", o que vem sendo dado como resposta é a hibridez sinalizada por Guerra (2016), de assistencialização e a mercantilização. Portanto, nossa preocupação com a temática "questão social" fundamenta-se sobretudo na sua relação inerente "as mediações sócio-históricas que tornaram possível e necessária a emergência da profissão de Serviço Social, a qual, por sua vez, se constitui como expressão das necessidades socioeconômicas e ídeo-políticas da ordem burguesa" (GUERRA et al, 2007, p 237) no qual

adquiriu centralidade no exercício profissional, a partir da intervenção do assistente social, justificando, assim, a necessidade da busca na cena contemporânea de compreender como elas se expressam e são identificadas pelas assistentes sociais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo evidenciou como a realidade concreta revela a "questão social" como o conjunto de desigualdades sociais expressas na sociedade capitalista. Vimos que ela se revela pelo processo indissociável de acumulação e de reprodução do capital e dos efeitos produzidos sobre o conjunto da classe trabalhadora.

Na atualidade a essência da "questão social" permanece a mesma, o conflito entre capital e trabalho, cujas expressões foram sendo enfrentadas via políticas sociais e assim se constituíram como principais contratantes dos profissionais de Serviço Social. A entrada no cenário do Estado no reconhecimento de direitos socais e políticos propicia o surgimento das políticas sociais, tidas como "respostas e formas de enfrentamento" as expressões da "questão social".

De modo que a profissão tem sua trajetória histórica relacionada ao processo de estruturação das políticas sociais, que se tornaram um *lócus* privilegiado de sua atuação. Aqui evidenciamos a necessidade de pesquisar como as múltiplas expressões estão sendo encontradas nas políticas sociais, particularmente apontando a escola como campo de pesquisa e a educação como um direito social que sofre os rebatimentos tanto da estrutura como da conjuntura capitalista.

Nossa pesquisa sinalizou que a inserção de assistentes sociais na Política de Educação ao longo das últimas décadas responde requisições socioinstitucionais para a ampliação das condições de acesso e de permanência da população em seus diferentes níveis e modalidades, principalmente no que tange aos aspectos intrínsecos as expressões da

"questão social". Esse tem sido o norte de mobilização e organização dos assistentes sociais, estando em consonância com o nosso projeto político profissional, voltado para a participação política de enfrentamento e denúncia as desigualdades sociais da sociedade que vivemos.

O sistema capitalista produz e aprofunda a "questão social" e os diferentes estágios capitalistas lançam diferentes manifestações dessa "questão". A escola apenas se reflete aquilo que o conjunto maior da sociedade burguesa se configurou, um campo desumano e cada vez mais voltado a prioridade da propriedade privada em detrimento da igualdade e justiça social, porém, contraditoriamente, também um campo de disputa de hegemonia e de possibilidades de construção da humanização.

As demandas diversas no âmbito das escolas incidem em situações que mesmo não sendo novas ao universo da educação escolarizada, hoje se manifestam de forma muito mais intensa e complexa, em que a "questão social" se releva ora mascarando problemas, ora manifestando essa relação contraditória e as escolas tem sido diretamente impactada por ela.

Conforme os autores da área, é apenas com a análise crítica dos fundamentos sócio-históricos da profissão, os quais explicam a "questão social", que podemos desvelar os falsos entendimentos sobre ela no cotidiano profissional, fortalecendo a intervenção profissional competente e afinada com nosso projeto profissional.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios**. 1 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BAGGI, Cristiane A. dos Santos. LOPES, Doraci A. **Evasão e Avaliação institucional no Ensino Superior: uma discussão bibliográfica**. 2011. Disponível.em:http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n2/a07v16n2.pdf. Acesso em 18 mar 2021.

BEHRING, Elaine R. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamento e história**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Yolanda; ORTIZ, Fátima G; SANTANA, Joana V.; NASCIMENTO, Nádia S. F. Elementos para o debate contemporâneo da "questão social": a importância de seus fundamentos. **Revista Políticas Públicas nº 2**. São Luiz, 2007.

GUERRA, Yolanda. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. In: MOTA, Ana Elizabete e AMARAL, Ângela (Org.). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo:
Cortez, 2016.

IAMAMOTO, M. V. A Questão social no Capitalismo. **Temporalis nº 3**. Brasília: ABEPSS, 2001.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MARTINS, Eliana B. C. **Educação e Serviço Social: elo para a construção da cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

MARTINS, Eliana B. C. O rebatimento das expressões da questão social no cotidiano escolar e a contribuição do Serviço Social. In: DAVID, CM., et al. (Orgs). **Desafios contemporâneos da educação [online]**. São Paulo: UNESP/Cultura Acadêmica, 2015.

MARX, Karl. **O Capital. Livro I O processo de produção capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da "Questão Social". **Temporális nº 3**. Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.

PIMENTEL, Edilene. **Uma "nova questão social"? Raízes materiais e humano-sociais do pauperismo de ontem e hoje**. Maceió: UFAL, 2012.

SANTOS, Josiane Soares. **"Questão Social": particularidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Marcela Mary J. da. O lugar do Serviço Social na educação. In: SILVA, Marcela Mary J. **Serviço Social na Educação: teoria e prática.** Campinas: Papel Social, 2012.

WITIUK, Ilda Lopes. **A Trajetória Socio-Histórica do Serviço Social no Espaço da Escola**. Tese de Doutorado/PUC-SP. São Paulo, 2004.

NOTAS DE FIM

1 Nos referimos ao já bem debatido esgotamento do projeto político dos governos do PT (social liberal). Ver a esse respeito Rojas (2014); Mélo (2016); Iasi (2017).

2 Utilizado por Demier (2020) para caracterizar o atual estágio do capitalismo neoliberal no Brasil. Este autor afirma que: "No desigual e combinado Brasil, onde diferentes tempos e fases históricas se comprimem em uma mesma temporalidade, onde o ultramoderno se combina ao arcaísmo mais ancestral, revitalizando-o, e onde a história se faz aos saltos (com uma perna só, muitas vezes), essa nova etapa do capitalismo neoliberal, isto é, o ultraneoliberalismo, parece assumir a sua forma mais nítida e, por isso mesmo, mais suja. Em termos políticos, o neofascismo bolsonarista no poder e as tendências semibonapartistas do regime democrático-blindado atual são as suas lidimas expressões". (p.18-19).

3 Sobre o qual apresentaremos maiores detalhes no capítulo seguinte, tendo em vista que além de projeto de lei, ele também se coloca na sociedade brasileira enquanto um movimento organizado com forte incidência ideológica nessa segunda década dos anos 2000.

4 Destacamos que a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 se deu pelo Partido Social Liberal (PSL – 17) e que em 2019 fundou a organização política Aliança pelo Brasil, passando a presidi-la na tentativa de transformá-la em partido político.

5 O amplo contágio pelas variantes do novo coronavírus no Brasil tem consequências que remetem para além de comprometimentos da saúde da população e da capacidade operacional do Sistema Único de Saúde. Envolvem dimensões econômicas, sociais, culturais, territoriais, com desdobramentos de amplo alcance. Por isso, consideramos adequado o uso do termo sindemia.

6 https://clubemilitar.com.br/artigo/clube-militar-apoia-nota-oficial-do-ministerio-da-defesa/.

7 Levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU), apurou a presença de 6.157 militares, ativos e na reserva, em cargos civis no governo Bolsonaro em 2020. Esse quantitativo é mais do que o dobro dos governos anteriores. Os militares estão distribuídos entre os cargos de comando do alto escalão, incluindo Ministérios estratégicos e empresas estatais, até a 2ª, 3ª e 4ª cadeia de comando. https://www.conjur.com.br/dl/levantamento-tcu.pdf.

8 A CPI da COVID foi instalada a partir de decisão liminar de 08/04/2021, expedida pelo Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal - STF, atendendo mandado de segurança (MS 37760), de autoria dos Senadores Alessandro Vieira (SE) e Jorge Kajuru (GO), ambos do Cidadania. O Plenário do STF referendou a decisão liminar do Ministro Barroso em 14/04/2021.

9 Caixa 2 refere-se ao dinheiro não contabilizado e não declarado aos órgãos oficiais de fiscalização, cuja origem é desconhecida. Fonte: https://exame.com/brasil/o-que-e-caixa-2-entenda-o-que-isso-significa-para-campanhas-eleitorais/.

10 https://lp.seminariodefilosofia.org/.

11 Dentre eles podemos citar A Nova Era e a Revolução Cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci (1994), O jardim das aflições (1995), O imbecil coletivo (1996), o mínimo que você precisa saber para não ser um idiota (2013), O futuro do pensamento brasileiro (2016).

12 https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,vendas-de-livros-de-olavo-de-carvalho-triplicam-desde-eleicao,70002686383.

13 Vídeo da ocasião pode ser encontrado no canal de Youtube Central de Oposição, disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=uNItXiDkzzQ.

14 https://www.youtube.com/watch?v=YGChu5vxl30; https://g1.globo.com/tudo-sobre/sara-winter/

15 https://livrariasarawinter.com.br/recomendacoes-sara

16 Em postagem no Twitter, Flávio diz que Olavo é sua referência: https://twitter.com/FlavioBolsonaro/status/1051861223770345472.

17 Em entrevista concedida ao programa "Mariana Godoy entrevista" Eduardo conta que Olavo é referência filosófica: https://www.youtube.com/watch?v=ITdPd-P9TBs.

18 Em postagem no Twitter, Carlos afirma que Olavo é a inspiração por trás das transformações no país: https://twitter.com/CarlosBolsonaro/status/1093174936859013121.

19 https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/07/4934900-moraes-abre-novo-inquerito-e-mira-flavio-e-carlos-bolsonaro-por-fake-news.html.

20 https://oglobo.globo.com/brasil/filipe-martins-presta-depoimento-policia-legislativa-no-senado-deve-ser-indiciado-24959763.

21 https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/bolsonaro-posta-foto-ao-lado-de-olavo-de-carvalho-nos-estados-unidos.

22 https://globoplay.globo.com/v/8246558/.

23 https://www.jornalnh.com.br/noticias/pais/2020/08/14/aluno-de-olavo-de-carvalho-assume-coordenacao-de-apoio-a-quilombos-da-palmares.html.

24 O MBL passou a criticar a influência de Olavo no governo, ao passo que Olavo ataca o MBL por não participar de atos pró-Bolsonaro. Fontes: https://oglobo.globo.com/epoca/o-que-pensa-direita-que-se-tornou-anti-bolsonaro-23669904.

https://catracalivre.com.br/cidadania/olavo-de-carvalho-parte-para-baixaria-com-kim-kataguiri-nas-redes/.

25 O documento foi protocolado no dia 30 de junho e contou com 45 signatários, entre parlamentares, partidos políticos e organizações da sociedade civil. Fonte: https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/30/veja-a-lista-de-quem-assinou-o-superpedido-de-impeachment-de-bolsonaro.ghtml.

26 https://olavodecarvalho.org/.

27 O canal (https://www.youtube.com/user/olavodeca) atualmente possui 355 vídeos publicados, com mais de 67 milhões de visualizações.

28 https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/05/orvil-livro-secreto-da-ditadura-inspira-guerra-cultural-de-bolsonaro.shtml.

29 Para o autor Húngaro, a apologética das contradições do capitalismo é característica da decadência ideológica da burguesia no período pós revolução de 1789, quando visando a manutenção da dominação de classe, se torna conservadora.

30 A Filósofa Marcia Tiburi (2019), trazendo uma discussão filosófico-política do conceito de delírio a partir da psicologia e da psiquiatria, define-o como "uma construção organizada como um sistema, com lógica própria, embora pareça simplesmente uma narrativa absurda. Estamos falando de uma construção paradoxal. De algo incrível, inacreditável e, mesmo assim, objeto da crença de seu autor. E de seus seguidores." (TIBURI, 2019, p. 15)

31 https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-12/teorias-conspiratorias-do-qanon-varrem-o-mundo-e-sao-mais-perigosa-do-que-parecem.html.

32 No referido texto, Olavo escreve tópicos conspiracionistas como "mentiras gays" (p. 218), faz revisionismo histórico com a colonização africana (p. 82) e naturaliza a estrutura patriarcal da sociedade (p. 228).

33 Em postagem no seu blog Olavo afirma que o PT estaria "imbuído" do projeto gramsciano: https://olavodecarvalho.org/pt-o-partido-dos-ricos/.

34 Paráfrase do termo "hipocondria da anti-política", que dá nome ao livro de Domenico Losurdo (2014).

35 Página oficial do movimento que apresenta suas ideias e inclusive possui uma seção com anteprojetos pré moldados para serem propostos em âmbito municipal, estadual e federal: https://www.escolasempartido.org/.

36 https://www.averdadesufocada.com.

37 https://www.youtube.com/watch?v=sfSsci91MC4.

38 https://www.uol.com.br/splash/noticias/ooops/2021/07/06/exclusivo---governo-federal-vai-lancar-mais-um-canal-de-tv.htm

39 https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/07/4936179-braga-netto-repudia-em-nota-declaracoes-de-aziz-sobre-militares.html.

40 Dados referentes ao mês de abril de 2021, disponível no site do Ministério da Cidadania, acessado em: 19 de julho de 2021.

41 Dados disponíveis no Portal da Transparência, da Controladoria Geral da União (CGU), acessado em: 24 de julho de 2021.

42 Idem.

43 Nesse contexto, a Questão Social é compreendida como um conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos (IAMAMOTO, 2010, p. 10).

44 Dados constantes no Livro – Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística referentes ao ano de 2020. Disponível em: https://

biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf. Acesso em: 17 de julho de 2020.

45 Índice estatístico utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda. Onde 0 indica à completa igualdade de renda e 1 à completa desigualdade.

46 "A Topografia Social Regionalizada do Estado da Paraíba configura-se como uma ferramenta de estudo – socioterritorial, transdisciplinar e multidimensional, de planejamento e gestão de políticas públicas. [...] Esse estudo é resultado do Projeto "Proteção Social e Gestão Intersetorial de Territórios de vulnerabilidade social no Estado da Paraíba", apresentado pela secretária de Estado e do Desenvolvimento Humano da Paraíba, Maria Aparecida Ramos de Meneses, aprovado em reunião do Conselho gestor do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Estado da Paraíba – FUNCEP/PB, em dezembro de 2012. O projeto foi executado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPPS), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), sob a coordenação da Professora Dra. Marinalva de Sousa Conserva (NEPPS/PPGSS/UFPB), cuja gestão financeira ficou sob a responsabilidade da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba – FAPESQ-PB." (CONSERVA et al, 2017, p. 27) Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/nepps/wp-content/uploads/2018/10/TOPOGRAFIA-SOCIAL_DIGITAL-NA-UNIA_O_25-09-2018.pdf. Acesso em 19 de novembro de 2019.

47 Fonte: SAGI/MC. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/relatorio-resumido-estadual.html. Acesso em 15 de fevereiro de 2020.

48 Diagrama construído a partir do Quadros Orçamentários consolidados das Leis Orçamentarias dos anos 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa. Acesso em 15 de janeiro de 2020. E de Informações do

Portal de Acesso à Informação do Ministério da Cidadania. Disponível em: http://www.cidadania.gov.br/acesso-a-informacao/receita-e-despesas/rec_desp. Acesso em 24 de fevereiro de 2020.

49 Dados disponíveis em: https://auxilio.caixa.gov.br/#/inicio. Acesso em: 17 de julho de 2020.

50 Dados referentes a estimativas de pessoas que podem ser beneficiadas com o auxílio emergencial de R$ 600,00, extraídos da PNAD Contínua 2018. Disponível em: https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2020/auxilioEmergencial.pdf. Acesso em: 19 de julho de 2021.

51 Informações sobre estimativa populacional da Paraíba foi obtido em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb.html. Acesso em: 20 de julho de 2021.

52 Dados obtidos através do Relatório de Informações Sociais da SAGI/MC referentes ao ano de 2020 sem considerar cancelamentos de ofício, judicial e extrajudicial, até mesmo os ocorridos em 2021, de maneira extraordinária. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/index.php?codigo=25&aM=0. Acesso em: 22 de julho de 2021.

53 Conforme a Fiocruz (2021), disponível em: https://portal.fiocruz.br/en/coronavirus/perguntas-e-respostas?page=1. Acesso em: 28 jun. 2021.

54 Conforme o Ministério da Saúde (2021), disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus. Acesso em: 28 jun. 2021.

55 Justificamos que especificamente o projeto PIBIC 2020-2021 concentrou os estudos no território de Acaú-PB, porção territorial da RESEX (RAG) localizada em território paraibano.

56 As ações referentes à política de saúde serão analisadas na segunda fase do Projeto.

57 Uma das principais políticas de apoio e incentivo à agricultura familiar no Brasil.

58 Segundo dados públicos da B3 (Ibovespa), em 24 de junho de 2021.

59 Apenas Cogna, Yduqs, Anima, Afya, Cruzeiro do Sul, são sociedades empresariais de capital aberto. Os valores são aproximativos, conforme dados públicos divulgados pela B3, Infomoney e notícias dessas instituições, acessadas em 22 de junho de 2021. Não conseguimos informações atualizadas quanto receita e/ou patrimônio dos grupos Unicesumar, Tiradentes, Unip e Uninove.

60 Analisamos esse processo de financiamento da educação privada a partir de benefícios fiscais e apropriação do fundo público em Silva (2021).

61 Ao afirmarmos que o PEP possui uma hegemonia, ressaltamos que essa categoria foi amplamente discutida pelos estudos do italiano Antônio Gramsci, cujas contribuições incidiram sobre o Serviço Social, sobretudo após os anos de 1980, quando a profissão estabeleceu uma interlocução com alguns autores de formação crítico-dialética. O desenvolvimento dessa temática foi, sobremaneira, tratado nos Cadernos do Cárcere, cujas inquietações de Gramsci seguiam a dinâmica dos acontecimentos do contexto italiano, em plena efervescência política e avanço do fascismo. Como o objetivo deste artigo não é analisá-la de forma aprofundada e minuciosa, todavia apenas apreendê-la na perspectiva do projeto profissional, cujo direcionamento é hegemônico, não será desenvolvida uma exposição larga sobre ela.

62 *Como forma de ilustração desses estudos, citamos a dissertação: "*A direção ético-política da prática profissional do assistente social: uma análise no âmbito hospitalar público à luz do projeto profissional", que constatou o posicionamento velado, sem confronto, mas da presença real de profissionais que defendiam a realização do Serviço Social Clínico e Terapêutico, assim como revelou que a direção social prevalecente

no trabalho profissional estava conformada às tendências conjunturais e às normas institucionais, reforçando a reprodução da ordem vigente e o seu jogo de poder.

63 A pesquisa em tela intitula-se "A produção de conhecimento sobre o conservadorismo no Serviço Social: rebatimentos à direção social do projeto profissional". Teve como objetivo analisar como o fenômeno do conservadorismo tem sido discutido no âmbito da produção de conhecimento em Serviço Social e suas implicações à direção social do projeto profissional. Seus resultados apontaram que a atual direção social tem sido alvo de disputas contra hegemônicas, a exemplo do que preconiza o chamado Serviço Social libertário.

64 Segundo Guerra (2005), a racionalidade é construída na prática social e histórica dos homens. A racionalidade crítico-dialética do Serviço Social, especificamente, possui modos particulares de plasmar-se, que conforma um modo de operar, o qual não se realiza sem instrumentos técnicos, políticos e teóricos, tampouco sem uma direção finalística e pressupostos éticos, que incorporam o projeto profissional.

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Alecsonia Pereira Araújo

Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora do Setor de Estudos e Pesquisas em Saúde e Serviço Social (Sepsass). Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPB. Tem experiência nas áreas Política de Saúde, Saúde Mental, Avaliação de políticas sociais e fundamentos do Serviço Social.

Aline Maria Batista Machado

Professora Associada do Departamento de Serviço Social da UFPB, dos Programas de Pós-graduação em Educação e de Serviço Social da mesma universidade; sendo Vice-coordenadora deste último; Doutora em Educação, Mestre em Serviço Social e Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS/CNPq. Membro do Coletivo Paraibano da Práxis Freireana.

Almira Almeida Cavalcante

Assistente Social da Secretaria de Educação do Município de João Pessoa-PB. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPPS/UFPB). Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da UFRN. Tem experiência nas áreas de Políticas Sociais e Públicas, Política de Assistência Social, Política de Educação.

Ana Paula Rocha de Sales Miranda

Professora Associado do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Vice-líder do Setor de Estudos e Pesquisas em Saúde e Serviço Social (SEPSASS). Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Fundamentos do Trabalho Profissional e em Saúde Pública, Política de Saúde Mental e Gestão dos Recursos Humanos.

Dandara Emilly Silva Chagas

Assistente Social, formada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Danielle Viana Lugo Pereira

Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora do Setor de Estudos em Cidadania e Teoria Social (SECTS). Tem experiência na área de Direitos Humanos e Fundamentos do Serviço Social, com ênfase no trabalho profissional. Atualmente coordena pesquisa PIBIC (2020-2021): "O trabalho de assistentes sociais em tempos de pandemia do novo coronavírus: tensões, significados e contribuições".

Edna Tania Ferreira da Silva

Professora Associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise de Conjuntura e Política Social (GEPACOPS). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Tem experiência na área de Serviço Social e Política Social, atuando

principalmente nos seguintes temas: Fundamentos do Serviço Social, Avaliação de Políticas Sociais e Programas Sociais.

Eliane Leite Mamede

Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Pesquisadora integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise de Conjuntura e Política Social (GEPACOPS). Mestre em Serviço Social pela UFPB. Tem experiência na área de Fundamentos em Serviço Social, com ênfase nas temáticas do projeto ético-político e trabalho profissional; e no tema Crianças e Adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Emanuel Luiz Pereira da Silva

Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social e Permanente do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Coordenador de Curso de Graduação em Serviço Social da UFPB. Professor Pesquisador e Vice-líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPPS). Doutor e Pós-doutoramento em Serviço Social pela PUC/SP. Tem experiência nas áreas de Políticas Sociais e Públicas, Política de Assistência Social, Povos Originários e Tradicionais, Questões Socioambientais, Pesca Artesanal e Estudos Territoriais.

Jaldes Meneses

Prof. Titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação da UFPB

Jamerson Murillo Anunciação de Souza

Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Assistente Social, Mestre e Doutor em Serviço

Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). https://orcid.org/0000-0003-2398-1748.

Jaqueline Figueredo Silva

Graduanda do curso de Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Voluntária PIBIC (2020-2021). Membro do Grupo de Estudos Culturais (GEC).

Junia Winner Higino Pereira

Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (2020). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Política Social na Contemporaneidade da Universidade Federal da Paraíba (GEPSS-PPGSS-UFPB).

Leid Jane Modesto da Silva

Assistente Social pela Universidade Federal da Paraíba (BR), 2016; Especialista em Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (BR); Mestranda em Serviço Social – Universidade Federal da Paraíba (BR). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais – NEPPS/PPGSS/UFPB. E-mail: leid.modesto@gmail.com ORCID: https://orcid.org/0000-8522-2782

Leidiane Souza de Oliveira

Professora Assistente do Departamento de Serviço Social – DSS da UFPB. Mestre em Serviço Social pela UFRN e Doutoranda em Serviço Social pela UFPE. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Política e Trabalho – GEPET, DSS/UFPB, no qual coordena a linha de Pesquisa *Trabalho, Luta de Classes, Ideologia e Patriarcado*.

Luciana Batista de Oliveira Cantalice

Doutora em Serviço Social pela UERJ. Professora Adjunto do Departamento de Serviço Social da UFPB e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRN. Coordenação Nacional do Grupo Temático de Pesquisas em Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional da ABEPSS. Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Política e Trabalho (GEPET-UFPB) e Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Ética e Direitos Humanos (GEPTED-UFRN).

Marcelo Sitcovsky

Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor Associado do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho – GET, da Universidade Federal de Pernambuco.

Márcia Emília Rodrigues Neves

Professora Titular do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Política Social na Contemporaneidade (GEPSS-PPGSS-UFPB). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2010). Tem experiência na área de Serviço Social e de políticas sociais, com ênfase na seguridade social, destacando-se previdência e assistência social.

Maria Betânia Gomes da Silva

Graduanda do curso de Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Grupo de Estudos em Filosofia e Crítica Social (GEFICS) e do Setor de Estudos em Cidadania e Teoria Social (SECTS). Bolsista PIBIC (2020-2021).

Maria das Graças Miranda Ferreira da Silva

Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análise de Conjuntura e Política Social (GEPACOPS). Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Tem experiência na área de Serviço Social e Política Social. Colaboradora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Adolescentes, Crianças e Famílias (GEPAC) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular e Serviço Social (GEPEDUPSS).

Marinalva de Sousa Conserva

Professora Titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (BR); Pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2018); Doutora em Serviço Social pela Universidade do Rio de Janeiro (2003); Coordenadora do PPGSS/UFPB e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais – NEPPS (www.neppsufpb.com.br); E-mail: mconserva@uol.com.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5592-623

Mauricelia Cordeira da Silva

Professora Assistente do Departamento de Serviço Social da UFPB. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRN Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Política e Trabalho (GEPET-UFPB) e do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Ética e Direitos Humanos (GEPTED-UFRN). Integra a Comissão de Educação do CRESS 13ª Região.

Ozivan Mendonca Bezerra

Graduando em Serviço Social pela UFPB. Voluntário PIVIC/UFPB 2020-2021. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais

(NEPPS/UFPB). Tem experiência nas áreas de Políticas Sociais e Públicas, Política de Assistência Social, Povos Originários e Tradicionais.

Patrícia Albuquerque Medeiros

Graduanda e Mestranda em Serviço Social pela UFPB. Bolsista PIBIC/CNPq/UFPB 2020-2021. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPPS/UFPB). Tem experiência nas áreas de Políticas Sociais e Públicas, Política de Assistência Social e Geoprocessamento.

Patrícia Barreto Cavalcanti

Professora Titular do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Líder do Setor de Estudos e Pesquisas em Saúde e Serviço Social (Sepsass). Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Tem experiência nas áreas de Serviço Social, Políticas Públicas com ênfase em Política da Saúde e Gestão do SUS.

Rafael Nicolau Carvalho

Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisador do Setor de Estudos e Pesquisas em Saúde e Serviço Social (Sepsass). Doutor em Sociologia pela UFPB. Tem experiência nas áreas de Políticas Públicas, Política de Saúde mental e intersetorialidade.

Rafaella Guimarães Sitcovsky

Assistente Social, mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Saúde Mental pelo Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva da UFPB. Graduanda de Direito na Universidade Federal da Paraíba. Entre 2019 e 2020 foi coordenadora estadual do programa

Primeira Infância no SUAS, na Paraíba. Atualmente, é Diretora da Proteção Social Especial, no munícipio de Bayeux-PB.

Ranyellen Félix de Souza

Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Assistente Social da Organização da Sociedade Civil Casa de Cultura Ilé Asê d'Osoguiã e membro do GEPEDUPSS/CNPq.

Thaúanna Gomes Cavalcante

Assistente Social e Mestranda em Serviço Social pela UFPB. Bolsista de Mestrado CNPq. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPPS/UFPB). Tem experiência nas áreas de Políticas Sociais e Públicas, Política de Assistência Social, Pesca Artesanal e Povos Originários e Tradicionais.

Vanessa Carla Borges de Lima

Assistente Social e mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (BR).Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais – NEPPS/PPGSS/UFPB. E-mail: vanessalima15@hotmail.com http://lattes.cnpq.br/8459217306378193

Vinícius Rafael Lopes

Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Integrou o Grupo de Estudos em Questão Social, Política Social e Serviço Social da UFRN. Tem experiência na área de Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, com ênfase nas discussões sobre o projeto ético-político e produção de conhecimento.

Este livro foi diagramado pela
Editora UFPB em 2022.

A tentativa de sintetizar este livro conduz à afirmação de que o seu conteúdo trata da questão social, o que não seria falso, mas não retrataria o todo. Embora única a questão social não é exatamente a mesma em qualquer época e em qualquer lugar, apesar de restringir-se à sociedade capitalista cujo fim é inalterável. Aqui, particulariza-se a questão social contemporânea, na sociedade brasileira, enquanto objeto de conhecimento e de intervenção da profissão que dela mais se aproxima: o Serviço Social.

Nesta coletânea, em torno da Covid – nada é mais contemporâneo – diferentes profissionais do Serviço Social analisam inflexões políticas e ideológicas, bem como contradições sociais, que agravam a pobreza e que repercutem na profissão, não só pelo encolhimento das políticas sociais, mas, também, por imiscuir-se na teoria que orienta a formação da/o assistente social.

As/os autoras/es de Ideologia, Política Social e Trabalho Profissional: conjuntura e pandemia, mediante abordagens de temas específicos, demonstram que o Serviço Social orientado por um projeto de envergadura anticapitalista está sendo posto à prova, como igualmente estão sendo desmobilizados os projetos de outras profissões que combatem o conservadorismo e todas as ações de homens e mulheres que lutam contra a supremacia do mercado. Estão ameaçadas a sociedade e muitas profissões, sobretudo o Serviço Social, pela sua intrínseca relação com o desenvolvimento capitalista. É, parece-me, o que as/os autoras/es querem nos dizer. A leitura deste livro, portanto, é um convite irrecusável aos que têm a totalidade como princípio norteador de suas ações, na profissão e na vida.

Maria Augusta Tavares
Professora aposentada do Departamento de Serviço Social da UFPB
e Investigadora Integrada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa

ISBN 978-65-5942-156-5
9 786559 421565